

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

NAIARA FERREIRA VIEIRA CASTELLO

**IDENTIDADES DISPERSAS; UMA NOVA SENSIBILIDADE:
DOS ATIVISMOS LGBT ÀS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016**

Vitória
2018

NAIARA FERREIRA VIEIRA CASTELLO

**IDENTIDADES DISPERSAS; UMA NOVA SENSIBILIDADE:
DOS ATIVISMOS LGBT ÀS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Rodrigues.

Vitória
2018

NAIARA FERREIRA VIEIRA CASTELLO

**IDENTIDADES DISPERSAS; UMA NOVA SENSIBILIDADE:
DOS ATIVISMOS LGBT ÀS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovado em ___/___/___.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Santana Ferreira
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Davis Moreira Alvim
Instituto Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Alex, que, promovendo encontros, permitiu que essa pesquisa existisse; que, mesmo quando a distância se impôs, não deixou de se fazer presente – no texto, no campo, na vida.

À Aninha, rouxinol, companheira de andanças, rebeldia jovem que nos cutuca, inquieta e ensina a reinventar a vida.

Ao Davis, por ser pura afirmação e amor intenso. Pela precisão nas análises e pelo carinho nas intervenções.

Ao Marcelo – que talvez não tenha dimensão da sua contribuição para este trabalho –, pelos encontros fugazes e potentes.

À CAPES, pela bolsa concedida, que permitiu que eu me dedicasse à atividade de pesquisa.

Às e aos estudantes que participaram das ocupações de 2016, por mostrarem que não é preciso ser triste para ser militante, em tempos tão difíceis para os sonhadores.

Às loukas do GEPSs e do grupo de orientações coloridas, Carol, Marina, Rovená, Pablo, Cacilhas, Dave, Anto, Jéσιο, Thiago, Polli, Láira, e tantas outras que passam e ficam, com quem aprendo, dia após dia, entre cervejas e livros compartilhados, a roubar a fala.

Ao Andre, pelas fotografias, pelos *abstracts*, por estar presente em tudo o que eu faço e sou há uma década.

À Nildete, por ensinar a sensibilidade e a luta.

Ao Toninho, pela obra de arte que a sua vida é.

À Poti, irmãe, o maior cuidado do mundo e a minha ligação com a realidade.

A Helena e Henrique, com quem aprendi o que é amar, pela vontade de viver.

À equipe do CREAS de Nova Venécia – Renata, Eufra, Mayarha, Claudiane, Jaine, Viviane, Cida, Bethânia, Fabio e Roni, dentre outros *fubás* agregados –, e aos usuários do serviço, pela partilha do cotidiano.

Às pés-de-cana Elena, Mara, Elaine, Kezia, Sara, Josi, e Dávila, que não deixaram que eu me sentisse sozinha na minha nova casa.

Aos meus alunos e colegas da Multivix, que me fazem diferir de mim. À Karina, pela acolhida. À Fernanda, pelos afetos e cigarros compartilhados.

Ao Artur, pelo carinho e querer sem fim, pelo ombro onde descanso quando o dia acaba, pela alegria carnavalesca.

“A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto.”.

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

Este trabalho começou como uma proposta de investigação acerca dos movimentos de ativismo de minorias sexuais e de gênero na Universidade Federal do Espírito Santo. Movidos pelo desejo de discutir as políticas identitárias e os seus efeitos, num período de ascensão do conservadorismo e, ao mesmo tempo, de intensificação das lutas dos movimentos de minorias, buscávamos, num primeiro momento, conhecer as estratégias de ação dos grupos e indivíduos que habitam a universidade, as redes que se compunham entre eles e os tensionamentos provocados por sua presença nas relações e nas políticas institucionais. Com uma aposta metodológica centrada na adoção de uma postura cartográfica, iniciamos o delineamento da paisagem do campo de pesquisa a partir do coletivo LGBT Desviantes, que começava a se formar em 2016. Acompanhamos as reuniões e as ações do coletivo, atentos ao modo como o discurso identitário se fazia presente e, sobretudo, à maneira como se forjavam possibilidades de alianças outras, que não passassem pela via da semelhança. Durante o percurso da pesquisa de campo, diante do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e dos movimentos de ocupação estudantil que se opunham às medidas de austeridade adotadas pelo governo de Michel Temer, o coletivo dispersou-se. Acolhendo as torções impostas pelo campo, seguimos a dispersão do grupo, dispendo-nos, a partir de então, a pensar as identidades e as outras alianças possíveis por meio das experiências das ocupações. Encontramos, na universidade e nas escolas ocupadas, pistas da produção de outros modos de relação, a partir de uma situação de precariedade compartilhada, que se expressariam na emergência de uma nova sensibilidade, que seria, ela mesma, revolucionária.

Palavras-chave: Identidade, performatividade, movimento LGBT, ocupações estudantis.

ABSTRACT

This work began as a research proposal about sexual and gender minorities' activism within the Federal University of Espírito Santo. Moved by the desire to discuss identity politics and its effects, in a period of rising conservatism, and, at the same time, of intensification of the struggles of minority movements, we sought, at first, to get to know the strategies of LGBT groups and individuals at the university, as well as to investigate the networks composed by them and the tensions provoked by their presence in the institutional policies. Adopting a cartographic posture as a methodological choice, we began to delineate the landscape of the research field from the LGBT collective *Desviantes*, which was formed in 2016. We followed the meetings and actions of the collective, paying attention to how the identity discourse emerged and specially to the way in which the possibilities of other means of alliances were forged – ones that did not presume similarity. During the course of the field research, faced with the impeachment of then-President Dilma Rousseff and with the student occupation movements that opposed to the austerity measures adopted by Michel Temer, the collective dispersed. Welcoming the twists and turns imposed by the field, we followed the dispersion of the group, and began, from then on, to think of the identities and other possibilities of alliances through the experiences of the occupations. In the university and in the occupied schools, we found clues pointing to the production of other modes of relation, coming from a situation of shared precariousness, which would be expressed by the emergence of a new sensibility, which is, in itself, revolutionary.

Keywords: Identity, performativity, LGBT movement, student occupations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	12
Figura 2. Fotografia de Andre Alves. Fonte: acervo pessoal.	14
Figura 3. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	25
Figura 4. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	49
Figura 5. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	52
Figura 6. Fotografia nossa, muro da ocupação do CCHN, UFES. Fonte: Acervo pessoal.	59
Figura 7. Fotografia nossa. Ocupação do CCHN da UFES. Fonte: Acervo pessoal.....	75
Figura 8. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	78
Figura 9. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	81
Figura 10. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	85
Figura 11. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	92
Figura 12. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	96
Figura 13. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	99
Figura 14. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	103
Figura 15. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	107
Figura 16. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	109
Figura 17. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.	111

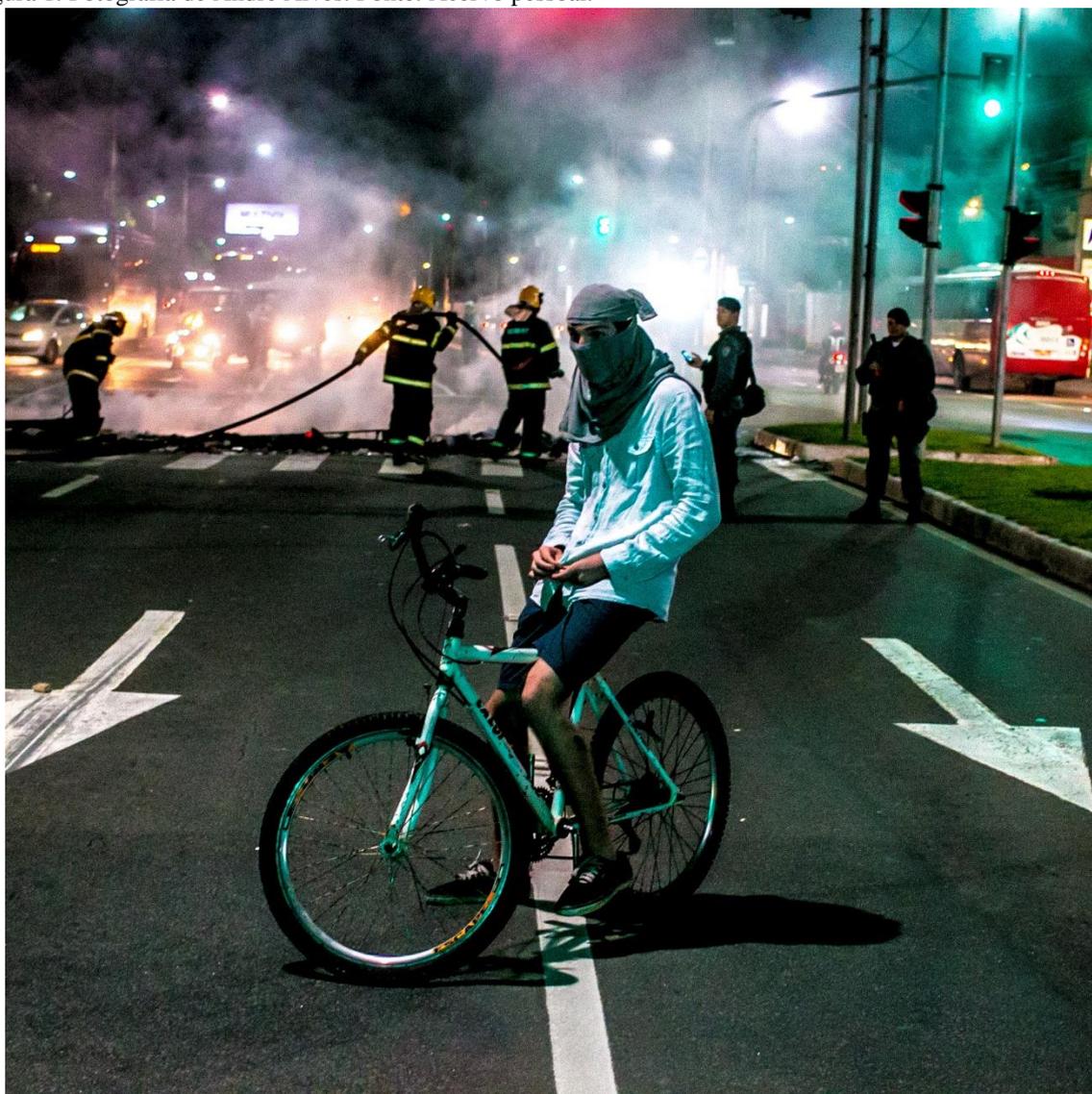
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	Significado (dois tabs)
CCHN	Centro de Ciências Humanas e Naturais
DCE	Diretório Central de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENEP	Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia
ENUDSG	Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEPSs	Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, <i>Queer</i> e Intersexuais
LGBTTTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis e Intersexuais
LGBTTTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, <i>Queer</i> , Intersexuais e Outros
NEPS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PROAECI	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania
PT	Partido dos Trabalhadores
PUSC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

Quando um muro separa, uma ponte une: a potência transformadora das práticas minoritárias em tempos de ascensão do conservadorismo	12
<i>Se hace camino al andar</i> : permitir que a pesquisa desvie de si, na escrita das lutas contemporâneas	22
<i>Yo prefería jugar siempre a ser varón, a pesar de lo que insististe hacerme ninã</i> : tensionando o dispositivo da sexualidade, a identidade e a performatividade	33
<i>The only way that we can stand in fact is when you get your foot off our back</i> : racismo de estado, sociedade de controle, movimentos institucionalizados.....	46
<i>Se va enredando, enredando</i> : esboçando a paisagem dos movimentos LGBT e ativismos <i>queer</i> na Universidade Federal do Espírito Santo	61
Nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas aprendendo a jogar: crise, impeachment e a passagem dos ativismos LGBT aos movimentos de ocupação estudantil	73
<i>I got life</i> : narrativas menores nos ocupas, alianças na vulnerabilidade, pistas da produção de uma nova sensibilidade.....	93
Referências Bibliográficas.....	116

Figura 1. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



***Quando um muro separa, uma ponte une*¹: a potência transformadora das práticas minoritárias em tempos de ascensão do conservadorismo**

Fazia uma viagem para o Rio de Janeiro com a turma. No fundo do ônibus semi-leito, observava as luzes que cortavam a madrugada escura da rodovia e desenhava com os dedos no vidro gelado e suado, ao lado de outra menina, enquanto a maior parte de seus colegas, se não todos, dormia. Ali se deu o primeiro beijo – outros vieram depois: no Jardim Botânico, no Pão de Açúcar, no Maracanã, no Palácio do Catete, por onde caminhavam de mãos dadas.

Foi assim que saiu do armário pela primeira vez, arrancada pelo colégio que frequentava, uma tradicional e conceituada instituição de ensino dirigida por freiras. Os dois ou três dias passeando pelos pontos turísticos renderam dezenas de fotos – sozinha, com a amiga, com as amigas, os amigos, de paisagens e de prédios históricos –, que poderiam ser atribuídas à euforia adolescente ou à então recente popularização da tecnologia da fotografia digital, se bem que talvez não seja tão importante buscar um motivo. O que deve ser dito é que uma dessas fotos, em que as duas meninas apareciam de mãos dadas ou se beijando, foi publicada, semanas depois, numa agora extinta rede social, e foi vista pela filha do professor de geografia, que a mostrou ao professor de geografia, que a levou, por sua vez, à coordenação da escola, que não conseguiu visualizar outro encaminhamento possível para o caso senão telefonar para a mãe da menina, chamando-a para uma conversa.

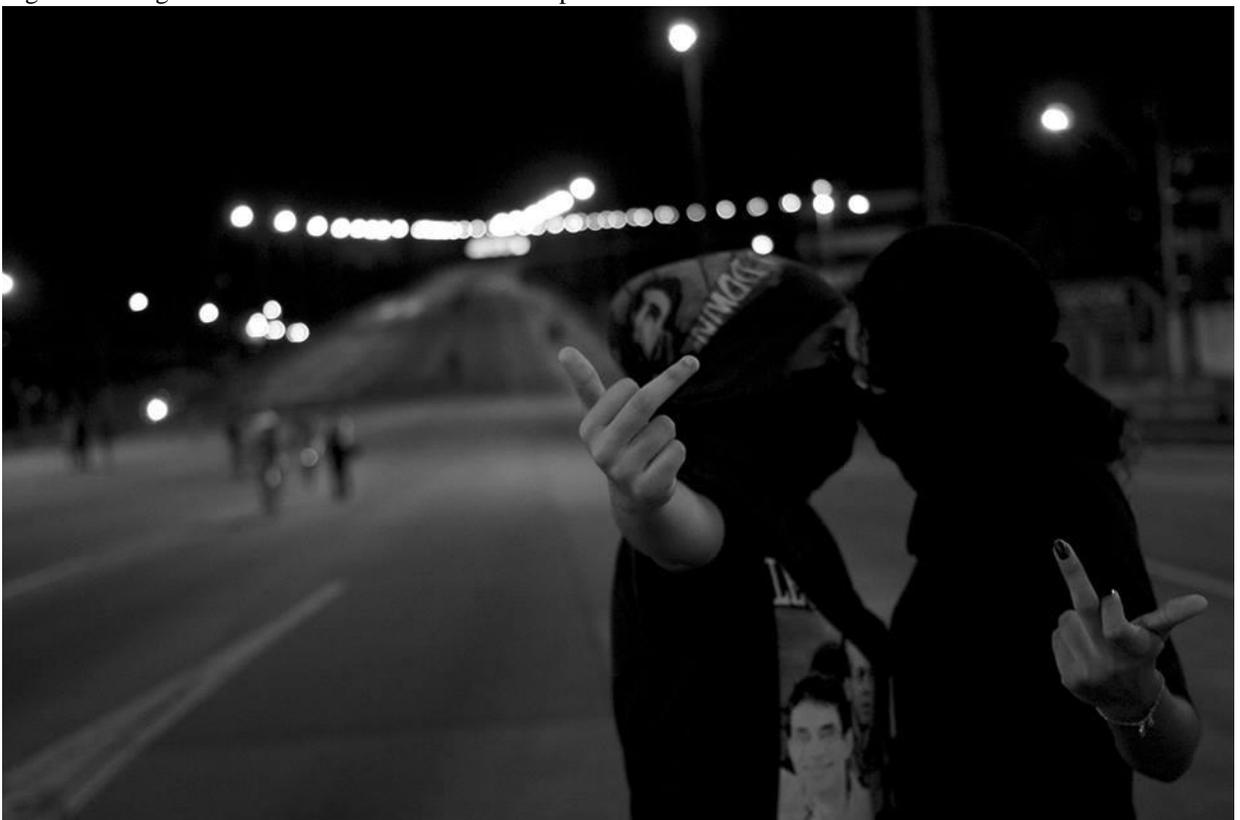
Não que não houvesse, antes, escutado algumas provocações de colegas, mas até então conseguia, talvez para se proteger, enxergá-las como brincadeiras, de modo que ainda encarava a expressão da própria sexualidade com alguma naturalidade. A mãe, culta, compreensiva e bem-intencionada, perfeito retrato de uma certa classe média intelectualizada daquela época, talvez até tenha se dado conta da intromissão da escola, visto que acreditava que tais intimidades não deveriam ser assunto público. Talvez por esse mesmo motivo tenha repreendido o ato de fotografar o beijo e compartilhar a imagem com os amigos. Enquanto a menina, sentada na sala de espera de um pronto-atendimento, aguardando o resultado de um exame médico que nada tinha a ver com o beijo ou com o Rio

¹ Verso da música *Pesadelo*, de Paulo César Pinheiro, lançada em 1972 pelo grupo MPB4, no disco *Cicatrizes*.

ou com a foto ou com a escola, chorava pelo constrangimento de ter revelada precocemente a estranheza do seu modo de gostar, a mãe tentava consolá-la com frases como "você ainda é muito nova, isso vai passar" ou "não vamos nos precipitar, talvez seja só uma fase", que, além de expressarem o caráter condenável ou, de todo modo, ruim de se relacionar com outra menina, levantavam sutilmente pela primeira vez esta hipótese que se sustentaria ainda por algum tempo, aos olhos da mãe, e que emergiria novamente nos discursos dos mais variados atores a cada vez que se relacionasse com outra menina: não era possível gostar de meninas, sobretudo quando se gosta também de meninos; ela estava apenas confusa.

Sentiu, pela primeira vez, o peso da vigilância sobre as suas práticas – à coleguinha, filha do professor de geografia (a quem tão cedo aparentemente já havia sido ensinado o que é certo e o que é errado), ao professor, à escola, à mãe, a todos interessava falar sobre o que a menina fazia com o próprio corpo. De modo que era necessário que a ela também o interessasse. Aprendeu, aí, que deveria conhecer e ser capaz de enunciar minuciosamente os seus próprios prazeres. Levou ainda alguns anos, no entanto, para compreender que poderia usá-los como ferramenta de transformação das relações consigo e com os outros.

Figura 2. Fotografia de Andre Alves. Fonte: acervo pessoal.



Cada vez mais intensamente, produzem-se, nos entrecruzamentos de instituições acadêmicas, religiosas, políticas e médicas, discursos acerca dos gêneros e sexualidades dissidentes² que, incorporados às grandes mídias e difundidos nas interações cotidianas, operam processos de segregação, patologização e estereotipização e negam as possibilidades de expressão e de debate aos sujeitos que manifestam tais práticas ou identidades.

Presenciamos, nos últimos anos, uma acentuação da influência dos discursos conservadores no âmbito legislativo, sobretudo no que diz respeito ao processo educacional, com investidas agressivas de parlamentares que assumem discursos religiosos fundamentalistas. Primeiramente, para barrar avanços emergentes, como a utilização do material didático-pedagógico produzido para o projeto Escola sem Homofobia. Mais recentemente, notadamente a partir de 2015, tentando retroceder em avanços já consolidados, com propostas de alteração das diretrizes e bases da educação nacional em leis como a do “Programa Escola Sem Partido”, partindo da criação de um discurso em torno do que chamam de “ideologia de gênero” e “doutrinação ideológica” (LIONÇO, 2016).

Ao mesmo tempo, os movimentos LGBT³ parecem cristalizar-se em modos de ação que, por vezes, produzem segmentarizações cujos efeitos devem ser colocados em discussão. Percebemos, ao acompanhar debates acerca de sexualidade e gênero, que, quando se pressupõe a igualdade como condição da produção de alianças, corre-se o risco de silenciar as diferenças no interior dos grupos de militância e de limitarem-se as possibilidades de diálogo com outros grupos e pessoas.

² Chamaremos de sexualidades e gêneros dissidentes, ou de dissidências sexuais e de gênero, aquilo que Foucault (1988) aponta que é catalogado como aberrante, por seguir um movimento de desvio das práticas que se estabelecem como normas, apoiados, também, nas discussões de Colling (2015) acerca do que chama de ativismos *queer* ou das dissidências sexuais e de gênero.

³ Optaremos, neste texto, pela utilização da expressão “movimento LGBT” (sigla referente a lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), pautando-nos em referenciais já estabelecidos (cf. COLLING, 2015), ao remetermo-nos aos grupos de militância institucionalizados. Admitiremos, no entanto, variações dessa sigla, quando forem elementos relevantes para os materiais consultados ou para a autodenominação dos grupos. A omissão de letras correspondentes a outros termos que serão referenciados depois – como travesti, *queer* e intersexual – não diz respeito a um apagamento desses modos de existência outros, mas a uma escolha pragmática e política que se faz também no reconhecimento da incompatibilidade entre a construção de um movimento em torno de siglas e a proposta de abarcar a *diferença* – acabando por ocasionar uma produção e captura dos *diferentes*. As letras seguem se multiplicando, mas não dão conta da multiplicidade das existências.

Tenta-se, por vezes, unificar e homogeneizar as subjetividades sob signos e siglas, em nome da reivindicação de pautas que se pretendem totais ou universais. A esses signos e siglas, no entanto, escapam, necessariamente, aspectos importantes da constituição dos sujeitos que tentam se afirmar por meio deles. As minorias criam suas próprias normatividades, que produzem, elas mesmas, outros desviantes.

Deleuze (2010a) descreve esse processo em entrevista oferecida a Toni Negri, publicada em 1990. Compreende-se, aqui, minoria enquanto processo, devir, desvinculando o conceito de parâmetros numéricos. A maioria é definida a partir do que se apresenta como modelo – homem, adulto, heterossexual, branco, urbano –, sabendo-se, no entanto, que não há indivíduo absolutamente conforme a esse modelo. A minoria, ao contrário, não tem modelo. “Pode-se dizer que a maioria não é ninguém. Todo mundo, sob um ou outro aspecto, está tomado por um devir minoritário que o arrastaria por caminhos desconhecidos caso consentisse em segui-lo” (DELEUZE, 2010a, p. 218). O autor continua:

Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender (p. 218).

Para Deleuze (2010a), o fato de que os processos de subjetivação podem ser capturados na constituição de outros poderes e saberes não os invalida enquanto acontecimentos – no instante em que ocorrem, escaparam aos poderes dominantes e aos saberes constituídos. É preciso, afirma, acreditar no mundo, “*suscitar acontecimentos*, mesmo que pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzido” (p. 222, grifo nosso).

Percebemos também, nos mesmos últimos anos que caracterizamos por uma ascensão do conservadorismo, um acirramento da disputa pelo que se tem chamado de “lugar de fala” – nos espaços acadêmicos e de militância, e, muito intensamente, nas redes sociais –, sobretudo

a partir do ciclo de manifestações que culminou no que ficou conhecido como “Jornadas de Junho” de 2013⁴.

Inicialmente, parece ter sido necessário para os movimentos de minorias políticas – mulheres e população LGBT, por exemplo –, do ponto de vista tático, afirmar seu direito à expressão a partir da noção de protagonismo, exigindo que suas vozes ressoassem mais intensa e amplamente em relação às falas de terceiros – especialistas/especialismos acadêmicos, grupos/líderes religiosos e mídia, por exemplo – *sobre* esses grupos. Tradicionalmente, esses discursos vindos “de fora” buscam patologizar e criminalizar, vitimizar e silenciar – desqualificar, de algum modo, os grupos minoritários, tentando impedir que estes se tornem sujeitos de suas próprias histórias – e os assujeitando, ao contrário, a uma história maior que não é a sua.

A noção de “lugar de fala”, que poderia ser interessante no sentido de situar o discurso em relação a uma história de vida que produz as suas condições de emergência, define-se, no entanto, quando da sua utilização política nesse jogo identitário, pela demarcação da diferença entre aquele que está e aquele que não está *autorizado* a discursar acerca de determinada experiência. Nessa perspectiva, somente uma *mulher* estaria autorizada a falar sobre a experiência de ser mulher e um *homossexual* poderia dizer da experiência da homossexualidade.

Um primeiro problema é que, para isso, deve-se delimitar criteriosamente o que determina esse “ser mulher” ou “ser homossexual”, e o que ficaria, conseqüentemente, excluído dessa definição. Além disso, surge uma tendência dos próprios movimentos de legitimar imediatamente os enunciados de sujeitos que se identificam com as minorias em questão, que se tornam incontestáveis, e de silenciar, por outro lado, outras vozes, ainda que as alianças pudessem tomar composições diferentes, caso fossem consideradas as apostas políticas dos agentes em questão, independentemente das identidades assumidas.

A resposta à desqualificação operada pelos discursos conservadores acaba por mimetizar sua forma: ao mesmo tempo em que experimentamos um endurecimento desses discursos, os movimentos identitários também se enrijecem e fecham-se sobre si, produzindo,

⁴ O ciclo de protestos que eclode em 2013 tem início com as lutas pela qualidade e gratuidade do transporte público, dez anos antes, e amplia suas pautas a partir do acirramento dos confrontos, incorrendo, dentre outros efeitos, na articulação de coletivos e grupos de afirmação política das dissidências (CASTELLO; ROSEIRO, 2016). Agência-se, ainda, cabe dizer, num contexto de ciclos de lutas globais que têm início em 2011, na Tunísia e na Islândia (RODRIGUES; ALVIM, 2016).

por vezes, mais segregação do que fortalecimento. O jogo acaba por se conduzir segundo regras que se aproximam do que Foucault chama de *polêmica*. Ao contrário do que se esperaria de um debate sério, onde haveria uma real colaboração entre as partes na busca de uma verdade mais adequada, e onde os direitos de cada um seriam imanentes ao diálogo, o polemista procura afirmar-se e desqualificar o outro a partir de uma condição de autoridade anterior. Para o polemista, o jogo “não consiste, portanto, em reconhecê-lo [ao outro] como sujeito com direito à palavra, mas em anulá-lo como interlocutor de qualquer diálogo possível” (FOUCAULT, 2012, p. 226).

Os debates que alimentamos nas redes, não só no âmbito dos movimentos identitários, mas de forma generalizada, principalmente a partir da polarização política que se intensificou de 2013 em diante, e que discutiremos mais para frente, parecem travar-se nesse nível. As polêmicas sustentam-se sobre privilégios transcendentais à própria conversa, sendo que cada um dos participantes se supõe detentor de uma legitimidade que buscará defender intransigentemente. O objetivo, nesse teatro da polêmica, não é buscar ou construir uma verdade, em relação com o outro, a partir das próprias condições do diálogo e das ferramentas disponíveis. O objetivo é “fazer triunfar a justa causa da qual ele é, desde o início, o portador manifesto” (FOUCAULT, 2012, p. 226), na medida em que se confirme o estatuto de verdade do que traz consigo; defender, portanto, essa própria autoridade que atribui a si mesmo por princípio, aniquilando o outro e anulando qualquer possibilidade de produção de novidade – provocando, desse modo, uma discussão estéril.

Nesse modo de funcionamento, identificam-se aspectos e práticas de três modelos: o religioso, que se mostra na eleição e defesa de um dogma intocável, cuja transgressão por parte do interlocutor configuraria uma falha moral; o jurídico, na instauração de um processo, mediante à denúncia de uma suspeição e ao emprego dos recursos necessários à sua confirmação – reunião de provas –, para, então, proceder à condenação; e a política, a partir do momento em que define alianças, “recruta partidários, produz a coalizão de interesses, faz do outro um inimigo portador de interesses opostos contra o qual é preciso lutar até o momento em que, vencido, ele nada mais terá a fazer senão se submeter ou desaparecer” (FOUCAULT, 2012, p. 226).

As práticas e performances sexuais e de gênero minoritárias, contudo, podem funcionar como dispositivos de desestabilização e desconstrução da heteronormatividade⁵, dos binarismos homem/mulher, hétero/homo e da própria noção de gênero, já que, tradicionalmente, admite-se a escolha objetal como principal referência para a constituição da identidade de gênero, sendo a heterossexualidade tomada como o elemento fundamental de definição da masculinidade e da feminilidade (BRANDÃO, 2008). Sujeitos que afirmam “sou homem e gosto de outros homens”, “sou mulher *trans* e gosto de outras mulheres” ou “não me sinto representadx por categorias binárias de gênero”, e colocam seus corpos em jogo, produzem interferências nos modos de vida majoritários e nas práticas totalizantes e normalizadoras.

Concomitantemente ao endurecimento dos discursos conservadores e das afirmações identitárias, observamos, ainda, que uma certa leitura das próprias noções de desconstrução do gênero e de subversão das identidades parece ser apropriada, por vezes, como uma nova roupagem para discursos conservadores, sendo utilizada para justificar e naturalizar opressões e deslegitimar os movimentos de luta por direitos e por visibilidade.

Propõe-se uma falsa determinação de igualdade, em lugar da celebração da diferença e da busca por equidade, ou, ainda, uma homogeneização apaziguante a partir da desconstrução das identidades. A banalização da ideia de *devir* – “o mais novo sal da terra”, ironiza Danichi Hausen Mizoguchi (2016, p. 90) em sua discussão acerca das amigas contemporâneas –, de modo semelhante, produz enunciados que se aproximam do discurso da igualdade.

⁵A partir de Foucault (1988), definimos o processo de normatização da sexualidade como aquele que elege as práticas desejáveis, que institui como normativas, e cataloga a variedade das práticas desviantes dessas normas, que serão, por sua vez, tomadas como crimes, patologias ou degradações morais. Compreendemos, aqui, em diálogo com Colling e Nogueira (2014), a heteronormatividade como a postulação de que todas as pessoas “devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tendo elas práticas heterossexuais ou não” (p.182). A heterossexualidade, a partir dessa categoria de análise, é vista como uma política mais complexa do que a prática sexual, que organiza a vida de acordo com as normas de gênero. Assim, uma pessoa não- heterossexual pode estar conforme à heteronorma, desde que a ligação linear entre sexo e gênero esteja mantida – que não expresse características comumente atribuídas ao gênero oposto – e de que não manifeste o caráter erótico de sua sexualidade em público.

Como exemplo disso, escutamos, no prédio do curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), de um rapaz que havia agredido uma ex-companheira, que o que havia acontecido não consistia em violência de gênero, já que “todos podemos ser tomados por um devir-mulher”.

Pensamos, a partir desses pontos de tensão, a necessidade de discutir como se resiste *no interior* do dispositivo da sexualidade. Não na tentativa de resolver tais contradições, mas de, desemaranhando suas linhas, fazer o debate circular.

Diante do potencial de desestabilização de normatividades presente nas expressões discursivas/performativas de sexualidades e gêneros outros, e, paradoxalmente, dos perigos decorrentes da cristalização e produção de novas normas nas identidades constituídas a partir dessas expressões, indagamos: de que modo os discursos, performatividades e identidades têm sido produzidos dentro dos movimentos de militância ou ativismos de sexualidade e gênero – recortando, aqui, a UFES como campo? O que os signos e siglas têm buscado representar e descrever e que outros movimentos têm passado às margens? De que forma se dá o diálogo institucional com esses sujeitos e como a universidade acolhe ou repele esses corpos?

Assumindo, insistimos, a potência de transformação que se opera nas práticas minoritárias e o perigo da cristalização em categorias que também se podem revelar segregatórias, bem como as possíveis apropriações silenciadoras e totalizantes do discurso da desconstrução, torna-se imprescindível analisar como o reivindicar para si uma identidade política relacionada à sexualidade ou ao gênero produz corpos e performances, discursos e mundos.

Partimos, ao início desta pesquisa, do desejo de investigar as potencialidades da construção de performatividades sexuais e de gênero dissidentes dentro da universidade, enquanto instrumento de subversão da divisão sexual cristalizada em binarismos (homem/mulher, homo/hétero), de discutir as interferências produzidas na instituição a partir do confronto com esses corpos, de problematizar os efeitos da produção de identidades

políticas sexuais e de gênero nesse espaço e de pensar outras vias de produção de aliança, para além da identidade.

O caráter performativo da sexualidade e do gênero será pensado a partir da obra de Judith Butler, que discute como a materialidade do sexo, do gênero e da sexualidade se produz a partir da repetição de atos de fala (BUTLER, 1993b). As identidades políticas também serão tomadas como atos performativos, enunciações que têm como efeito a produção de sua própria realidade, e problematizadas em seu caráter de dispositivo, em diálogo com Michel Foucault. Os conceitos serão trabalhados ao longo do texto, acompanhando o percurso de construção da pesquisa.

O texto, forjado na processualidade da pesquisa, busca acompanhar os movimentos do campo. Procuramos abrir espaço para o que, em oposição à polêmica, que discutimos anteriormente, Foucault (2012) chama de “jogo sério das perguntas e respostas”, ou “trabalho de elucidação recíproca”, em que

os direitos de cada um são de qualquer forma imanentes à discussão. Eles decorrem apenas da situação de diálogo. Aquele que questiona nada mais faz do que usar um direito que lhe é dado: não ter certeza, perceber uma contradição, ter necessidade de uma informação suplementar, defender diferentes postulados, apontar um erro de raciocínio. Quanto àquele que responde, ele tampouco dispõe de um direito a mais em relação à própria discussão; ele está ligado, pela lógica do seu próprio discurso, ao que disse previamente e, pela aceitação do diálogo, ao questionamento do outro. Perguntas e respostas decorrem de um jogo – simultaneamente agradável e difícil – em que cada um dos dois parceiros se esforça para só usar os direitos que lhe são dados pelo outro, e pela forma de diálogo convencionalizada” (FOUCAULT, 2012, p. 225).

Permitimos, assim, no esforço de construir um texto que se faça em diálogo com as personagens que o compõem, que as questões se reelaborem, que a teoria se refaça, que as análises se dobrem sobre si mesmas.

***Se hace camino al andar*⁶: permitir que a pesquisa desvie de si, na escrita das lutas contemporâneas**

Comecei sem saber se estava no curso certo, chego aqui sem a certeza de estar no lugar errado. A universidade – disseram-me – me veste essa *respeitável roupa velha*, que cheira a um mofo de séculos.

Mas o mundo é redondo, um ponto fixo não se distingue. É preciso olhar o movimento, o difícil movimento contra o que está estagnado. As linhas ligando a Naiara à Naiara. Aí veremos a reinvenção descomportada, desenho de giz por crianças; o insistir na beleza, mesmo quando cercada pela feiúra violenta; a enorme coragem das coisas pequenas; insistir na alegria como um combate à tristeza; tentar romper a corrente; abrir caminho pro riso; a gargalhada de Jorge.

“Este é o significado dos anos.” – segue o poeta – “Um canudo é algo oco. Mas suas mãos estão cheias de vida.”⁷. Sete voltas do planeta em torno do sol e me descubro irremediavelmente enredada nesse novelo que tece quem eu sou. A vida que trago nas mãos é essa que pulsa no fundo de cada um que encontrei nesse percurso formativo que permitiu que, hoje, torne meu corpo 180 graus ao ouvir a palavra “psicóloga”, reconhecendo-me neste lugar que de outro modo não me seria habitável.

O significado dos anos é essa caixa de ferramentas que recrio em novos caminhos.

Do censo na Clínica de Repouso Santa Isabel, último grande manicômio do Espírito Santo, quando do seu pedido de descredenciamento do Sistema Único de Saúde, o horror que desperta para a necessidade de estranhar o mundo e de produzir uma psicologia que se assuma política. Do trabalho de acompanhamento terapêutico no Serviço Residencial Terapêutico, em dois municípios da Grande Vitória, as ruas como possibilidade de reinvenção de si. Das andanças pelas políticas públicas de Cariacica, a aposta na coletividade como meio e horizonte da luta por vidas dignas. Das experiências de clínica ampliada no Centro de

⁶ Verso extraído do poema *Caminante no hay camino*, de Antonio Machado.

⁷ O texto citado, assim como as fotografias que compõem com o trabalho, é de autoria de Andre Alves.

Atenção Psicossocial Infantojuvenil de Vitória, a escuta como via de acesso e intervenção nos processos de produção de subjetividade.

As militâncias feministas e LGBT prosseguiram, concomitantemente, ora fora da academia, ora no espaço da Universidade, mas, de todo modo, desvinculadas de debates teóricos. Atividades de grupos como o Fórum de Mulheres, o coletivo Femenina e as Anarcafeministas e eventos como a Marcha das Vadias, a Marcha Mundial das Mulheres, o Manifesto do Orgulho LGBT, a Terça Feminista (posteriormente, Feministas de Quinta) e o Piquenique das Cores, além de manifestações pontuais de resistência frente a ações discriminatórias, em atos públicos, beijaços, escrachos e grupos de clínica-política, deram oportunidade ao encontro com outras experiências de sexualidade e gênero. Experiências de sujeitos e grupos sobre os quais o impacto da identificação com sexualidades minoritárias, dentro da produção discursiva patologizante e segregatória, seria inimaginável na vivência individual de uma mulher bissexual branca, cisgênera, desejada, nascida e acolhida no seio de uma família de classe média, com acesso privilegiado a bens e serviços, e com a certeza quase inquestionável de que teria acesso à universidade assim que fosse o momento.

Nesses mesmos espaços de militância, por outro lado, essas singularidades que permitiam o acesso a outras experiências de dissidência eram por vezes apaziguadas e silenciadas, na medida em que ali operavam processos de apagamento e contestação de categorias políticas como a transexualidade, a travestilidade e a bissexualidade e de secundarização de pautas como a lesbofobia, a transfobia, a bifobia e o racismo, em nome de uma unificação em torno de demandas que se supunham universais⁸.

O motor para a proposta de pesquisa constituiu-se, sobretudo, a partir de experiências de escuta da diferença. O encontro com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS), que se deu no breve suspiro entre graduação e pós-graduação e foi determinante na escolha por seguir insistindo na universidade, permitiu que as inquietações tomassem corpo, a partir do momento em que assumiram alguma materialidade em formulações sustentadas por

⁸ A partir da leitura de Mação (2016), compreenderemos a transexualidade, a transgeneridade e a travestilidade como expressões de gênero que divergem da atribuição social do gênero a partir do nascimento ou antes dele. Pessoas *trans* e travestis seriam, assim, “pessoas cuja identidade de gênero diverge da que lhes foi atribuída” (p. 24). O prefixo “trans”, proveniente do latim, assumindo o significado de “além de”, manifesta, para a mesma autora, “uma linha de fuga em relação aos gêneros pré-definidos exclusivamente pela estrutura anatômica do corpo humano” (p. 24). A lesbofobia, transfobia e a bifobia dizem respeito ao medo ou repulsa por pessoas lésbicas, trans e bissexuais, respectivamente. Utilizaremos também, ao longo do texto, o termo LGBTfobia, que, por sua vez, engloba as outras categorias da sigla LGBT.

conceitos de teóricos como Michel Foucault, Judith Butler e Gilles Deleuze, dentre outros, cujos trabalhos se tonam centrais neste percurso de pesquisa; assim, o problema já é, desde sempre, coletivamente construído, é síntese de questões que passam não por uma pesquisadora tomada como indivíduo, mas pelos espaços de troca e construção que as tornaram possíveis.

Os enveredamentos por esses e outros terrenos marcam a produção de um corpo sensível à necessidade de colocar em questão a construção das normatividades e dos desvios, de criar pontos de amplificação desse debate e de produzir dispositivos que permitam uma desestabilização do sistema LGBTfóbico, heteronormativo, monossexista⁹, machista e racista.

⁹ O monossexismo refere-se à crença de que expressar uma sexualidade exclusivamente heterossexual ou homossexual (monossexual) seria mais interessante do que transitar por posições intermediárias nesse espectro das sexualidades (LEWIS, 2012).

Figura 3. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



Apresenta-se ao trabalho, de início, o objetivo de acompanhar e intervir nos processos de produção de performatividades e identidades políticas dentro dos movimentos de militância e dos ativismos das dissidências sexuais e de gênero, na universidade, cartografando as interferências produzidas nessa instituição, apreendendo os discursos e repetições que se constroem nas experiências de identificação e militância e que, em um movimento de reciprocidade, constituem essas próprias experiências.

A construção da pesquisa segue orientada por um *ethos* cartográfico, que acompanha a composição/criação do percurso junto aos sujeitos com quem se pesquisa – os atores desses processos de militância, ativismo, resistência e as coletividades que se forjam em torno desses processos. É necessário, para isso, que se acesse a dimensão processual da experiência pesquisada (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013) – que se confunde com a própria prática da pesquisa, a partir do momento em que se admite que é nesse plano da experiência que coemergem e agenciam-se “sujeito e objeto, teoria e prática” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17). A pesquisa, nessa perspectiva, é sempre intervenção, ao passo em que o saber, construído na imanência da experiência da pesquisa, é inseparável do fazer.

A proposta metodológica centrada na cartografia entra em consonância com o referencial teórico ao partir da proposição de que a linguagem, em seu caráter performativo, atua na realidade (AUSTIN, 1962; TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Tencionou-se acompanhar, portanto, a experiência das identidades sexuais e de gênero, da militância LGBT e dos ativismos *queer*¹⁰ no discurso, construído a cada etapa de elaboração e execução do projeto e em especial no trabalho de campo. Se há produção constante de realidade em discursos proferidos *sobre* a sexualidade e os sujeitos que a performam, tomaremos o cuidado de exercer uma produção discursiva *com* esses sujeitos, buscando construir o dispositivo de

¹⁰ Aqui, consideramos o recorte operado por Colling (2015), para quem o movimento LGBT, mais institucionalizado, atém-se a pautas e modos de ação que permanecem atrelados a uma produção de normalidade, enquanto os ativismos *queer* ou das dissidências sexuais e de gênero dialogariam com uma política da diferença, a partir da admissão da fluidez das identidades. Torna-se necessário, no entanto, afirmar que não tomaremos essas categorias como classificatórias dos movimentos, mas como analíticas das estratégias. Levaremos em consideração que os grupos de militância e ativismo transitam entre pautas e modos de ação diversos, na tentativa de superar uma visão polarizada dos grupos.

pesquisa-intervenção “em articulação com aquilo que interessa ao outro” (MORAES, 2010, p. 30).

Assumimos a responsabilidade de trabalhar segundo um direcionamento ético-político que permita a emergência de sujeitos e mundos outros a partir de apostas coletivamente construídas e que propicie a abertura de brechas onde possamos questionar a constituição e a naturalização de certas normatividades. Compreendemos a ética como a escuta ao “estrangeiro que se produz no encontro com o outro” (BARROS, 2007, p. 323). No trabalho sobre a matéria de expressão que surge nesse encontro, “acompanhamos os movimentos coletivos do desejo, sinalizamos as naturalizações que endurecem linhas e territórios, nos pomos como intercessores – sempre de passagem, para que devires possam se expressar” (p. 324). A dimensão política do trabalho, por sua vez, ainda de acordo com Barros (2007), refere-se à possibilidade de desconstruir as clausuras da subjetividade, a partir do momento em que se tomam os enunciados como referentes a um coletivo, e não a um indivíduo, entrando “em contato com as multiplicidades que flutuam, não almejando equilíbrios, mas a invenção de bifurcações de um tempo que é maquínico – tempo das intensidades” (p. 325).

Ao nos conduzirmos em campo, aproximamo-nos de sujeitos e coletivos que possibilitaram que as questões ressoem e desdobrem-se em outras, buscando acompanhar e intervir nas processualidades em curso nas práticas e identidades políticas e na produção de subjetividade forjada nessas performatividades. É necessário que se tome, nesses procedimentos, como apontam Tedesco, Sade e Caliman (2013) ao discorrerem acerca da entrevista no contexto da pesquisa cartográfica, “o cuidado de sublinhar, nessas posturas reiteradas, seu caráter facultativo e provisório” (p. 301), experimentando na grupalidade os caminhos de construção das técnicas e estratégias de pesquisa. A grupalidade, aqui, é compreendida não como uma totalidade unívoca que emergiria do encontro com o outro, mas como a sustentação do múltiplo, da provisoriedade e transversalidade das subjetividades forjadas nesse encontro (BARROS, 2012).

O registro no diário de campo, que se torna companhia constante, constitui-se como uma ferramenta importante para a manutenção da análise contínua da postura em campo e do processo de pesquisa como um todo, que, na inversão de um método para um “*hódos-metá*” (PASSOS; BARROS, 2009) – o caminhar antecedendo à meta –, exige atenção e abertura constante às torções provocadas pelas demandas do plano da pesquisa-intervenção.

Não surpreende que, diante da escolha metodológica e política de responder às exigências do campo, os contornos deste tenham se modificado, ao longo do processo, tensionados pelas urgências que se interpuseram. Procuramos acompanhar essa recomposição de paisagens – buscando novas ferramentas, recorrendo a outros aliados – e produzir um texto que preservasse uma abertura para os acontecimentos e, simultaneamente, conservasse as marcas da história de seus começos.

Pensando no *ethos* cartográfico enquanto um modo de fazer em que buscamos traçar um plano comum, que garanta o caráter participativo da pesquisa (KASTRUP; PASSOS, 2013), mediante a produção, juntos aos atores envolvidos, de questões lhes interessem, a demanda pela autorização do discurso por meio da evocação do lugar de fala, ou minimamente do reconhecimento de um lugar de privilégio, comparece também na escrita de uma pesquisa que assuma esse *ethos* – exige-se do pesquisador, ou ele mesmo reivindica para si, a produção de uma escrita confessional, a partir de um posicionamento intimista em relação às questões que se colocam no campo. Como resistir a essa extorsão de uma verdade sobre si e fazer *contradispositivar* a identidade, na produção de uma escrita que assuma uma multiplicidade de vozes, em contraste com a unidade identitária?

Como reconhecer, aos modos do que podemos ver na discussão de René Lourau (1989) acerca dos diários de viagem de Malinovski, que o que cremos ser da maior personalidade ou intimidade possível diz, ao contrário, do que há de mais social ou cultural na produção da pesquisa?

As fotografias que se entrelaçam com o texto¹¹, à exceção de três (que retratam paredes da UFES após o período das ocupações), são de autoria de Andre Alves: fotógrafo, poeta, físico, rebelde. Presença constante nos movimentos de rua – e, há quase uma década, em tudo o que eu sou e faço. Incansável, acompanha, de câmera na mão, também há anos, cada passo das manifestações de mulheres, da população LGBT, das negras e negros que

¹¹ Todas as fotografias utilizadas no texto estão disponíveis no site <https://dreaanvesali.wixsite.com/primavera> e foram gentilmente cedidas pelo fotógrafo em alta qualidade para impressão.

lutam para sobreviver em um estado extremamente racista, machista, conservador. Deixa a câmera de lado sempre que é necessário, para ajudar a confeccionar cartazes, carregar peso, transportar pessoas.

Não pretendemos, aqui, fazer um uso acessório ou ilustrativo das imagens, mas deixar que elas façam parte da contação das histórias, que narrem conosco, numa escrita minoritária, que se conecte com seu próprio devir:

a escritura encontra sempre uma minoria que não escreve, e ela não se encarrega de escrever para essa minoria, em seu lugar, e tampouco sobre ela, mas há encontro onde cada um empurra o outro, o leva em sua linha de fuga, em uma desterritorialização conjugada (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 36).

Um dispositivo, para Deleuze (1990), é um emaranhado de linhas diversas, que tanto convergem como divergem entre si: curvas de visibilidade e de enunciação – máquinas de fazer ver e falar; linhas de forças – a dimensão do poder, que transita entre as primeiras, ponto a ponto, invisível e indizível; e linhas de objetivação – a produção de subjetividade no interior do dispositivo, que escapa ao saber e ao poder. Cada uma delas desvia, bifurca-se, deriva. O trabalho cartográfico, segundo o autor, busca, instalando-se sobre essas linhas que compõem, atravessam e arrastam o dispositivo, desemaranhá-las.

Se consideramos, no entanto, que as resistências se apresentam “como um vetor próprio do dispositivo, um traço do qual ele não consegue livrar-se e com o qual ele entra em combate; uma linha que ele persegue e espreita, mas que, por outro lado, o ameaça, enfrenta e recusa” (RODRIGUES; ALVIM, 2016, p. 107), resiste-se, a todo tempo, *no interior* do dispositivo. Quando as linhas de resistência ameaçam a estabilidade do dispositivo, interferindo na circulação das relações de poder em seu interior, elas *contradispositivam* – ainda que por um instante, colocam o poder em defasagem.

“Cartografar o contemporâneo é espreitar suas lutas” (RODRIGUES; ALVIM, 2016, p. 103). Instalar-se sobre as linhas das lutas contemporâneas e desemaranhá-las exige colocar em questão não a vinculação de um sujeito pronto a um objeto dado, mas o modo como

sujeito e objeto se forjam em conexão com a sua época, o que permite que, da experiência local de uma pesquisa, se extraia algo que diz de uma temporalidade.

Por mais localizada que seja, toda insurreição emite sinais para além de si própria; ela contém, de imediato, algo de mundial. Através dela, nós nos elevamos à altura da época presente. Mas a época é também o que encontramos no fundo de nós mesmos, quando aceitamos descer até lá, quando interrogamos aquilo que vivemos, vemos, sentimos, percebemos. Há um método de conhecimento e uma regra de ação aí; e há também aquilo que explica a conexão subterrânea entre a pura intensidade política do combate de rua e a crua presença em si do solitário. É no fundo de cada situação e no fundo de cada um que é preciso procurar a época. É aí que “nós” nos encontramos, é aí que se fazem os verdadeiros amigos, dispersos pelo globo, mas que caminham juntos (COMITÉ INVISÍVEL, 2016, p. 16).

O trabalho cartográfico deve ter em vista, considerando o caráter performativo da pesquisa, a busca da heterogênesse de vozes. *Contradispositivamos* a escrita confessional/identitária quando radicalizamos essa postura cartográfica – compreendendo que os narradores e personagens que se compõem no texto emergem de um fundo de época compartilhado, que não se encontra no interior do pesquisador, mas entre os atores que se agenciam na processualidade da pesquisa.

Deslocando a autoria e a autoridade do sujeito que escreve e sustentando suas personagens enquanto modos de existência, o texto tornado ficção, longe de lançar-nos a uma viagem para o centro de nós mesmos ou para o absurdo de uma tragédia por vir, permite que nos atentemos às forças que compõem a nossa realidade, que nos comuniquemos com a nossa época e que insistamos na criação de outros mundos possíveis.

Paul Ricoeur (1994a), ao empreender uma discussão sobre narrativa, história e ficção, defende a hipótese de que existe uma relação necessária entre o narrar e caráter temporal da experiência humana: “que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (p. 85). Se a experiência se inscreve na temporalidade por meio da elaboração narrativa, não existe a possibilidade de referência à experiência vivida que responda aos critérios de verificação da verdade, quando tomamos a definição desta “pela adequação a um real de objetos e submetido ao critério da verificação e da falsificação empíricos” (RICOEUR, 1994b, p. 288, apud GAGNEBIN, 2006, p. 42).

Com o objetivo de preservar a especificidade do discurso histórico, Ricoeur (1994b) propõe então, a substituição da ideia de referência pela de *refiguração*: “a ficção remodelando a experiência do leitor pelos únicos meios de sua irreabilidade, a história o fazendo em favor de uma reconstrução do passado sobre a base dos rastros deixados por ele” (p. 74-75, apud GAGNEBIN, 2006, p. 43).

A partir disso, torna-se necessária, aponta Jeanne-Marie Gagnebin, uma discussão acerca da memória. Gagnebin (2006) analisa, ao atentar-se para a relação recorrente entre a memória e a imagem do *rastro*, a tensão, contida na memória, entre a presença e a ausência – “presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (p. 44). Sem reivindicarmos o lugar de historiadores, mas tomando a responsabilidade de contar uma história, nos colocamos nessa luta, proposta por Gagnebin, contra o esquecimento e a denegação, contra a repetição do horror.

Como o narrador trapeiro, movido “pelo desejo de não deixar nada se perder”, apanhamos o que “é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). Buscaremos nos constituir como testemunhas, no sentido ampliado por Gagnebin: sentar-se, pôr-se a escutar, não ir embora. Que as palavras do texto permitam levar adiante a história do outro, na tentativa constante de reinventar o presente.

Vinha dormindo com muitos homens e mulheres. Do vazio da cama queen size – da qual, no entanto, não se poderia dizer “de casal” –, maquinavam-se orgias em que mulheres e homens, jovens e velhos, bichas, sapatonas e travestis, filósofas, psicólogas, atrizes, diretoras e poetas dos cinco continentes chupavam-se, comiam-se e falavam em línguas e vozes múltiplas. Ao contrário de, unívocas, conjugarem-se em concordâncias, entravam em disputa de tal modo que acabavam mutiladas, com membros e órgãos arrancados a dentadas. Em comum, talvez, apenas isto: a coragem de discordar.

Em algumas noites, tiravam-lhe o sono. Sabia, já nesse período de desenfreada promiscuidade, dos riscos de transitar entre corpos diversos: inconsistências e contaminações. Zunia-lhe à cabeça o imperativo da escolha. Levaria daí filhos aberrantes, bastardos de mães e pais passantes. Alguns destes ainda mapeáveis nas fisionomias daqueles; outros cujos traços – ao menos os traços detectáveis por aquilo que uma psicanalista, também traçada nessas transas, escolheu chamar de “olho-do-visível” – perder-se-iam de fato, restando talvez alguma impressão genética pouco manifesta.

*

Umás boas transas, algumas inconclusas, finalizações precoces e flertes frustrados. Companhias insolentes que, convidadas para um café, instalam-se permanentemente. Grandes paixões ou amizades que funcionam só até que não funcionem mais. *Gorar-e-descolar* (ROLNIK, 2014). São essas, quiçá, ademais de consequências, razões primeiras de uma pesquisa cujo percurso se forje no caminhar. Expor-se a contaminações e abortos e dispor-se a reinventar. Assim como o campo e a metodologia, o referencial teórico se constitui a partir de encontros e desvios. Ante cada livro aberto, cria-se corpo tal como o faz um cartógrafo que vai a campo.

Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias (ROLNIK, 2014, p. 23).

Faz-se necessário tomar cada obra como inacabada, cada conceito como “um dos modos dessa informação que todo vivente extrai de seu meio e pelo qual, inversamente, ele estrutura o seu meio” (FOUCAULT, 2008b, p. 363), como “uma maneira de viver em uma relativa mobilidade, e não uma tentativa de matar a vida” (p. 364). Deve-se compreendê-los como imanentes, dotados de história e de irregularidades (DELEUZE; GUATTARI, 1992). A teoria, enquanto prática local e regional, deve ter reconhecida sua validade somente na medida em que *funcione* (FOUCAULT; DELEUZE, 2013).

***Yo prefería jugar siempre a ser varón, a pesar de lo que insististe hacerme niña*¹²: tensionando o dispositivo da sexualidade, a identidade e a performatividade**

Revertendo uma tradição histórica que, calcada numa “hipótese repressiva”, reduz a atuação do poder sobre a sexualidade à sua limitação, Foucault (1988), ao escrever o primeiro volume de História da Sexualidade, afirma que há, a partir do século XVII, uma incitação das produções discursivas acerca da sexualidade. Ao contrário ou para além do que é postulado por essa hipótese repressiva, pautada na atuação negativa do poder sobre uma sexualidade que se supõe natural, a multiplicação dos enunciados em torno do sexo efetua-se como parte de uma tecnologia de poder complexa e produtiva. A sexualidade é tomada como dispositivo que se efetiva na eleição de práticas normativas e na busca pela catalogação da variedade sexual, constituindo-se, somente então, a escolha do objeto como base para a construção de uma identidade e de uma verdade sobre si.

Foucault (1988) elabora, portanto, uma história da sexualidade que a toma como efeito de mecanismos que não só, nem principalmente, limitam-na, mas que a produzem de fato; isto é, *mecanismos positivos* que inventam a sexualidade, as normatividades às quais ela estará sujeita e as práticas desviantes dessas normas enquanto patologias e degradações morais. A noção de poder que sustenta a hipótese repressiva que Foucault confronta está ligada a uma visão jurídica, representada no direito, cujas estratégias de exercício (coleta e morte) restringir-se-iam ao Estado e às suas instituições. Torna-se necessária, portanto, a partir da admissão de outros mecanismos (técnica, normalização, controle) mais complexos e positivos de produção da sexualidade, a construção de outra análise da constituição do sujeito em relação com as tecnologias de poder.

¹² Verso da canção *Never knows (es obvio)*, da banda Boom Boom Kid. Em tradução livre, “eu preferia brincar sempre de ser homem, a pesar de você ter insistido em fazer-me menina”.

Ao poder soberano, que se exerce sobre a vida apenas pela via do direito de matar, soma-se outro, a partir do século XIX, cujos mecanismos são inversos aos daquele: poder “de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 1999a, p. 187). Às técnicas disciplinares, que emergem entre o século XVI e XVII, centradas nas minúcias dos corpos, na produção de utilidade e docilidade, articulam-se outras técnicas de poder, estas surgidas apenas no final do século XVIII, que operam sobre o homem enquanto espécie e população, sobre os fenômenos inerentes à condição humana e sobre as eventualidades – como a natalidade, a mortalidade, a morbidade, os acidentes e doenças; técnicas que, buscando prever e controlar essas fatalidades e eventualidades, regulamentam os modos de viver (FOUCAULT, 1999a; 1999b).

Foucault (1988) discute o dispositivo da sexualidade como um dos mais importantes componentes da grande tecnologia do poder que se instala no século XIX, a partir da articulação entre o poder de soberania sobre a morte e o poder de regulamentação da vida, o anátomo e o biopoder. A sexualidade tornar-se-á objeto de interesse médico, político e econômico justamente por ocupar um lugar privilegiado entre o que é corporal – admitindo, portanto, controle por meio de técnicas disciplinares – e os fenômenos de população, por ser determinante da procriação – constituindo-se, assim, como um importante alvo também das técnicas de regulamentação.

Forja-se, então, nas civilizações ocidentais, uma vontade de saber que “se reconhece na proliferação discursiva e institucional em torno do sexo e da sexualidade” (FERREIRA; NARDELLI, 2013, p. 34). Essa disseminação discursiva, acelerada sobretudo a partir do século XVIII, reduz as sexualidades e práticas singulares a rótulos, naturaliza o que institui como práticas normativas e produz, conseqüentemente, um lugar para os desvios dessas normas, que serão considerados crimes, patologias ou degradações morais – “Incontável família dos perversos que se avizinha dos delinquentes e se aparenta com os loucos” (FOUCAULT, 1988, p. 41) – e deverão ser confessados mediante mecanismos herdados do poder pastoral. As práticas consideradas desviantes, ao contrário do que se costuma crer, não são bloqueadas ou inibidas, na sociedade burguesa do século XIX e ainda hoje; ao contrário, são incentivadas, investidas e incorporadas por meio de procedimentos específicos onde se entrelaçam o prazer e o poder.

Os mecanismos de exame de consciência e de confissão tomam um papel central entre os procedimentos de produção de verdade. Essas novas técnicas e procedimentos de governo dos vivos demandam,

[...] além dos atos de obediência e de submissão, ‘atos de verdade’ que têm de particular que não somente o sujeito é solicitado a dizer a verdade, mas dizer a verdade a respeito dele mesmo, de seus erros, de seus desejos, do estado de sua alma etc. (FOUCAULT, 2014a, p. 113).

A produção de identidade, poderíamos dizer, responde a essa extorsão operada por procedimentos científicos que herdaram do chamado poder pastoral a demanda pela confissão dos segredos mais íntimos e pela produção da verdade do próprio indivíduo (FOUCAULT, 2014a, p. 125). A ligação do sujeito a essa identidade deve, ainda, ser coerente e reconhecível para si e para os outros.

Foucault, em entrevista oferecida à revista canadense *Body Politic*, publicada em 1984, discute as relações entre sexo, poder e as políticas identitárias. Diante de um questionamento acerca da constituição de identidades relacionadas a novas práticas sexuais, como o sadomasoquismo, responde que acredita que as identidades podem ser interessantes como instrumentos que favoreçam as relações, como uma via para que as pessoas encontrem seu prazer. Se a identidade, no entanto, assume um caráter de “regra ética universal”,

se a identidade se torna o problema maior da existência sexual, se as pessoas pensam que devem “desvendar” sua “identidade própria” e que essa identidade deve tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência; se a questão que elas apresentam perpetuamente é: “Essa coisa é conforme à minha identidade?”, então penso que elas voltarão a uma espécie de ética muito próxima da virilidade heterossexual tradicional (FOUCAULT, 2014b, p. 255).

Também Judith Butler, em sua obra, argumenta no sentido de que as “categorias identitárias tendem a ser instrumentos de regimes regulatórios, seja como as categorias de estruturas opressivas ou como pontos de mobilização para uma contestação liberatória dessa mesma opressão” (BUTLER, 1993a, p. 308, tradução nossa). Por buscarem mais controlar a sexualidade que supõem descrever e autorizar do que liberá-la, já que não são capazes de

descrever sexualidade alguma¹³, identificar-se a essas categorias seria, para a autora, voltar-se contra essa própria sexualidade.

Em 1993, Butler questiona: o que se poderia assumir que *todas* as lésbicas têm em comum, que permitiria falar de uma *identidade* lésbica? Haveria uma prática sexual ou objeto de desejo comum a todos os membros dessa categoria identitária? A autora conclui que talvez a única experiência unanimemente compartilhada seja a da homofobia, mas, ainda assim, a forma como ela é experimentada e como cada uma se remete a essa experiência será diferente.

Do mesmo modo, analisa a categoria *mulher* no início de *Problemas de gênero*: “existiriam traços comuns entre as ‘mulheres’, preexistentes à sua opressão, ou estariam as ‘mulheres’ ligadas em virtude somente dessa opressão?” (BUTLER, 2015d, p. 22). O critério, portanto, é arbitrário. Não se pode conceber uma característica que defina por essência ou por natureza o que é ser lésbica ou ser mulher. A decisão de fazer oposição à violência operada pelo apagamento social de gays e lésbicas deve tomar o cuidado de não a substituir por outra violência, de não produzir apenas uma transformação do policiamento.

Observa-se, no entanto, que, apesar das críticas e ressalvas quanto ao uso dessas categorias, Butler não rompe definitivamente com a política identitária. Assumindo-se isso, torna-se possível falar do caráter político e provisório da escolha desses critérios e problematizar o uso dos signos identitários de modo que o seu questionamento não signifique um retorno ao silenciamento e à invisibilização, mas que se admita pôr em questão a categoria que será utilizada e que se leve em consideração o que ela exclui:

Se o tornar visível da identidade lésbica/gay agora pressupõe um conjunto de exclusões, então talvez parte do que é necessariamente excluído sejam *os usos futuros do signo*. Há uma necessidade política de usar algum signo agora, e nós o fazemos, mas como usá-lo de um modo tal que suas futuras significações não sejam *foraclusidas*? Como usar o signo e reconhecer sua contingência temporal, ao mesmo tempo? (BUTLER, 1993a, p. 311-312, grifos da autora, tradução nossa).

Na continuidade, a pista parece estar em admitir a “provisoriedade estratégica do signo (em vez de seu essencialismo estratégico)” (BUTLER, 1993a, p. 312, tradução nossa); é a

¹³ “Se a sexualidade deve ser revelada, o que vai ser tomado como o verdadeiro determinante do seu sentido: a estrutura da fantasia, o ato, o orifício, o gênero, a anatomia? E se a prática envolve uma complexa interação de todos esses, qual dessas dimensões eróticas vai definir a sexualidade que requer todas elas?” (BUTLER, 1993a, p. 310).

partir daí que se poderia assumir o significante¹⁴ de fato como um lugar de rearticulação, preservado por sua abertura aos significantes políticos futuros.

Em entrevista oferecida recentemente à Folha de São Paulo, além de defender que haja uma ponte entre estudos LGBTQI¹⁵, feminismo e estudos de gênero, Butler diz crer que a construção de identidade é também performatividade, pois a partir do momento em que se colocam as reivindicações por direitos e visibilidade, “não só dizemos quem somos, mas ‘fazemos’ quem somos e pedimos ao mundo que aceite” (PASSOS, 2015).

Consideramos, no que se refere às sexualidades e gêneros dissidentes – essas catalogadas como aberrantes –, a ideia de performatividade tal como se apresenta na obra de Judith Butler. O termo provém da filosofia da linguagem de John Langshaw Austin, onde o ato performativo é definido, em síntese, no que expressa o título do livro *How to do things with words* (traduzido para o português como “Quando dizer é fazer”): ao contrário do ato constativo, cujos enunciados podem ser classificados como verdadeiros ou falsos, o performativo consiste na própria execução de uma ação (AUSTIN, 1962). No percurso teórico e argumentativo de Austin, ao longo das 12 conferências que compõem o livro, desconstrói-se a dicotomia entre essas duas categorias (o performativo e o constativo).

Parte-se, aqui, de uma diferenciação baseada em dois pontos principais: o performativo seria a realização de um ato ao dizer, enquanto o constativo seria “simplesmente dizer algo” (AUSTIN, 1990, p. 111), e as declarações ou constatações seriam *verificáveis*, ou seja, poderiam ser classificadas como *verdadeiras* ou *falsas*, contrapondo-se à *felicidade* ou *infelicidade* dos performativos. O ato performativo referir-se-ia às ações que se concretizam mediante à enunciação de certas fórmulas linguísticas, ou por fórmulas cuja enunciação, diante das circunstâncias convencionadas para a validação de tais atos, seria

¹⁴ Significante, neste contexto, é compreendido como em Derrida (2004), que rompe com a dicotomia significante/significado saussuriana. Para Derrida, assim como para Butler (2015d), há apenas significantes em relações de remetimento. Não há um significado “por trás” do significante; o sentido é efeito de uma cadeia de significantes.

¹⁵ A variação da sigla LGBT utilizada por Butler nessa entrevista inclui os termos “*queer*” e “*intersexual*”. A sigla LGBT escolhida para a escrita deste projeto, de acordo com o que definimos anteriormente, incorpora aqui também essas e outras categorias minoritárias.

suficiente para que se concretizassem: dizer “eu aceito”, por exemplo, dentro de uma cerimônia específica, diante de um sacerdote, é casar-se, no âmbito da igreja. Dizer “eu aposto” ou “eu prometo”, igualmente, em um contexto que legitime o uso e a efetividade de tais palavras, é nada menos do que apostar ou prometer.

Tomando a linguagem como prática social concreta, que interfere no mundo e o produz, conclui-se que, mesmo quando fazemos uma declaração – exemplo por excelência de constatação –, o ato de fala, unidade de análise que considera não apenas o enunciado em si, mas o contexto em que ele se efetiva e as convenções às quais está condicionado, detém o que Austin chama de *força ilocucionária*: a concretização de uma ação verbal sobre a realidade, referenciada no contexto de quem a enuncia, e que pode ter efeitos sobre o estado ou as ações do interlocutor.

Butler, ao analisar o “não se nasce mulher, torna-se” de Simone de Beauvoir, coloca que “o gênero não é de modo algum uma identidade estável ou *locus* de agenciamento do qual vários atos procedem; antes, é uma identidade tenuemente constituída no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 1988, p. 519, tradução nossa).

O conceito de performatividade, aí, é utilizado para discutir como se faz e como se pode desfazer o gênero a partir da palavra, de atos de repetição que criam a identidade de gênero como uma ilusão, um “objeto de crença”; nem, por isso, menos real. A realidade do corpo sexuado ou generificado é produzida na sua nomeação, descrição e repetição incessante. A identidade, como ato performativo, não possui um referente externo a si mesma, não *representa* ou *se refere* a uma realidade anterior e dada, mas efetua uma ação, tem como efeito a criação e a transformação da sua própria materialidade (BUTLER, 1993b).

Jacques Derrida (1991), em *Assinatura acontecimento contexto*, “comunicação oral” com o tema “comunicação”, proferida no *Congres International des Sociétés de Philosophie de Langue Française*, em Montreal, em agosto de 1971, e publicada no livro *Margens da filosofia*, caracteriza a comunicação pela *iterabilidade*: a possibilidade de repetir-se, mesmo

na ausência de destinatários determináveis e de quem a produziu, viabilizada pela identificação das marcas presentes em qualquer código.

O signo, assim, ao mesmo tempo em que permanece agindo, funcionando, no estado de ausência que define a sua própria existência (projetar-se na ausência de seu referente), detém uma força de ruptura com o contexto em que é produzido: separado tanto dos outros elementos da cadeia contextual interna quanto de todas as formas de referente presente, objetivo ou subjetivo – ou seja, das suas condições materiais de emergência e da intencionalidade de quem o produziu no momento em que o produziu –, ainda se mantém legível ou decifrável. Essas características, atribuídas a princípio à comunicação escrita, estendem-se, na análise de Derrida, para qualquer tipo de comunicação, e mesmo para a “totalidade da ‘experiência’ na medida em que esta não se separa deste campo da marca” (DERRIDA, 1991, p. 359), a partir do momento em que a experiência também está inscrita em função de unidades que se propagam e produzem sentido, separadas de seu contexto interno e externo e de si próprias.

Esse caráter de iterabilidade, para Derrida, é o que possibilita a emergência de uma identidade do signo, ou o seu efeito de unidade, pois é nessa repetição que se forja a sua forma significativa *apesar* das variações das condições de enunciação, o que faz com que se possa reconhecer e reproduzir a sua marca. Ao mesmo tempo, é também a iterabilidade que garante que o signo ou o sintagma nunca sejam idênticos a si mesmos; ou seja, extraídos do contexto e “irremediavelmente perdido” o momento de sua produção, repetem-se enxertados em outras cadeias, o que faz com que difiram sempre de si próprios. Decorre disso outra característica de toda enunciação, performativa ou não: a citacionalidade. Ao ser reconhecível na repetição, o signo, sendo deslocado de seu contexto original e implantado em outros, “citado”, “colocado entre aspas”, pode

romper com todo o contexto dado, engendrar infinitamente novos contextos, de forma absolutamente não saturável. Isso não supõe que a marca valha fora do contexto, mas, pelo contrário, que não existem contextos sem qualquer centro de referência absoluto. Esta citacionalidade, esta duplicação ou duplicidade, esta iterabilidade da marca não é um acidente ou uma anomalia, é aquilo (normal/anormal) sem o qual uma marca não poderia mesmo ter funcionamento dito “normal”. O que é que poderia ser uma marca que se não pudesse citar? E que origem poderia ter sido perdida pelo caminho? (DERRIDA, 1991, p. 362)

Derrida critica, aí, a distinção de Austin (1990) entre os performativos “felizes” (aqueles cuja ação convencional se efetiva) e os “infelizes” (que, por estarem deslocados de um contexto geral de proferimento, “fracassariam” em seu uso convencional) – sendo estes últimos descritos por Austin como erros, exceções, anomalias na regra geral funcionamento do performativo. O francês defende, por sua vez, que essa possibilidade de deslocamento seria intrínseca ao ato performativo.

Assim como a performatividade, a iterabilidade e a citacionalidade são tomadas por Butler em sua formulação da produção do gênero. Junta-se também, aí, o conceito de interpelação, proveniente das notas de Althusser sobre ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. A interpelação seria, para Althusser, o mecanismo por meio do qual a ideologia age sobre os sujeitos, transformando-os em indivíduos. Em exemplo utilizado pelo autor, um policial dirige-se a um homem na rua, enunciando: “ei, você!”. O homem, nesse momento, vira-se em direção ao policial, reconhecendo-se, aí, como o sujeito a quem aquela interpelação fora endereçada, dentre todos os outros. De modo quase infalível, o indivíduo que se volta em resposta à interpelação é mesmo aquele que estava sendo visado por aquele chamamento. “Fenômeno estranho, que apesar do grande número dos que ‘têm a consciência tranquila’, não se explica apenas pelo ‘sentimento de culpabilidade’” (ALTHUSSER, 1980, p. 100).

Isso se passaria, para o autor, dentro da ideologia; a interpelação do indivíduo enquanto sujeito e a existência da ideologia seriam, na realidade, a mesma coisa. Assim também, tendo em vista que a ideologia seria, de acordo com Althusser, eterna, todos os indivíduos seriam, desde sempre, interpelados como sujeitos. As crianças seriam sempre já interpeladas como sujeitos, antes mesmo de nascerem, por serem esperadas numa configuração ideológica familiar dentro da qual o seu lugar estaria previamente traçado; o “indivíduo” anterior ao sujeito seria, portanto, uma categoria abstrata.

Butler (1997) aponta, ainda, para o caráter citacional dessa própria interpelação: sua eficácia não está ligada ao momento de sua enunciação e à voz que a produz. A produção de efeitos sociais e a constituição de sujeitos que dela decorre está ligada a uma noção de poder

soberano presente na sua expressão, que mimetiza o poder divino de criação por meio da palavra. Assim sendo, a autoridade da nomeação é atribuída, ela também, mediante o endereçamento e iteração de convenções que têm como efeito a legitimação desse lugar de interpelação. A própria citacionalidade, por outro lado, garante o engendramento de outros contextos – é o que permite, por exemplo, que, ocupando outros espaços de enunciação, palavras comumente tomadas como ofensas sejam ressignificadas.

No livro *Bodies that matter*, Butler (1993b) discute outra cena de interpelação: a partir do momento em que o médico enuncia: “é uma menina”, seja antes ou depois do nascimento, a menina é “ameninada”, “trazida para o domínio da linguagem e da afinidade por meio da interpelação de gênero” (BUTLER, 1993b, p. 7, tradução nossa). Essa interpelação, no entanto, exige uma reiteração constante, que reforça a ligação do sujeito ao seu gênero. Ao mesmo tempo, delimita os próprios contornos do que pode ou não ser qualificado como “humano”: Butler observa que os seres abjetos que não podem ser propriamente classificáveis como masculinos ou femininos têm, a partir dessa impossibilidade de reconhecimento pela iteração das normas e estilização, a sua própria humanidade questionada.

A performatividade do gênero não é, portanto, a realização de um ato isolado, mas a reiteração de um conjunto de normas. Por aparecer, no presente, como uma atuação, dissimula esse conjunto de normas; ocultando as convenções que repete e sua historicidade, aparece, então, como teatralidade.

Assim se justifica a escolha de Butler pela categoria do *performativo*, em lugar da *força ilocucionária*, para explicar a produção dos corpos generificados: a especificidade do performativo é que produz não qualquer ação sobre a realidade, mas, precisamente, a realidade material daquilo que nomeia.

A identidade sexual, a partir disso, será tomada como categoria política, produto de performativos construídos pelos sujeitos que com elas se identificam, formada a partir de uma repetição de si. A identidade, portanto, é sempre instável, já que essa repetição falha perpetuamente e, falhando, produz novidade (BUTLER, 1993a). A produção dessas

categorias se dá, ainda, em relação de embate com os discursos produzidos por autoridades religiosas e acadêmicas, meios de comunicação e pelos próprios movimentos LGBT acerca das identidades e das práticas sexuais. Define-se, portanto, como identificação política produzida pela repetição de atos performativos dentro de um contexto, de um jogo de poder.

Faz-se necessário assumir, na composição da escrita como fazer político, uma lógica da estratégia, em lugar da lógica da dialética, tal como sugere Foucault:

E uma lógica da estratégia não faz valer termos contraditórios num elemento do homogêneo que promete sua resolução numa unidade. A lógica da estratégia tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares. A lógica da estratégia é a lógica de conexão do heterogêneo, não é a lógica da homogeneização do contraditório (FOUCAULT, 2008a, p. 58).

Resistir à/na identidade é sustentar o equívoco e a dúvida. Desmontar a autoria por meio de uma história que se componha a partir de uma temporalidade comum que, como nos indica Butler (2015a), faz com que a escrita de si esteja atravessada pela história das relações com as normas, e, portanto, constitua-se, também, como teoria social:

o que posso ‘ser’, de maneira literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis. Embora esse regime decida de antemão qual forma o reconhecimento pode assumir, ele não a restringe. Na verdade, “decidir” talvez seja uma palavra muito forte, pois o regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para esse reconhecimento. Para Foucault, sempre haverá uma relação com esse regime, um modo de engendramento de si que acontece no contexto das normas em questão e, especificamente, elabora uma resposta para a pergunta sobre quem será o “eu” em relação a essas normas (BUTLER, 2015a, p. 35).

Não há possibilidade de reconhecimento enquanto sujeito, portanto, sem que se leve em conta os enquadramentos normativos. Ainda que a moral não seja absolutamente determinante, visto que o sujeito, por meio da operação da crítica, assume um posicionamento ético diante das prescrições, a constatação da limitação das possibilidades de reconhecimento pelos enquadramentos normativos permite que qualquer exercício sério de relato de si ultrapasse o suposto intimismo de um diário.

Ao trabalharmos com os movimentos LGBT e os ativismos *queer*, é necessário ter em vista que, dentro e fora da academia, a militância também se regula quanto às suas estratégias de ação, buscando avaliar até que ponto são interessantes em cada contexto. Tomemos como exemplo a discussão, que apresentamos anteriormente, acerca do acirramento do discurso identitário, que ocorre a partir das Jornadas de Junho de 2013 e se condensa na evocação do “lugar de fala” como estratégia política.

A filósofa Djamilla Ribeiro (2017), no livro *O que é lugar de fala?*, faz uma tentativa, baseada num debate teórico acerca do feminismo negro, de desvincular o conceito de lugar de fala do conceito de representatividade. Ribeiro (2017) afirma: “uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa” (p. 83-84) – defendendo, declaradamente, um ponto de vista identitário, mas tentando desmontar a ideia do lugar de fala como desautorização do discurso.

Ao se contrapor às críticas ao lugar de fala que o colocam como uma restrição à troca de ideias, Ribeiro (2017) cita um artigo de Jota Mombaça que defende que, na realidade, já existe um regime de autorização instaurado (o silenciamento das minorias), e que o dispositivo do lugar de fala serviria para subvertê-lo. O discurso da subversão, no entanto, passa rapidamente para uma inversão:

Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que *convidar um homem cis eurobranco a calar-se para pensar melhor antes de falar* introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente. (MOMBAÇA, 2017, grifos nossos).

Existe uma confusão, aparentemente, entre a concepção teórica do conceito de lugar de fala – que não diz respeito, em sua gênese, ao silenciamento e desautorização – e as formas como ele opera, como dispositivo, nos debates políticos atuais.

Em abril de 2016, Helena Vieira, que então se apresentava como “travesti, transfeminista, articulista e escritora”, e Sofia Favero, “estudante de psicologia, travesti e administradora da Página Travesti Reflexiva [no Facebook]” assinam, em parceria, um texto intitulado “Sobre ativismo e biscoitos”, publicado no blog #AgoraÉQueSãoElas, da Folha de São Paulo.

O texto critica o engessamento dos discursos identitários no âmbito do que chamam de “ativismo virtual”, que “inibem outras subjetividades, deslegitimam outras narrativas do ser, de si” (VIEIRA; FAVERO, 2016), sobretudo as narrativas masculinas ou que apresentam aspectos relacionados a masculinidades, como as das travestis. Provoca, assim, uma análise do uso do lugar de fala como silenciador das diferenças que permite que se produza uma torção do termo em direção a suas outras possibilidades de uso estratégico.

Passando pela crítica ao termo “biscoiteiras” – apelido conferido por militantes de algumas vertentes de movimentos feministas às mulheres que ousam defender a necessidade de participação dos homens na construção de outras formas de relação que não passem pelo sufocamento das diferenças –, as autoras apontam que a ridicularização das tentativas de inserção de homens no feminismo, ao sugerir que estes só podem se posicionar em relação às questões de gênero por desejarem “biscoitos” (aprovação feminina), pune justamente o apoio que se apresenta como prática desejável da parte dos homens. É preciso, segundo as autoras, que se construam pontes, e não cercas.

Beauvoir já nos disse que ninguém nasce mulher. A mulher torna-se mulher. Ninguém, igualmente, nasce homem machista. Nós não nascemos como somos hoje. E as transfeministas o sabem bem. Não se trata de dar biscoitos, a escuta é o que rompe a estagnação e nos leva ao avanço. Temos nós também que escutar (VIEIRA; FAVERO, 2016).

Em texto publicado três meses mais tarde na página *Travesti Reflexiva*, Sofia Favero discute o local de fala enquanto marca das experiências que atravessam a existência de um sujeito que se posiciona em determinado momento. O instrumento produz estranhamento à autora, no entanto, quando se torna condição necessária para que ocorra qualquer debate. Sem desconsiderar a importância do conceito, Favero aponta para o equívoco na sua utilização, que produz e reproduz uma individualização das dores, angústias e opressões, tomadas como responsabilidade unicamente daqueles sobre quem incidem diretamente, desconsiderando a possibilidade de agência do outro – colocado no lugar de veículo das opressões – na produção de outras formas de relação, e, portanto, minando a perspectiva de coletivização das questões das minorias. O texto é concluído com a proposição de que se construa

um local de fluxos que incorpore a diferença e que reconheça a contribuição daqueles que analisam a partir de outro ângulo, daqueles que veem de fora. Assim,

no meio a tantos contrastes necessários, talvez a gente entenda que o desacordo fortalece nossos ideais, que o único enfraquecimento é a bolha que nos isola (FAVERO, 2016)

A expressão “local de fluxos” é compreendida, aqui, como uma paródia. Embora compreendamos que os fluxos não *se localizam*, situar os discursos aos quais nos ligamos a partir de um local de fluxos, em contraposição à pretensa estaticidade do lugar de fala, é admitir-se como estação, ponto de passagem, de convergência e divergência de instituições; as linhas que compõem as condições de emergência dos nossos enunciados, e que nos arrastam entre os terrenos de enunciação que ocupamos, não começam, nem terminam, ou sequer se detêm em nós.

As modulações dos usos da identidade se referenciam, nesse momento, não em uma lógica dialética, que, como afirma Foucault (2008a), “põe em jogo termos contraditórios no elemento homogêneo” (p. 58), mas em uma lógica da estratégia, que não propõe a resolução dos contraditórios numa unidade – ao contrário, estabelece “quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares” (p. 58).

A proposição de um local de fluxos, portanto, na concepção de Favero (2016), pode desfigurar a rigidez identitária que tornou a noção de lugar de fala mais um elemento de segregação do que uma possibilidade de produção de alianças. Apresenta-se como possível composição de um território existencial, de um espaço de enunciação que, sem buscar a anulação do outro, leve em conta os atravessamentos que se constituem como condição de emergência dos discursos heterogêneos que se põem em embate.

***The only way that we can stand in fact is when you get your foot off our back*¹⁶: racismo de estado, sociedade de controle, movimentos institucionais**

Mais de uma vez, em seu curto percurso de vida, fora interpelada pela pergunta que tanto constrangia quanto, secretamente, orgulhava, e à qual aprendeu a responder com uma malícia provocativa, desconsiderando a entonação que supunha uma relação de exclusividade entre os dois termos opostos na oração: “mas você é menino ou menina?”; “sim.” – exprimindo, assim, a equivocidade dessa suposição.

As roupas largas escondiam, propositadamente, as poucas curvas que poderiam resolver a ambiguidade daquele corpo magro, e o boné cobria os cabelos que ainda não tinha coragem de cortar. O visual era interpretado ora como desleixo, ora como charme – o pai achava o máximo que desfilasse no caminho para o colégio vestindo as suas camisas. Quando, todavia, as camisas tornaram-se insuficientes e comprou sua primeira cueca, ouviu em casa que aquilo já havia passado dos limites e que lhe faltava algo entre as pernas que pudesse justificar o uso da peça.

Ainda não o compreendia propriamente, mas sabia que algo dessa falta comparecia desde sempre. Por que falta? O que era isso que aparentemente sempre acabava por definir sua existência a partir de categorias negativas? Seu corpo não deveria ser exatamente do jeito que era? Sentia que sim; e, se era assim, o que aquilo tudo tinha a ver com as roupas que escolhia usar, que aos seus olhos compunham tão bem com esse corpo magro, duro, esquisito?

Mais tarde, questionariam também a forma como esse corpo se punha em ação. Não sabia se o que se lhe revelava nesses questionamentos era um desentendimento profundo ou uma sutil crueldade – tentativa voluntária de fazer retornar o velho esquema da falta. Talvez um tanto das duas coisas. De todo modo, quanta mediocridade havia em crer que a forma como se transa tem a ver exclusivamente com o que se ostenta entre as pernas.

¹⁶ Em tradução livre, “Na verdade, nós só vamos conseguir ficar em pé quando vocês tirarem o pé das nossas costas”. Trecho da música Revolution, de Nina Simone.

Nas sessões masculinas de lojas de departamento; na cama onde experimentava o sexo com o corpo inteiro, exercitando o gozo na estimulação de todo e qualquer pedaço de pele ou mucosa; nas sex shops em que se apresentava, em todas as formas, cores, materiais e funções possíveis, a evidência da absoluta plasticidade do corpo, aprendia: tudo era artifício, prótese; tudo era simulação. Era preciso fazer-se continuamente, não porque faltasse, mas para que outras formas de prazer pudessem afirmar-se.

Judith Butler (2015b), em conferência magna no I Seminário *Queer*, em São Paulo, quando da sua primeira vinda ao Brasil, discute os riscos de restringir uma análise da situação política à vitimização: ao mesmo tempo em que é necessário afirmar um discurso de vitimização diante, por exemplo, das acusações de que as mulheres provocam seus próprios estupros, se utilizamos exclusivamente argumentos vitimistas nas lutas políticas, apagamos ou elidimos as resistências concretas das minorias, que se organizam muitas vezes extralegalmente.

A filósofa retoma uma questão colocada em torno do livro *Problemas de gênero*, tendo em vista seus estudos mais recentes, voltados para a discussão sobre vulnerabilidade e precariedade: quando Butler fala do gênero como performatividade, interpreta-se equivocadamente, de um lado, que deliberamos radicalmente acerca do nosso gênero, e, de outro, que somos absolutamente determinados pelas normas de gênero.

A performatividade, de fato, depende de um sistema de significações que nos antecede, no qual estamos imersos antes mesmo de sermos capazes de performar, nós mesmos, qualquer ato de fala. No entanto, a partir do momento em que fazemos uso das categorias linguísticas, também as produzimos ativamente, ao mesmo tempo em que elas continuam agindo sobre nós. Embora as normas de gênero existam anteriormente a nós e ajam sobre nós, nós também as reiteramos, fazemo-las enquanto as repetimos. Essa repetição, no entanto, está sujeita a falhas, desvios, ressignificações, que permitem a criação de outras normas e a flexibilização da coerção sobre as performances de gênero. E essa flexibilização, por sua vez, possibilita, nas palavras de Butler (2015b), a produção de um “modo de vida mais vivível”. Existe, portanto, um elemento de escolha no processo de performatividade – e,

no entanto, essa escolha é tardia, visto que a linguagem age sobre nós antes de agirmos, antes de imergirmos nela como seres falantes.

Figura 4. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



Como pensar, no interior de um modo de sociedade biopolítico, que funciona principalmente por meio da manutenção da vida, a violência e a mortificação direcionadas a sujeitos e modos de existência que fogem ao ideal fictício que enxergamos como “maioria” (Deleuze, 2010a), às normas eleitas por esses mecanismos de regulamentação da vida? Como olhar para os movimentos de luta por direitos tendo em vista esses processos de seletividade?

Considerando-se que o contorno do que é definido como violência depende de um enquadramento legal, que se opera tanto na formulação quanto na execução ou na recusa a executar o que está prescrito pela lei, recorrer ao regime legal que, por meio de um recorte racista, justifica alguns atos de violência enquanto criminaliza outros, fortalece esse próprio regime.

Compreendemos racismo, aqui, a partir das formulações de Foucault (1999a) acerca do racismo de Estado. Para justificar o exercício do poder soberano, ou seja, o poder de matar, no interior de um aparato biopolítico, que tem como principal objetivo a manutenção da vida (o direito político do século XIX, de fazer viver e deixar morrer), é necessário fazer valer um recorte entre o que deve viver e o que deve morrer.

A polícia, nesse sistema, é não só representante, mas executora imediata do poder soberano, e tanto reitera como produz a lei, nos atos de fazê-la cumprir-se ou não, de investigar ou deixar de investigar determinadas ações, definindo, assim, o que é um crime e o que é uma prática de violência legalmente justificada – incluindo-se nessa última categoria, logicamente, as suas próprias ações (BUTLER, 2015b).

Foucault (1999a), no curso *Em defesa da sociedade*, publicado em espanhol sob o título *Genealogía del racismo* (1993), disserta sobre as formas como as subjetividades são produzidas em relação com as diferentes modalidades de sociedade – o que aponta, já em 1982, como a questão geral que perpassa todas as suas pesquisas: o sujeito, emaranhado em relações de produção, de sentido e de poder (FOUCAULT, 2014a).

Na transição da sociedade soberana para a disciplinar, ao poder soberano de fazer morrer, soma-se outro: um poder sobre a vida, que se opera a partir da junção de técnicas disciplinares, surgidas a partir do século XVII, que incidem sobre o corpo, e técnicas

biopolíticas, que surgem no final do século XVIII e agem sobre o homem enquanto espécie, operando a partir da noção de “população”.

Esse novo poder, cujos mecanismos voltam-se tanto para a produção minuciosa do comportamento individualizado e serializado ao máximo, quanto para os fenômenos populacionais avaliados em termos estatísticos, e que se sobrepõe ao poder soberano – sem, no entanto, suprimi-lo –, é o inverso deste: enquanto o poder soberano pauta-se no direito de matar, ou na detenção, pelo soberano, da decisão sobre a possibilidade de viver ou morrer do súdito, o principal mecanismo do biopoder consiste na manutenção da vida. Ao direito de fazer morrer e deixar viver, une-se este outro, de fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 1999a; 1999b).

Foucault chamará de racismo de Estado o mecanismo que possibilita que se sustente, dentro dessa nova tecnologia que opera principalmente pela manutenção da vida, o poder de matar. O corte entre o que deve viver e o que deve morrer justifica-se nos próprios dispositivos de saber-poder biopolíticos. Pauta-se nas ciências da população e da espécie, marcando os direcionamentos dos mecanismos biopolíticos a partir da produção de uma lógica de purificação da raça, que se concretiza no controle da sexualidade e da reprodução daqueles considerados anormais.

A primeira função do racismo seria, assim, “fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 1999a, p. 305). A produção das raças diz respeito a essa inserção de descontinuidades, de categorizações, numa vida que de outro modo poder-se-ia crer absoluta. A partir dessas categorizações, e esta seria a segunda função do racismo, estabelece-se um ideal biológico de raça pura que justifica a morte do outro – dos degenerados, dos anormais –, não só pela manutenção da própria vida individual, mas pela suposição de uma perpetuação mais saudável da espécie. Esses recortes operam, portanto, por meio de uma patologização que determina a necessidade de intervenções, em nível de corpo e de população, sobre esses que são colocados na interseção ou num ponto de confusão entre o que é doença, crime e loucura.

Figura 5. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



Deleuze (2010b) deixa pistas para pensar uma transição entre as sociedades disciplinares, descritas por Foucault, e o que virá a chamar de sociedades de controle. As sociedades disciplinares, sucedendo às sociedades de soberania, instauram-se entre os séculos XVIII e XIX, atingem seu ápice na primeira metade do século XX, e funcionam a partir da organização de meios de confinamento. O indivíduo, nesse modelo de sociedade, transita ao longo de toda a vida entre instituições fechadas, que têm como modelo a prisão: escola, fábrica e hospital são exemplos paradigmáticos.

Nas sociedades de controle, em ascensão a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os meios de confinamento disciplinares entram numa crise generalizada, instauram-se mecanismos de controle ultrarrápidos, ao ar livre, cada vez mais difusos e difíceis de escapar. Os moldes dos confinamentos são substituídos pelas modulações do controle – “como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 2010b, p. 224); o controle se opera continuamente, sem cessar.

O monitoramento eletrônico, as redes sociais, as medidas socioeducativas ou penitenciárias em regime aberto, os projetos assistenciais de ONGs e governamentais, os enormes bancos de dados detidos por empresas privadas, o desejo de polícia, o empreendedorismo de si, a produção do estado constante de crise são exemplos de mecanismos que buscam normalizar e capturar as potências de resistência, não isolando em confinamento, mas incluindo em suas próprias redes. A vigilância contínua, aqui, diverge do modelo panóptico das sociedades disciplinares, instalando-se numa incerteza que se expressa na frase estampada no transporte coletivo da Grande Vitória: “sorria, você *pode estar sendo* filmado”.

Guattari, em 1978/79, descreve, de maneira quase profética, os rumos que vinham tomando as sociedades repressivas e aonde essa difusão dos mecanismos de repressão estaria nos levando – uma política de tolerância, não mais da imposição do enquadramento a um molde ou uma norma única e necessária, mas de modulações benevolentes, inclusivas, diversas, ao menos até o ponto em que grupos ou indivíduos tomassem a decisão de contestá-

las. Aí, então, revelariam uma brutalidade sem igual, aniquilando física ou subjetivamente os atores dessa contestação.

As sociedades repressivas que estão se estabelecendo agora têm duas características novas: a repressão é mais suave, mais difusa, mais generalizada, mas, ao mesmo tempo, muito mais violenta. Para todos os que podem se submeter, se adaptar e ser canalizados, haverá uma diminuição da intervenção policial. Haverá mais e mais psicólogos, até mesmo psicanalistas, no serviço policial; haverá mais terapia comunitária disponível; os problemas do indivíduo e do casal serão discutidos em todos os lugares; a repressão será mais compreensiva psicologicamente. O trabalho das prostitutas terá de ser reconhecido, haverá um especialista em drogas no rádio – em suma, haverá um clima geral de compreensão e aceitação. Mas se houver categorias e indivíduos que escapem dessa inclusão, se as pessoas tentarem questionar o sistema geral de confinamento, então eles serão exterminados, como os Black Panthers nos EUA, ou suas personalidades exterminadas, como aconteceu com a Fração do Exército Vermelho na Alemanha. O condicionamento skinneriano será utilizado em toda parte (GUATTARI, 2007, p. 235, tradução nossa).

É a partir dos tensionamentos possíveis entre as potências de resistência e esses novos modos de repressão que devemos pensar a viabilidade de revoluções. “Não haverá mais Revoluções de Outubro”, Guattari afirma. Se assumirmos a perspectiva da política tradicional, não haverá mais revoluções. Devemos olhar ao nível molecular, microscópico: o que deve restar das movimentações contemporâneas é a produção de uma outra sensibilidade, de um outro modo de relação, e essa *nova sensibilidade* é, ela mesma, a revolução (GUATTARI, 2007).

A categoria “gênero”, na análise de Preciado (2008), no livro *Testo Yonqui*, surge como uma produção do discurso biotecnológico, datada da década de 1940, com a Segunda Guerra Mundial. Constrói-se noção de gênero como um “sexo psicológico”, dotado de uma plasticidade tecnológica, em oposição à rigidez do “sexo biológico”. O gênero, assim, não emerge no discurso feminista, mas no âmbito do que Preciado chamará de “farmacopornismo”, que tem por negócio as tecnologias do gênero, do sexo, da sexualidade e das raças. A partir das novas tecnologias de modificação da anatomia e fisiologia, por meio de cirurgias e da administração de hormônios, surge o recorte ontológico-sexual entre os

indivíduos cujo gênero é aquele que lhes foi designado ao nascimento (*bio-homens* e *bio-mulheres*) e os que conformaram o sexo ao gênero a partir desses novos procedimentos (*tecno* ou *trans-homens* e *tecno* ou *trans-mulheres*). Para Preciado, no entanto, todos os corpos sexualizados e generificados são tecnicamente produzidos.

Ambos [bio e trans] dependem de métodos de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológico comuns. A diferença entre um e outro depende da resistência à norma, da consciência dos processos técnicos (farmacopornográficos) da produção da masculinidade e da feminilidade, e do reconhecimento social no espaço público. Não há aqui um juízo de valor implícito: o gênero trans não é melhor nem mais político que o gênero bio. Há transexuais, por exemplo, que afirmam ter nascido “presos no corpo do sexo contrário” e que creem que os dispositivos técnicos postos a seu serviço pela medicina contemporânea não são senão formas de desvelar seu autêntico e verdadeiro sexo. Outros transexuais afirmam sua condição *gender queer*, de desviados de gênero, e rechaçam as atribuições homem e mulher como imposições normativas. Neste momento, a diferença (política, mais que somática) entre pessoas biogênero e pessoas transgênero parece abismal e dramática, mas se tornará obsoleta durante os séculos por vir (PRECIADO, 2008, p. 85-86, tradução nossa).

Lembramo-nos, aqui, da provocação feita anteriormente por Preciado, ainda no livro *Manifesto Contrassexual* (2014): em termos da artificialidade da produção dos corpos, o que difere Marilyn Monroe de uma *drag queen* ou Elvis Presley de um *king*? A produção do gênero dos nossos símbolos sexuais é tão artificial, plástica, paródica quanto a das *drags*, tomadas por Butler como exemplo da produção performativa da sexualidade e do gênero.

O gênero, então, assim como a sexualidade, é uma ficção somaticopolítica, fabricada por essas tecnologias e possível somente em seu interior. Tem como efeito o delineamento de afetos, desejos, crenças, identidades e subjetividades, com o objetivo de manter as estruturas de poder de gênero, de produzir corpos dóceis a serviço da produção de capital:

as garotas brancas hiperestrogenadas chorando pelos garotos que as fodem e as deixam jogadas, as garotas não-brancas ameaçadas sistematicamente de violação ou de violência, os garotos brancos controlando suas asquerosas pulsões sexuais, os garotos não-brancos perseguidos pelo poder estatal que criminaliza e castiga suas asquerosas e violentas pulsões sexuais. E o Estado tirando prazer da produção e do controle de nossa repugnante subjetividade. De novo, chute e ejaculação. Violência de gênero = violência do sistema de gênero (PRECIADO, 2008, p. 89-90, tradução nossa).

E, no entanto, Preciado afirma, o corpo farmacopornográfico não é dócil: antes de tudo, é potência de vida “que aspira a transferir-se a tudo e a todos, desejo de correr com o universo, força de transformação de todo o planetário tecnocultural interconectado” (p. 90). Chamando de “programação de gênero” às tecnologias que criam corpos individualizados, que percebem a si mesmos como propriedade privada, com sexualidades e identidades fixas, Preciado sugere que o desmonte dessa programação, aproximando-se do *undoing gender* de Butler, depende de operações de desnaturalização e desidentificação, a exemplo do dispositivo *drag king* e da autoexperimentação de hormônios.

Fazendo o texto de Preciado conversar com as análises de Colling (2015), podemos pensar o que este chama de “ativismos *queer* e/ou de dissidência sexual”, que dialogam com uma política da diferença, como essa experimentação do desmonte da programação de gênero.

Colling propõe que essa maneira de fazer política aposta nas intervenções no campo cultural enquanto principais estratégias de ação, e na fluidez das identidades, que “podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente” (p. 241) e entre as quais não se estabelece uma hierarquia, como forma de produzir interferências a partir da produção de outros modos de relação. Além disso, rejeita-se a ideia de que “para ser respeitado ou ter direitos, as pessoas devem abdicar das suas singularidades em nome de uma ‘imagem respeitável’ perante a sociedade” (p. 241), e suas pautas extrapolam a demanda por marcos legais.

Aos activismos *queer* ou de dissidências sexuais, Colling opõe os “movimentos LGBT” e a defesa do discurso da diversidade. O autor utiliza a expressão para se referir a grupos e estratégias que passaram por um processo de institucionalização e normalização, e que acabam por aproximar-se do discurso da tolerância. As pautas defendidas – sendo, hoje, o casamento igualitário e a criminalização da homofobia tomadas como as mais urgentes – permanecem, muitas vezes, atreladas à produção de uma normalidade.

Em ocasião de um evento realizado na UFES, tenho a oportunidade de conversar com amigas que discutem o abolicionismo penal e das punições, que levam a pensar sobre essa

luta por direitos travada pelo movimento LGBT institucionalizado. A formulação das demandas em termos de direitos, predominante no continente americano, tem origem com o movimento por direitos civis do povo negro nos Estados Unidos da América, que teve suas primeiras conquistas concretizadas em tribunais, por meio de decisões acerca do direito à escolarização. Esse modo de funcionamento herdado, cujo horizonte apresenta-se como uma reconfiguração do poder do Estado sobre as práticas, que se daria por meio de reformas ou revoluções, supõe a existência de um centro hegemônico de poder e a necessidade de substituir essa hegemonia por outra mais cabível (DAY, 2004).

A luta institucionalizada acaba por criar arbitrariamente, por exemplo, uma definição do que é ser lésbica – como vimos discutindo, a partir da obra de Judith Butler –, diante das possibilidades de enquadramento aos aspectos eleitos como modelares. A lésbica reconhecida nessa categoria terá acesso aos direitos eventualmente conquistados, e, por outro lado, não será tomada como suspeita pelas leis de criminalização: lésbica cissexual, branca, europeia, magra, cristã, bela, feminina, monogâmica, casada, mãe...

Criam-se enquadramentos que, ao mesmo tempo em que essencializam a condição de lésbica (perpassada também por tantas outras definições, sobretudo relacionadas ao que é ser mulher), excluem outras mulheres que não podem ser apreendidas nesse modelo: pretas, pobres, periféricas, putas, transexuais, praticantes de religiões de matrizes africanas, por exemplo, ou mulheres cujos desejos e demandas simplesmente não cabem nessa prescrição heteronormativa.

Como aponta Aline Passos (2014), tende-se a crer que a seletividade é uma falha no funcionamento do sistema punitivo, enquanto seria necessário insistir que ele a tem como “*dispositivo* intrínseco” (grifo da autora). Haverá sempre os sujeitos para quem os avanços legalistas não farão sentido – mulheres da periferia, por exemplo, para quem a demanda por casamento civil está longe de ser prioridade – e sobre quem poderão incidir as consequências de uma possível criminalização. Não me parece nada absurdo, por exemplo, imaginar uma travesti sendo presa por praticar um crime de homofobia.

Não nos interessa, aqui, tomar as categorias de militância LGBT e ativismo *queer* como classificações rígidas e opostas uma à outra, que possam ser aplicadas a grupos ou sujeitos, definindo-os e polarizando-os, mas pensá-las como ferramentas para analisar as demandas dos coletivos de militância e os seus modos de ação, bem como os efeitos que estes produzem e quem é potencialmente favorecido ou prejudicado por essas reivindicações.

Admitimos, portanto, que as estratégias e demandas dos grupos e dos sujeitos circulam entre esses lugares – às vezes mais institucionalizadas, às vezes mais próximas de uma afirmação da diferença. Por isso, devem ser analisadas ponto a ponto, cuidadosamente.

Figura 6. Fotografia nossa, muro da ocupação do CCHN, UFES. Fonte: Acervo pessoal.



Argumenta-se, em defesa de medidas legais como a Lei Maria da Penha, que sua função é de dar visibilidade ao problema da violência (contra a mulher, no caso da referida lei). Butler (2015b; 2015c) recorre a uma análise de que os dados numéricos estão, igualmente, submetidos a enquadramentos, em sua produção e apresentação; os números, por si só, não são capazes de produzir análise. Lembro-me, a essa altura, do incômodo ao ler as intermináveis notícias de assassinatos de mulheres no romance 2666, de Roberto Bolaño, na fictícia Santa Teresa, inspirada na Ciudad Juárez mexicana, fronteira com os Estados Unidos, onde, desde 1993, milhares de mulheres foram assassinadas ou desapareceram em crimes justificados como “de cunho sexual” ou “relacionados ao tráfico” e que permanecem, em sua maioria, não solucionados, sendo que grande parte dos corpos não chegam sequer a ser identificados (SEGATO, 2004).

Vêm à memória, também, os números de pessoas, vítimas de LGBTfobia, que são assassinadas ou se suicidam – ou são suicidadas pela sociedade, se permitirmos que nos avizinhemos da loucura, emprestando de Antonin Artaud a análise sobre a morte de Van Gogh – no Brasil: 387 assassinatos e 58 suicídios *noticiados* no ano de 2017 (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017); uma pessoa a cada 19 horas.

Lembro-me, ainda, das 200 mortes oficialmente contabilizadas durante os 22 dias de paralisação da Polícia Militar no estado do Espírito Santo. Números que esvaziam uma violência que acaba por perder a capacidade de horrorizar, aparecendo como dado menor em comparação à “violação do patrimônio” e ao medo de andar nas ruas nos bairros de classe média, cuidadosamente produzido e alimentado pelas mídias, pelas redes sociais, pelo governo e pela própria polícia.

Os assassinatos contabilizados, em contraste com os furtos, saques e roubos, não se constituem enquanto crimes. Está aí o recorte racista que permite o exercício do poder soberano: esses corpos sem rosto, sem nome e sem direito à memória são aqueles que já se espera que morram. São vidas não passíveis de luto, que não foram “preservada[s] por nenhuma consideração, por nenhum testemunho” (BUTLER, 2015c, p. 33), e não enlutadas, literalmente: não houve, no caso das mortes no período de paralisação da polícia militar no

Espírito Santo, nenhuma menção à possibilidade de declaração de luto oficial, nenhum pronunciamento público oficial que chorasse essas vidas.

Que visibilidade desejamos, numa sociedade repressiva onde ser visto, dentro de condições de existência que fogem às normas disciplinares ou às modulações das sociedades de controle, é tornar-se alvo de extermínio ou de apagamento subjetivo? Se a contagem numérica esvazia de história essas mortes, pode a contação no narrar, no testemunho parcial – uma vez que o integral está inexoravelmente perdido, diante da impossibilidade de narrar de quem passou por essa experiência (AGAMBEN, 2008) –, ocasionar a cura dessas dores, sem, todavia, devolver um *rostro* às personagens?

Abandonar a pergunta *Quem é você?* é uma aposta de não fazermos de nosso saber mais uma faca amolada que mata a dúvida. Esperar do outro respostas é desgraçá-lo. Querer o fim dos assassinatos de travestis para destruir verdades prenes de corpos eretos, de ossaturas que não bailam. Carcaças fétidas dos cursos de anatomia. Recolher os rastros para afirmar o sopro de um leque neste sufocante mundo que ainda não sabemos se vale a pena, mas que é necessário inventarmos. Querer contar as mortes de travestis para devolver à cidade o seu espanto. Construir as cidades dez vezes ou cem vezes a partir de seus espantos (ADURO; BAPTISTA, 2016, p. 30-31).

***Se va enredando, enredando*¹⁷: esboçando a paisagem dos movimentos LGBT e ativismos *queer* na Universidade Federal do Espírito Santo**

Em abril de 2016, veio a público mais um relato de violência dentro da UFES. Uma estudante do curso de cinema sofreu uma tentativa de violência sexual, num dos caminhos mal iluminados e desertos que atravessam o campus de Goiabeiras. Rápida e espontaneamente se articulou, via redes sociais, um grupo de mulheres interessadas em discutir segurança na universidade, que marcaram uma plenária para dali a dois dias. A conversa apontou para

¹⁷ Verso da canção *Volver a los 17*, de Violeta Parra, gravada em 1966.

questões como a falta de iluminação e de vigilantes, e de poda das plantas, agravada após o corte de verbas anunciado pelo governo federal para aquele ano.

Multiplicaram-se as denúncias de casos de assédio e outros abusos contra mulheres, incluindo violências praticadas pelos próprios seguranças, o que culminou na proposta de criação de uma guarda especializada para o ambiente universitário. Há alguns anos não existe contratação de funcionários efetivos para a segurança, que fica entregue a uma empresa terceirizada, com alta rotatividade de funcionários, o que impede que haja uma formação eficiente para lidar com as demandas da UFES.

Além disso, a própria precarização do trabalho, adjacente à terceirização, e a demarcação da função como “vigilância patrimonial” dificultam a produção de outros modos de relação com os estudantes. A vigilância opera-se, de um modo geral, sobre os estudantes. A função não se confunde quando se trata de prestar ajuda ou proteger um membro da comunidade acadêmica, embora se desvie o tempo todo em ocasião de repreender o uso de maconha, por exemplo. Retornam os mesmos questionamentos acerca da “luta por visibilidade”: estamos mais seguras quando estamos em evidência? É estratégico investir em mecanismos que reforcem a cultura da vigilância e da punição? Funciona? Para quê e para quem?

Numa outra ocasião em que uma mulher vivenciou uma situação de violência na UFES, tendo em vista a instauração de um processo de investigação, solicitaram-se as imagens do sistema interno de monitoramento, que, misteriosamente, desapareceram.

Criou-se, na plenária referente à situação vivida pela estudante de cinema, um espaço potente e inventivo, que não se limitou à queixa e à denúncia: houve propostas concretas de cobrança de um posicionamento institucional, de ocupação da universidade – considerando que a melhor estratégia de enfrentamento à violência seria habitar os espaços – e de intervenções que afirmassem a presença e articulação das mulheres na UFES e explicitassem que as violências contra grupos historicamente oprimidos não seriam toleradas.

A resposta imediata da UFES, diante dessa mobilização, foi cortar as árvores que rodeavam algumas das passagens entre os prédios. Na data marcada para a realização de um ato na reitoria, onde se entregaria uma carta cobrando medidas que o movimento havia considerado mais urgentes e eficazes, como o aumento do investimento na iluminação e a criação de uma secretaria ou ouvidoria que acolhesse as demandas específicas das mulheres e

oferecesse amparo às vítimas, nos casos de violência, e de uma guarda universitária especializada, que desse conta do cuidado com as pessoas, para além do patrimônio, e, em especial, com grupos minoritários, a reitoria manteve as portas trancadas ao longo de todo o dia.

O bloqueio das entradas, à primeira vista, pouco tinha a ver com o movimento de mulheres, mas dizia da forma como a reitoria dialoga com movimentos reivindicatórios, de um modo geral. Haveria, naquela tarde, uma votação para decidir se a UFES aderiria integralmente ao SiSU, o Sistema de Seleção Unificada criado pelo Ministério da Educação, que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério único para admissão em diversas universidades do país. Após uma parca discussão sobre o sistema com a comunidade acadêmica, a reitoria requisitou uma liminar que determinava o afastamento de um grupo contrário à adesão, durante a realização da votação, sujeitando os estudantes a uma multa diária de 10 mil reais em caso de descumprimento.

Tendo dado de cara com a porta na reitoria, o grupo de mulheres se dispersou.

Já no início de maio, em uma festa em comemoração e luta pela ocupação negra/indígena da universidade, ouviu-se de um grupo de homens, diante de uma reação a um assédio verbal: “você não têm medo dos estupradores da UFES?”.

Delineavam-se, assim, os primeiros contornos desse campo/campus com o qual pretendíamos compor neste processo: instituição pouco afeita às conversas, às minorias e à busca por soluções eficazes; movimentos potentes que desaparecem tão rapidamente quanto se articulam.

No final de junho de 2016, saímos pela primeira vez atentos ao que poderia constituir um campo de pesquisa. Criava-se, nesse momento, um coletivo LGBTQI na UFES: chego à quarta reunião do coletivo Desviantes. No instante preciso em que me aproximei, ocorria uma discussão acerca de um acontecimento da semana anterior, à qual escuto um pouco sem norte – este corpo que pesquisa, ainda tímido e inexperiente, fazendo algum esforço para se localizar. Um dos membros do grupo havia afirmado, na semana anterior, que não se

enquadrava em nenhuma das letras da sigla, que não se conformava a uma daquelas identidades, que “*não se identificava como nada*”, questionando se o coletivo poderia representá-lo ou não – a ele e a outras pessoas que se posicionavam da mesma forma.

Segundo os relatos, deu-se início a um movimento de colocar o rapaz “contra a parede”, interpelando-o sobre os motivos dessa não-identificação. A intenção, de acordo com as falas dos outros membros do coletivo, não era de assustá-lo, mas de indagar se não havia, na negação da identidade, a reprodução de preconceitos e de valorações negativas e estereotipadas associadas às categorias da sigla.

Além disso, os colegas defendiam a necessidade de afirmar uma identidade enquanto estratégia política. “Como podemos representá-lo, se você não decide o que é?”; “Como você pode lutar por algo sem nomear aquilo pelo que luta?”, inquiriam. O rapaz, posteriormente, fez uma publicação no grupo do coletivo numa rede social, falando sobre como se sentiu repellido naquela reunião, escreveu um texto sobre a experiência em seu blog pessoal (porém anônimo) e logo se retirou do grupo. O texto é finalizado com as seguintes palavras:

O calor sumiu do meio, o acolhimento se acabou; entre risadas e olhares eu senti seu desamor.

Eu sou eu, sou eu e sou eu. Não preciso de uma letra pra contar-me quem eu sou. Sou completo e inacabado; sou orgulho e muito ardor; sou meu nome, própria espécie, sou eu mesmo e acabou.

Não preciso definir-me pra saber me levantar; pra gritar teus preconceitos e meu direito de amar. Não me importa se é viado, se é bicha ou sapatão; sua vida é só sua, é seu seu coração; não te digo pra mudar nem pra ser igual eu sou, só te peço seu respeito, tu conhece minha dor!

E entendam meus amigos; os perigos do “eu sei”; pois naqueles risos e olhares, naquela noite eu me odiei.¹⁸

Mais tarde, nessa mesma reunião, alguém sugeriu que se realizasse um grupo de estudos, com o objetivo de discutir com algum respaldo teórico as questões que haviam sido colocadas – compartilhar-se-iam textos que fossem considerados interessantes para o debate. De imediato, emergiu a lembrança da já citada entrevista em que Michel Foucault (2014b) discute sexo, poder e a política da identidade, que enviei mais tarde para o resto do grupo.

Ao acessarmos o grupo na rede social, podemos visualizar as postagens anteriores, que documentam, desde os primeiros movimentos do grupo, esse ainda recente processo de

¹⁸ Texto disponível em: <http://thekeytothelockedheart.tumblr.com/post/145544342881/eu-me-odiei>

constituição; dentre elas, havia transcrições das atas das primeiras reuniões. Salta aos olhos curiosos um trecho da primeira reunião, em que se discutiam os direcionamentos políticos e estratégicos que o coletivo tomaria a partir de então, onde se lê, precisamente: “É conversada a importância de que se deixe claro que, apesar de sermos um grupo LGBTIQ, estamos abertos à diversidade; ou seja, membros que simplesmente não se vejam contemplados em nenhuma dessas letras mas não se encaixam na caixa hétero-cis”.

Inadvertidamente, o problema de pesquisa emergiu no campo ao primeiro contato. Colocou-se, de imediato, a dificuldade de alcançar um processo que já estava em curso – as pessoas se remetiam, o tempo todo, à reunião anterior, atualizando (e recriando, conseqüentemente) as falas do rapaz que já não fazia mais parte do coletivo. Ao mesmo tempo, deparar-me com as questões sobre as quais temos nos debruçado nos grupos de pesquisa, no grupo de orientação, nos eventos acadêmicos e na elaboração do projeto de mestrado produziu uma ansiedade por intervir ou explicar em termos teóricos o que se presentificava na situação colocada. Esses dois fatores, dobrando-se sobre si mesmos após registros no diário que dialogam com outras experiências, apontam para a exigência de fazer operar constantemente uma análise de implicação (RODRIGUES, 2012), pensando de que modo nos localizamos nas redes complexas de relações que constituem o campo – enquanto pesquisadores, militantes/ativistas, ligados a um ou outro paradigma teórico e afins a um ou outro posicionamento político, colocados em certa posição de especialistas a partir do momento em que enunciamos nossos interesses de estudo.

Somada à possibilidade de compartilhamento do referencial teórico a receptividade do grupo ao projeto de pesquisa, pudemos vislumbrar a possibilidade de construção conjunta do percurso – criamos, nesse momento, a pactuação de uma parceria, no reconhecimento de que o processo de pesquisa poderia contribuir para a constituição do grupo. De todo modo, atestou-se aí a pertinência, ao menos naquele momento – já que devíamos admitir a provisoriamente de qualquer acordo, que poderia ser refeito quando fosse conveniente –, da questão para o grupo com o qual pesquisamos, num movimento de validação do desenho do campo problemático (PASSOS; KASTRUP, 2013) por meio desse interesse.

A situação que havia ocorrido na semana anterior constituiu-se como um importante analisador – como um evento que teve o potencial de evidenciar as relações que compõem a realidade daquele grupo (BARROS; BARROS, 2013). Estabelece-se, assim, a possibilidade de efetuar a proliferação de sentidos e a inauguração de novos problemas, que, de acordo com

Barros e Barros (2013), consiste na tarefa da análise na pesquisa-intervenção, a partir do manejo dos analisadores.

O analisador, apesar de ter emergido espontaneamente, viu-se efetuado como tal, em seu caráter de dispositivo que demonstra e transforma os modos de funcionamento do grupo, a partir do momento em que ressoou nas reuniões posteriores e provocou a necessidade de discutir os direcionamentos políticos tomados pelo grupo. Ao ser retomado na reunião seguinte, ocasionou uma intervenção também no modo de fazer a pesquisa, ao passo em que impeliu a retomar uma análise metodológica e ético-política da entrada em campo.

Transparece, também, uma proposta de transversalidade (GUATTARI, 1982) na comunicação, evidenciada pelo convite ao compartilhamento e debate generalizado de textos teóricos, sem descartar, contudo, os saberes provenientes da vivência subjetiva dos lugares de minoria e da vivência coletiva da militância e dos ativismos, num grupo ocupado por sujeitos de idades, cores e territórios diferentes, estudantes de uma variedade de cursos, de performatividades e identidades diversas. Em comum, têm que habitam as periferias da vida.

Ao se subverterem as supostas dicotomias e hierarquias entre pesquisadores e pesquisados, entre e teoria e prática, a teoria vê-se confrontada com as suas possibilidades de uso estratégico na imanência do contexto de luta, tomando um lugar pragmático de fundação de modos de fazer política, e sujeita a ser descartada quando suas formas não mais couberem.

A postura cartográfica parece interessante, em especial no trabalho com as dissidências sexuais e de gênero, por ocasionar uma produção de saber protagonizada e validada constantemente pelo grupo com que se pesquisa, respondendo, portanto, a uma demanda constante desses próprios movimentos por escuta. Além disso, permite um deslocamento do lugar-comum hierárquico de pesquisadores, fazendo com que as vozes da pesquisa se confundam com aquelas do grupo pesquisado, num exercício de dissolução das noções de autoria e de individualidade, de busca por uma escrita coletiva, heterogênea e, portanto, produtora de outros mundos possíveis.

O encontro com a fala de Mizoguchi no lançamento de *Amizades contemporâneas: inconclusas modulações de nós*, em agosto de 2016, num ainda incipiente percurso de pesquisa, fez com que, antes de ter em mãos o livro, fosse possível vislumbrar que o conceito de políticas de amizade poderia figurar como um eixo de análise importante para o projeto a partir de então. “O que o contemporâneo, aí compreendido como capitalismo, tem feito das amizades? E o que, por outro lado, as amizades podem fazer do capitalismo?”. Foram essas as indagações que introduziram ao debate sobre o livro.

Inevitavelmente, a conversa debanda para outras questões políticas contemporâneas. Momento de ascensão de discursos machistas, racistas, homofóbicos, xenofóbicos. Auge do escancaramento das intolerâncias entre representantes políticos, com amplo apoio de grande parte da população. Estendendo-nos para fora da sala de aula, ocupando agora a rua, o incômodo que tem emergido nos espaços de produção teórica e política, sentido como coletivo especialmente durante o 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero, realizado na UFES, em julho de 2016, é colocado sobre a mesa: se ocorre um endurecimento de discursos e práticas conservadoras, observa-se também, por outro lado, um enrijecimento das respostas a esses discursos, sobretudo no âmbito dos movimentos sociais, em torno de identidades que mais parecem desagregar do que fortalecer.

O “*o que temos feito de nós?*”, questão-tema do Seminário, retomado agora, demanda que se pergunte: o que temos deixado que façam de nossas relações de amizade? O que podem, por outro lado, as amizades, frente a tais endurecimentos?

Talvez, admitimos novamente, tenha havido um momento em que fora necessário afirmar um rompimento radical com tudo que se identificasse ao discurso das maiorias – afirmar a legitimidade de um lugar de fala bicha/sapatão/mulher/negro/índio/louco. Dentro de um contexto de violência extrema, a resposta talvez tivesse que passar por um movimento de liberação. Suely Rolnik oferece uma análise precisa desse movimento, ao olhar para suas amigas feministas na década de 1980:

Mas se, no plano macropolítico, reivindicar agressivamente uma simetria em relação aos homens é, pelo menos num primeiro momento, a condição para sua “emancipação”, já no plano micropolítico, observa a amiga do cartógrafo, as mulheres não só estão ficando insensíveis ao corpo vibrátil e, portanto, à dissociação e à captura, mas, o que é pior, se convertem em produtoras dessa política em sua própria subjetividade. [...] Mas a amiga do cartógrafo reconhece que esse assunto é

mais complicado, pois ao mesmo tempo em que se dá essa contraidentificação, as feministas reivindicam aquilo que chamam de “pensamento feminino” ou “escrita feminina”; esta se define, justamente, como expressão da tal intimidade com a desterritorialização – que, ao ser afirmada, funciona como resistência ao modo de subjetivação dominante. Aliás, é nesse ponto que se encontraria sua reivindicação micropolítica. [...] **Elas têm que acreditar que “a mulher” existe**, pois é essa crença que lhes dá força para, na luta por sua liberação, não só acabar com sua discriminação, mas também operar a tão difícil travessia para uma subjetividade mais conciliadora (ROLNIK, 2014, p. 172-173, grifos da autora).

É possível, no entanto, que se tenha chegado àquele momento em que dizer “liberemos nossa sexualidade” seria, no mínimo, insuficiente (FOUCAULT, 2004). A reprodução do mote não conduz a um estado natural e positivo de relação consigo e com os outros. A liberação de um estado de dominação não garante que se instaurem as práticas de liberdade “através das quais seria possível definir o prazer sexual, as relações eróticas, amorosas e passionais com os outros” (FOUCAULT, 2004, p. 266).

Nessa defesa identitária de um pensamento ou de uma escrita “feminina”, cristaliza-se numa certa figura de mulher militante no terceiro movimento do desejo, “*território existencial* captável a olho nu” (ROLNIK, 2014, p. 32), ignorando a relação com os dois primeiros movimentos – o de pura afetação e o de simulações sucessivas, perceptíveis apenas por um corpo sensível que acessa o invisível dos efeitos dos encontros – justamente o que definiria essa possibilidade de um pensamento ou escrita “feminina” (ROLNIK, 2014).

As amigas nas quais o estrangeiro viajante de *Amizades contemporâneas* busca apostar, em meio a definições e prescrições médicas, neuroquímicas, econômicas, retóricas, é justamente a que surge contra esses fechamentos das identidades: que abre e revela, “talvez, a porosidade das fronteiras de um mundo que jamais se fechava” (MIZOGUCHI, 2016, p. 205).

Era aquela amizade na qual o estrangeiro, por ora, podia apostar: pululando rara e invisível, impedia qualquer fechamento de mapa em quietudes quaisquer. Eram, por outra, estratégias de amizade as quais se davam a abrir o mapa de fronteiras encasteladas em reforços identitários que só faziam repetir o mesmo pelo mesmo. A amizade que ele tanto buscara mantinha a instabilidade das coisas – operando sutilmente a possibilidade de consecução de um jogo vital em que as invenções ainda não se haviam furtado à existência. (MIZOGUCHI, 2016, p. 209).

Aproximando-se, a partir da abertura das fronteiras, de uma noção de limiar – uma linha que esboça contornos, estabelece a separação entre territórios, mas permite, ao mesmo

tempo, a transição entre esses territórios que demarca –, o estrangeiro assume, agora, um sentido de “amizades conspiratórias as quais partilhavam a alegria de um mundo a ser inventado.” (p. 214).

Seria possível pensar, também no âmbito dos ativismos das minorias sexuais e de gênero, movimentos afirmativos, de força ativa, que, a partir de políticas de amizade que fujam às tentativas de captura contemporâneas, desmontem, além dos discursos majoritários vigentes, a lógica identitária por meio da qual as minorias buscam tornar-se maioria?

Vésperas das férias, período de chuvas. As reuniões, que vinham acontecendo ao redor de uma fogueira, esfriaram como o tempo. Voltando às aulas, Semana de Psicologia, Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), o curso em que estava matriculada grande parte dos membros do coletivo. Já no final de agosto, deu-se o primeiro encontro do semestre. Entre poucos presentes, colocou-se em questão o esvaziamento e desânimo: que estratégias poderiam ser utilizadas para agregar mais gente e fortalecer os vínculos do grupo?

Antes do início da reunião, algumas pessoas conversavam sobre os espaços auto-organizados LGBTTTTQI+ e de negritude que haviam vivenciado, uma semana antes, no ENEP, em Salvador. Propôs-se, então, que articulássemos um evento com esse caráter – o compartilhamento de experiências seria interessante para que os colegas se conhecessem melhor, compreendessem suas demandas enquanto coletivo e as estratégias de ação que se poderiam construir a partir daí. Definimos uma temática, que funcionaria como disparadora do debate: vivência LGBTTTTQI+ na universidade. Marcamos o evento, que foi divulgado pelas redes sociais, ainda para aquela semana.

Sexta-feira à noite, espaço auto-organizado. Sala cheia, no Núcleo de Psicologia Aplicada, as pessoas sentadas sobre almofadas, apoiadas nas paredes, em torno de um tatame que ocupa o centro da sala. Na rodada de apresentações, cada um anunciava, basicamente, seu nome, seu curso, sua identidade sexual e/ou de gênero. Movimento engraçado que, além de constituir uma afirmação política, parecia a resposta de cada um a uma curiosidade latente no grupo e, ao mesmo tempo, a reivindicação para si mesmo do direito de estar ali. A presença

de duas pessoas que assumiam a identidade “heterossexual” causou incômodos, enunciados mais tarde, mas, naquele momento, não produziu nenhuma manifestação.

O debate, a princípio, seguia um pouco recortado, entre falas que pareciam não se conectar umas às outras e silêncios mais ou menos constrangedores. Poderíamos arriscar dizer que, para as bichas (muitas delas pretas) e sapatonas – que formavam quase a totalidade do grupo presente –, as estratégias de silenciamento são tão constantes que a produção de um corpo que fala é um exercício árduo: palavras cuidadosamente pensadas e proferidas entre suores, palpitações, tremores e enrubescimentos.

Algo acontece, no entanto, que desestabiliza as falas e os silêncios que predominavam até então. Timidamente, um rapaz se manifesta. Ao se apresentar, havia declarado: “eu sou eu”, contrariando a lógica de exposição de identidades que se havia instaurado. Agora, diz que ainda não se sente à vontade naquele grupo; que acredita que, se tivesse que enfrentar algum problema relativo à sua sexualidade, estaria sozinho. Explica que não se identifica com nada, não se sente representado pelas letrinhas, e que, em outro momento, havia se colocado dessa forma diante do grupo que estava organizando esse espaço e fora rechaçado.

De repente, a discussão sobre representatividade e identidade toma o espaço e diferentes vozes se levantam, num movimento catártico: “você deve procurar outras pessoas como você, para se fortalecer, ninguém está sozinho no mundo”; “é importante utilizar-se das identidades para avançar dentro do jogo institucional”; “há, de fato, pessoas cuja sexualidade não se enquadra nessas identidades”; “mas será que existe alguma sexualidade que se enquadre nessas identidades?”; “não podemos jogar fora a história de lutas e conquistas por trás do LGBTTTQI+”; “mas as estratégias de luta não podem ser eternas”; “o LGBTTTQI+ já foi ‘movimento homossexual’, depois ‘GLS’”; “até quando deve continuar essa proliferação de signos identitários, que às vezes mais separa do que une?”; “a afirmação de identidades permite que eu sinta empatia por uma situação que não é a minha”; finalmente, “*será que é possível perceber a luta do outro como sua sem que isso passe pela via da categorização?*”. Às perguntas que trouxemos, inicialmente, como problemas de pesquisa, somam-se outras, que também modificam as primeiras, a cada encontro com o campo de pesquisa.

Interpunham-se ainda, durante a reunião, manifestações relativas à insensibilidade de parte do movimento negro às diferenças em sexualidade e gênero e de parte do movimento LGBT às questões étnicas. Todas as falas, de um modo geral, apontavam para a violência de ter que caber nessas classificações, que destroçam subjetividades, mas também para a

necessidade “ainda existente” de se agarrar a isso na reivindicação por direitos e por visibilidade.

Ao final do espaço autogestionado, surge a notícia de que havia saído a carta de convocação para o XIV Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero (ENUDSG), definindo a temática dessa edição: “Povo que não tem virtude acaba por escravizar: por uma política antirracista e a [r]existência dos corpos colonizados e do movimento LGBT”. A proposta do grupo era que se tentasse viabilizar, por meio da Universidade, o ônibus que percorreria os 2400 quilômetros entre Vitória e Rio Grande (no Rio Grande do Sul).

Após a realização do espaço auto-organizado, seguiu-se um período conturbado: enviado o pedido de concessão do transporte para o ENUDSG à Universidade, o coletivo solicitou suporte à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania e ao Diretório Central de Estudantes (DCE), que se recusaram a redigir cartas de apoio ao grupo, por preferirem elaborar novas solicitações, paralelas à que já havia sido enviada, interessados em receber os créditos caso a solicitação fosse aprovada.

A menos de um mês do ENUDSG, havíamos realizado um pré-encontro e programado outros dois, com a finalidade de discutir os temas apresentados na convocatória e definir critérios de prioridade para a fila do ônibus, que já contava com mais de 50 pessoas. Numa reunião interna do coletivo, houve a proposição de que pessoas negras tivessem prioridade, já que a temática do encontro se construía em torno do racismo. Mulheres também teriam prioridade, pois avaliou-se que éramos quantitativamente sub-representadas no próprio coletivo e que era necessário incentivar a nossa presença.

Ao se levantar, no entanto, o problema de que algumas pessoas ativamente envolvidas no processo de solicitação do ônibus poderiam ficar de fora, houve uma flexibilização do discurso. Os critérios seriam definidos posteriormente, numa conversa mais ampla, num pré-encontro, mas daríamos um jeito de fazer isso de forma que ninguém fosse impossibilitado de acessar o transporte. Escutando atenciosamente, parecia haver aí mais uma pista da produção de alianças que não passam pela identidade, no reconhecimento da necessidade de que

aquelas pessoas participassem do debate proposto pelo evento. Ainda que se admitisse, no interior do grupo, que essas pessoas não estariam diretamente ligadas à temática do evento pela via da identificação, concordava-se que era importante que estivessem presentes.

Antes que conseguíssemos realizar os dois encontros restantes e nos deparássemos, de fato, com o problema da aplicação dos critérios do ônibus, recebemos a resposta do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da UFES: o transporte havia sido negado. O que a princípio foi encarado como uma possível perseguição política ao grupo, então composto por estudantes de cursos envolvidos em episódios recentes de confronto com a política institucional da universidade, explicou-se mais tarde de outra forma: com o corte no orçamento da UFES para 2016 pelo governo federal, ainda no governo de Dilma Rousseff, de 10% nas despesas de custeio e 49% nas despesas de capital (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2016), o CCHN possuía, a essa altura do ano, uma verba total para administrar inferior à estimativa de 60 mil reais do aluguel do ônibus.

Ao mesmo tempo, o DCE organizava a primeira Semana de Movimentação LGBT da UFES, que teve início com uma *gaymada* e se encerrou numa calourada LGBT com concurso de *drag queens*.

A *gaymada* ocorreu numa tarde ensolarada de domingo e reuniu gays, lésbicas, travestis, bichas, sapatonas, homens e mulheres bissexuais, não-binários e algumas pessoas que se identificavam como cis-heterossexuais. Homens másculos de minissaia, afeminadas sem camisa exibindo abdomens malhados, magros ou avantajados. Nos gritos escandalosos de expectativa e comemoração, a cada lance, manchavam-se e desmanchavam-se todas as fronteiras entre o que é costumeiramente tomado como ofensa e o que é recebido como elogio: entre gritos de viado, hétera, passiva, gostoso, larga, sapatão, maluda, afeminada, reagia-se com denúncias de homofobia/lesbofobia ao time adversário, de tempos em tempos, quando alguém era queimado. As “ofensas”, citadas, agenciando-se com as forças que circulavam por aquele quadro, produziam um efeito de ajuntamento.

Assim como as bolas desviavam do percurso pretendido, os nomes falhavam no seu endereçamento. Um homem, que posteriormente viemos a saber que era heterossexual, dizia que havia sido “a primeira a ser queimada”, depois de ter jogado três partidas acirradas, às quais dedicou-se arduamente: jogava-se no chão, corria, girava, atacava. Não pudemos deixar de nos perguntar o que levava pessoas heterossexuais a desejarem compartilhar daquele espaço. Por que se engajavam no jogo com tanto afinco e respondiam às interpelações da torcida, reconhecendo-se nelas assim como aquelas que reivindicam para si a bichice? O que fazia, por outro lado, com que fossem bem-vindos no jogo, dissolvendo-se o limite comum entre quem está e quem não está autorizado a ressignificar as ofensas e utilizá-las como saudações? Que redes eram essas que permitiam que se brincasse com as identidades e com os marcadores de gênero, sem se preocupar em manter uma postura comumente desejável – masculina, séria, heterossexual?

O comumente desejável viu-se subvertido pelo rechaçado e subalternizado – na referência à heteronormatividade que se produz também na cultura LGBT e que se revela de maneira muito explícita nos aplicativos de encontro, onde homens gays, principalmente, descrevem-se orgulhosamente como “discretos” e “fora do meio”.

Haveria, também aí, um desses indícios que pretendemos perscrutar, com a intenção de pensar a possibilidade de construção de alianças que não passem pelos signos identitários? Poderíamos pensar nisso que subverte a lógica identitária como uma possível política da amizade?

***Nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas aprendendo a jogar*¹⁹:
crise, impeachment e a passagem dos ativismos LGBT aos movimentos de
ocupação estudantil**

¹⁹ Verso de *Vivendo e aprendendo a jogar*, composição de Guilherme Arantes gravada por Elis Regina em 1972.

O ano, no entanto, era 2016. Chegamos ao mês de outubro. Nenhum projeto de pesquisa, sobretudo um projeto que assumisse uma proposta política de invenção de outros mundos possíveis, passaria intocado pelos acontecimentos que tomaram o país. No dia seguinte à Primeira Calourada LGBT da UFES, encerramento da Semana de Movimentação LGBT, eclode um movimento secundarista de ocupação de escolas, com projeção nacional, em resposta à então chamada PEC 241, lançada por Michel Temer, que propunha um desmonte dos sistemas de educação, saúde, assistência e previdência, a partir do estabelecimento de um teto para os gastos públicos para os próximos vinte anos.

Figura 7. Fotografia nossa. Ocupação do CCHN da UFES. Fonte: Acervo pessoal.



Produzia imagens com palavras e contava histórias usando luz. Na mais dura ciência, enxergava a prosa poética de Rosa. O rapaz tinha uma tese cosmológica para finalizar quando recebeu a notícia da primeira ocupação em sua cidade. Entre o prazo e a força que, havia anos, o arrastava para a rua a cada sinal de rebeldia, escolheu construir suas narrativas, sempre atento aos enquadramentos e composições, às sequências de imagens e às palavras que integravam sua publicação. O fato é que, sensível e perspicaz, compreendia como ninguém o que se passava e fazia-se compreender também como ninguém mais, combinando a capacidade de comover à sólida argumentação. Dessa vez, além das fotos e textos, foram aulas de física, noites sem dormir, vigílias debaixo de temporais, dias inteiros atravessando a cidade para transportar pessoas e mantimentos.

A advogada, também na urgência dos prazos, concluía uma dissertação de mestrado. Havia algum tempo que representava judicialmente as meninas e meninos detidos em manifestações por portarem pedras, bolinhas de gude ou garrafas de vinagre. Era o seu número de telefone que se deveria ter sempre à mão, e a linha grampeada não a intimidava. Para os movimentos, a imagem da coragem, da inteligência e da generosidade. Ela, que já havia passado tantas noites em delegacias e presídios, que não saía até que a situação tivesse algum encaminhamento, agora varava madrugadas nas ocupações. Temia ataques da polícia, que já se havia utilizado de táticas de tortura – essa cuja ocorrência ela estudava e denunciava no sistema prisional – contra os estudantes.

*

Eu, um passo atrás por distração, demorei para entender o que de súbito ocorria e para agir em relação a isso. Foram essas as mãos amigas que, talvez sem saber, no momento em que eu lamentava a aparente dissolução do campo de pesquisa, deram a sacudidela necessária que, sem dizer, dizia: “Você precisa sair de casa! Olha o que está acontecendo!”.

A pesquisa, que inicialmente pretendia estudar movimentos LGBT na universidade e olhava para essas movimentações a partir da perspectiva de um coletivo, teve de se deixar

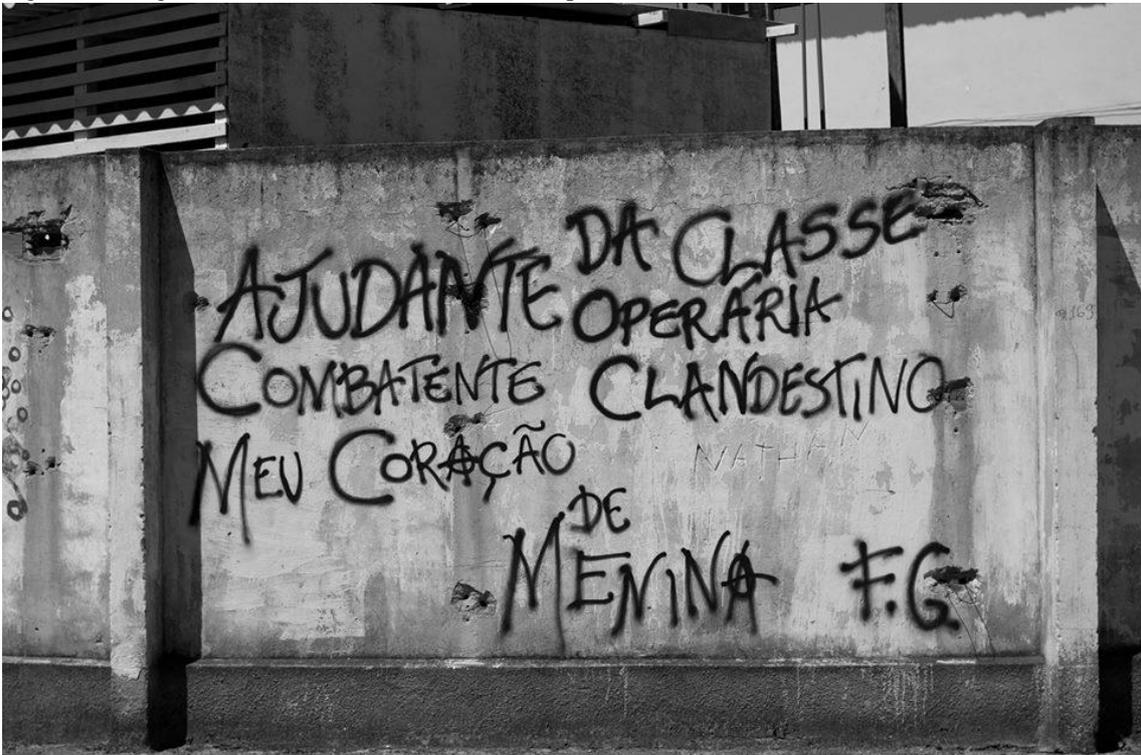
arrastar pelo próprio campo. Em agosto de 2016, concretizara-se a votação no Senado do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, que vinha sendo conduzido a partir de dezembro de 2015, a que alguns chamaram de *golpe de Estado* e a que nos permitimos, não sem contravenções, num primeiro momento, chamar de um *golpe* de alguma outra espécie.

Os contornos do coletivo Desviantes, turvados desde a recusa do ônibus que levaria os estudantes para o ENUDSG, terminavam de se desfazer, ao menos temporariamente, no momento em que começavam as ocupações das instituições de ensino no Espírito Santo. A primeira escola, na cidade de Vitória, foi ocupada no dia 21 de outubro – em conexão com um movimento de ocupação de escolas de ensino fundamental e médio que havia começado no Paraná, no início desse mês, e disseminou-se por outros estados. Os estudantes protestavam contra o programa apresentado pelo governo de Michel Temer, sobretudo as ações anunciadas na Proposta de Emenda Constitucional 241 (votada e aprovada no Senado, posteriormente, como PEC 55/2016), que institui o Novo Regime Fiscal, e na Medida Provisória 746, de 2016, que ficou conhecida como Reforma do Ensino Médio.

Além dessas pautas, elaboradas em oposição a medidas governamentais e enunciadas por movimentos de ocupação em todo o país, expressiu-se também, e principalmente, nas escolas, o desejo de construir outras relações de ensino (ALVIM, 2016). “Queremos continuar lutando por nossa autonomia e nosso direito à educação”, dizia um estudante no Ocupa Almirante, no mesmo dia 21 de outubro de 2016, em conversa com o Secretário Estadual de Direitos Humanos Julio Pompeu (OCUPA ALMIRANTE, 2016).

O coletivo disperso, ao contrário de desaparecer, potencializa-se a partir do espalhamento por outros lugares de luta e da produção de novas alianças. Se não se formulava mais em termos de um grupo institucionalizado, o debate gestado nos encontros agora se articulava com outras forças, nas escolas ocupadas e nos prédios ocupados da própria UFES, na experimentação de outras formas de gestão do espaço, mais coletivizadas e horizontais, e nos debates e aulas públicas organizados por demanda dos estudantes, que abordavam desde os projetos de lei em evidência até a matemática cobrada no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), passando também por questões relacionadas a gênero e sexualidade.

Figura 8. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



As mãos amigas que me haviam sacudido o corpo, levantando a poeira acumulada em meses de biblioteca, conduziam-me à vivência dos movimentos insurgentes. Mãos de advogada, de físico e artista, de professoras, mãos de assistente social que também é mãe; mãos erguidas, punhos cerrados. No início de novembro, contávamos 60 escolas de ensino fundamental e médio ocupadas no Espírito Santo. Na UFES, em Vitória, à exceção do Centro Tecnológico, todos os Centros de Ensino tiveram prédios ocupados. Os campi localizados nos municípios de Alegre e São Mateus também tiveram prédios ocupados. Na noite do 17 de novembro, o pátio da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo foi, também, ocupado.

Outras mãos, também amigas – essas, mãos de anarquista –, haviam oferecido, meses antes, uma ferramenta que veio a ajudar numa compreensão preliminar do que se passava: sugestivamente, chamava-se *Aos nossos amigos*, livro publicado em 2014 por um grupo anônimo que se identifica como *Comitê Invisível* e editado no Brasil pela n-1, em 2016, recebendo o subtítulo *Crise e insurreição*.

Aos nossos amigos tem início com a afirmação de que as insurreições, finalmente, chegaram. Uma série de movimentos insurgentes emerge, a partir de 2008, em locais onde era vigente uma aparente estabilidade que fazia com que, dez anos antes, esse tipo de movimentação parecesse impensável.

Não há nada de mais sólido, de mais assegurado, diziam-nos, do que a Tunísia de Ben-Ali, a Turquia atarefada de Erdogan, a Suécia social-democrata, a Síria baathista, o Quebec sob efeito de tranquilizantes ou o Brasil das praias, do Bolsa Família e das Unidades de Polícia Pacificadora. Vimos o que se passou depois. A estabilidade morreu. (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 11).

A ameaça de insurreição tornou-se constante. Pode se concretizar “a qualquer momento, por qualquer motivo, em qualquer país; e levar não importa aonde” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 11-12). E, no entanto, tais movimentos não ganham consistência. A proposta do Comitê Invisível, ao operar uma análise dos movimentos insurrecionais

emergentes de 2008 em diante, considerando-os não como revoltas isoladas, mas como uma única onda de sublevações que se comunicam entre si, é de apresentar-se como peça para a construção de uma inteligibilidade compartilhada da situação – como parte de um debate internacional que permita a compreensão das operações em curso no governo neoliberal e as limitações das formas de ação dos movimentos insurgentes, que fazem com que a revolução não passe nunca da fase de motim.

Há que se compreender, primeiramente, que o capital adota a gestão da crise como técnica política de governo. Enquanto a herança marxista fez com que mantivéssemos a fé numa grande crise que possibilitaria uma revolução – que levaria, por sua vez, ao fim do capital –, o neoliberalismo fazia da administração da crise uma das suas principais estratégias de governo.

As crises, durante a modernidade, surgiam de modo inadvertido ou cíclico, impondo novas condições e exigindo tomadas de decisão com o objetivo de remediar o problema que se colocava. O momento crítico, enquanto momento *da crítica*, permitia uma pausa, um pequeno intervalo para que se discutissem a situação e as soluções possíveis. Hoje, a crise passa a ser *produzida* no intuito de implementar mudanças já planejadas: “A partir de agora, fala-se de ‘crise’ a propósito daquilo que se pretende reestruturar, tal como se designa por ‘terroristas’ aqueles a quem se planeja atacar” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 25). A fórmula poderia ser apresentada assim: “Prevenir, por via da crise permanente, toda e qualquer crise efetiva” (p. 26-27).

Figura 9. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



No momento em que passávamos por essas linhas, vinha a público o texto da já citada PEC 241, que congela por até 20 anos as despesas do governo federal. Freixo e Rodrigues elencam os direcionamentos das medidas propostas pelo governo Temer:

privatização de serviços públicos como creches e hospitais, congelamentos dos investimentos em saúde e educação, reforma da previdência com o aumento da idade mínima para aposentadoria, cobrança de mensalidades em universidades públicas, retirada de direitos trabalhistas, dentre outros (FREIXO; RODRIGUES, 2016, p. 14).

Essas são, de um modo geral, medidas impopulares, que dificilmente teriam aceitação expressa por voto, caso fossem debatidas amplamente, enquanto programa de governo, em um processo de campanha eleitoral, o que reforça a ideia de que vivemos um golpe de Estado – um “golpe de veludo”, nas palavras de Armelle Enders (2016), embora saibamos da dureza de suas consequências.

Roque (2016) lembra que Dilma, em 2014, já despertava antipatia da população, tendo sido escolhida, portanto, por votos em favor da continuidade das políticas sociais – após produzir, inclusive, em sua campanha, um terror em torno da ameaça de que essas políticas poderiam ser interrompidas ou fragilizadas, caso não fosse reeleita. As medidas propostas e implementadas após o impeachment, no entanto, retrocedem não nos programas sociais criados e ampliados nos mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), mas em direitos conquistados e garantidos pela Constituição de 1988.

Para além do fato de contrariarem o programa referendado nas urnas e de terem sido implementadas sem que houvesse qualquer discussão com a população, as medidas desconsideram análises de grupos de economistas renomados, inclusive do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), que apontam para as desvantagens das políticas de austeridade fiscal, sobretudo no que diz respeito ao aumento das desigualdades e da pobreza, que prejudica também o crescimento econômico a longo prazo (LAIDLER, 2016; G1, 2016; FAGUNDEZ, 2016; CARTA CAPITAL, 2013).

Fica evidente, nos pronunciamentos públicos em defesa das medidas de austeridade, a construção de um discurso acerca da crise que, mediante a produção de ameaça e medo, afirma uma suposta inevitabilidade de tais medidas.

“*Merry crisis and a happy new fear*” (“Feliz crise e um ótimo medo novo”, em tradução livre) é o título do primeiro capítulo de *Aos nossos amigos*, retirado de uma pichação feita em um portão em Atenas, no ano de 2008, e poderia expressar o sentimento presente já há algum tempo, intensificado na travessia do segundo semestre de 2016, rumo a 2017, no Brasil. A campanha de Dilma Rousseff teve como uma de suas principais estratégias a produção do medo de um governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – concentrada sobretudo na especulação de um possível fim das políticas sociais do governo do PT, como afirmamos anteriormente: a reeleição de Dilma, diante das coalizões que custaram um esvaziamento das pautas políticas, já não era considerada interessante para as forças progressistas, mas se produziu discursivamente como *única alternativa possível*.

A ameaçadora instabilidade, todavia, anunciada repetidamente por atores diversos e característica deste momento histórico,

a preocupação pela sobrevivência, a angústia econômica de tudo faltar, o sentimento de uma forma de vida rigorosamente insustentável, não é o que virá após a catástrofe, mas o que anima, aqui e agora, a desesperada *struggle for life* de cada indivíduo no regime neoliberal (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 31).

A real crise, ou catástrofe, apontam os nossos amigos, não é econômica, mas existencial e metafísica. Tatiana Roque (2016), em “Restauração neoliberal e dissolução da democracia”, análise que compõe a coletânea “2016, o ano do golpe”, afirma que a crise é, também, a “inadequação entre os modelos produtivos disponíveis e as formas de subjetivação que explodem, de modo irreversível, na sociedade contemporânea” (p. 37-38). Roque aponta para o fato de que as formas de subjetivação e os desejos agenciados pela racionalidade neoliberal não se adequam mais ao modelo industrial, ao qual o governo federal recorreu

como estratégia de geração de emprego a partir de 2011, por meio da redução de custos e aumento das margens de lucro das empresas.

Poderíamos ir além: as formas que vemos eclodir nas manifestações e nos movimentos de ocupação, notadamente nas ocupações que acompanhamos em Vitória, a partir da experimentação de outros modos de viver, outras maneiras de se organizar e de organizar o espaço, outros jeitos de se relacionar – que, como a amizade em que Mizoguchi (2016) busca apostar num mundo em ruínas, não se capitalizam – também não se contentam mais com a redução à condição de empreendedores de si imposta pelo neoliberalismo.

Numa época adoecida pela instabilidade, olho para os lados e vejo os meus amigos adoecendo, igualmente, da falta de perspectiva, da insegurança, do medo do colapso. Cansados e fragilizados, ainda buscam – buscamos –, no entanto, reconhecer, preservar e abrir espaço para o que, no meio do inferno, não é inferno.

Figura 10. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



Vínhamos pensando, diante dos confrontamentos que surgiram no processo de qualificação, acerca da narrativa do golpe e do endurecimento do texto no momento em que me deparava com a necessidade de contar de uma política macro, partidária, altamente institucionalizada. O próprio corpo trava, quando sou convocada a falar sobre isso. Roo as unhas, os ombros doem, me levanto, fumo um cigarro, tomo um copo d'água e, finalmente, saio de casa. Qualquer coisa parece um bom pretexto para fazer um intervalo.

Os gritos de “fora Temer” ou o “primeiramente,” tornados hábitos, repetidos vigorosamente, à exaustão, em 2016, ainda comparecem, mesmo que timidamente, aos debates sobre as ocupações estudantis, às seções de filmes documentários que abordam a política nacional contemporânea, aos eventos acadêmicos de ciências humanas, dois anos depois da votação pela saída de Dilma Rousseff. No período de finalização deste texto, no primeiro semestre de 2018, a UFES oferece um curso livre denominado “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil e na América Latina”.

Tentando colocar em análise o que fez crer, em um primeiro momento, que seria interessante compor com esse discurso, e o que, por outro lado, tornou-o quase repulsivo, passados alguns meses, inquieto-me: como e para que falar de golpe em tempos de gestão pela crise? Por que essas palavras (golpe-crise) me parecem, agora, entrar numa relação de equivalência? Como o texto (se) contrai a (à) dureza da palavra? Existem outras formas possíveis de contar essa história?

Uma dentre muitas vozes, ou muitas vozes contidas em uma, num debate sobre políticas de escrita, em Niterói, sugere: *“às vezes uma palavra é mais a criação de um espaço do que ela mesma; não é a palavra do significado”*. O que passava, à primeira vista, nos movimentos de ocupação que nos colocamos a acompanhar, era uma mobilização em torno desses termos, que se alastraram pelo país, agenciando encontros: lia-se golpe, PEC, reforma, ilegitimidade, em cartazes e muros por toda parte.

O “não vai ter golpe” operava, a princípio, pelo menos no que pudemos ver nas ruas a partir de maio de 2016, menos como um apelo à Justiça, enquanto instituição, do que como uma recusa à imposição violenta e escancarada, nas medidas adotadas pelo novo governo, dos modos de subjetivação forjados pela racionalidade neoliberal. À condensação e materialização das forças conservadoras que se intensificavam talvez desde as eleições de 2010 (e, como discutimos, muito a partir das jornadas de junho de 2013), personificadas na figura do presidente Michel Temer e no seu ministeriado (SILVA, 2018).

Pensando estritamente em seus aspectos jurídicos, o *impeachment* de Dilma seguiu os procedimentos legais e institucionais previstos pela Constituição de 1988; e, novamente, tenhamos em vista a seletividade e parcialidade intrínseca à lei: assim como todo preso é um preso político, um processo de *impeachment* é, igualmente, sempre político. Sua legalidade é compreendida a partir do parágrafo único do primeiro artigo da Constituição: “*Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*”. E os tais “*termos desta Constituição*” estão logo presentes no artigo 14 e seus incisos: “*A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular.*”.

E, por outro lado, o processamento do *impeachment* passa por uma referência à Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079 de 1950), concebida como um mecanismo de “controle político da boa gestão do Executivo pelo Legislativo” (GONÇALVES, 2018, p. 30).

Eis aí a pista de um grave defeito estrutural do nosso *impeachment*: os dispositivos dos artigos 85 e 86 da Constituição de 1988 remetem a uma vetusta lei de 1950, aprovada sob franca sugestão de uma ideia de controle dos atos do governo que, no fundo, compreende o julgamento do Chefe do Executivo muito mais como uma reprovação política de seu desempenho administrativo (provocando a perda do mandato) do que como um ilícito típico no sentido estritamente penal (ao qual se cominariam penas em sentido próximo ao modelo inglês) (GONÇALVES, 2018, p. 30-31).

Tais crimes de responsabilidade são, ainda, descritos na lei de forma ampla e imprecisa, o que faz com que a sua constatação esteja intrinsecamente ligada à compreensão do órgão julgador, fundamentada suas convicções políticas.

As motivações políticas do processo que destituiu Dilma, no entanto, não passam, como deseja crer uma parte da esquerda brasileira e internacional, por um descontentamento com a ocorrência ou com a ameaça de reformas profundas no governo do Partido dos Trabalhadores, muito embora o *fantasma do comunismo* habite o discurso do que se forja como um “polo oposto”, nos gritos de “vai pra Cuba”. As políticas de austeridade propostas e aprovadas no governo de Michel Temer, embora tenham sido, de fato, votadas de maneira repentina, num regime de “urgência”, não representam uma descontinuidade em relação às políticas adotadas pelos governos do PT, assim como a postura repressiva diante de manifestações populares não difere das medidas adotadas a partir de junho de 2013, com a consolidação de parcerias entre governos federal e estaduais, que culminaram na Lei da Copa, em 2014 (KOPITTKKE, 2018). São, talvez, o ponto para onde convergiriam necessariamente as ações que já se pautavam numa racionalidade neoliberal – no campo discursivo onde se produzem as verdades que conferem um caráter racional às práticas de extensão da lógica de mercado a todos os âmbitos da vida e da política:

O neodesenvolvimentismo de Dilma é absolutamente interno ao pacto neoliberal e é por isso que Lula passou tranquilamente de uma política à outra. Os ‘líderes’ do PT estão preocupados com as taxas de crescimento e nada mais. Se as fortes doses de neodesenvolvimentismo não funcionam (na verdade, elas foram catastróficas) aumentam-se as doses de neoliberalismo, como fizeram entre 2003 e 2008 e, em 2014 e 2015 (COCCO, 2018, p. 65-66).

O governo de Dilma não foi, dentro das circunstâncias políticas e econômicas que se colocavam, capaz de *governar* – conduzir condutas, agir sobre ações possíveis, gerir não coisas, mas *interesses*, se analisamos a partir da razão governamental moderna, fundada a partir do século XVIII, que tem por base, em seu princípio liberal, a sua própria limitação²⁰:

²⁰ De acordo com Foucault (2008a), a razão governamental moderna, fundada a partir do século XVIII, tem por base, em seu princípio liberal, a sua própria limitação – ou seja, o estabelecimento de um limite rígido para as ações do Estado na regulação da vida econômica. O autor discute as diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, nas suas racionalidades e nos tipos de procedimento de condução das condutas adotados pela administração estatal, a partir do exame ordoliberalismo da Alemanha Ocidental e do neoliberalismo da Escola de Chicago. Essas diferenças, que não analisaremos a fundo neste texto, passam pela substituição da concepção de um mercado naturalmente autorregulado para a necessidade de uma postura interventiva por parte do Estado, a partir da torção de um paradigma da liberdade de troca para a liberdade de concorrência, garantida por meio dessas ações de governo. Compreende-se, no entanto, que ambos os modelos de neoliberalismo se vinculam ao liberalismo clássico por compartilharem dessa razão crítica

Agora, o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio de mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. [...] A partir da nova razão governamental – e é esse o ponto de descolamento entre a antiga e a nova, entre a razão de Estado e a razão do Estado mínimo –, a partir de então o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesse tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo, de certo interesse para os indivíduos, ou para o conjunto dos indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduo confrontados ao interesse de todos, etc. (FOUCAULT, 2008a, p. 61-62).

O golpe contra o qual nos levantávamos, de todo modo, um tanto quanto ingenuamente, era o golpe subjetivo. O golpe não repentino, mas derradeiro, nas políticas que nunca de fato consolidadas como públicas; o nocaute misógino nos lugares que as mulheres jamais puderam ocupar. O grito, no entanto, como em eco, esvaneceu-se.

Podemos tomar, aqui, para análise do que se passou, as categorias de interferências extensivas e intensivas, propostas por Neves (2002):

Uma interferência goza de dimensão extensiva quando atualiza um acontecimento intensivo em formas (homem, mulher, animal, partido político, família), em segmentos (trabalho, casa, escola, rua), ou séries causais (filho ou filha de, nascido em, morador de). Estas atualizações são reportáveis a uma “intenção de” que implica a produção de territórios que sirvam, seja para neutralizar/estabilizar as desterritorializações intensivas, seja para servir de suporte para disciplinadas e convergentes pausas programáticas, ou até mesmo para “dar um tempo” nas desestabilizações como pausa tensa [...].

Quando as desterritorializações intensivas, que não nos permitem grudar nos enquadres de segmentos e formas, são neutralizadas ou estabilizadas num território, tecem-se práticas que podem estancar-se em oposições abstratas e burocratizadas tanto no nível de organizações (políticas, sindicais, religiosas, educacionais etc.) que se pautam num “dever de militância”, quanto no nível comunicativo de enunciados genéricos (palavras de ordem) (p. 128).

governamental – colocam em questão o excesso de governo, a partir das experiências específicas de cada país: na Alemanha, esse excesso foi “o regime de guerra, o nazismo, mas, para além disso, um tipo de economia dirigista e planificada oriunda do período de 1914-1918 e da mobilização geral dos recursos e dos homens; foi também o socialismo de Estado” (p. 437); nos Estados Unidos, “a política do New Deal, a planificação de guerra e os grandes programas econômicos e sociais apoiados na maior parte do tempo, no pós-guerra, pelas administrações democratas” (p. 438).

A tentativa de canalização da potência das ocupações, e dos outros movimentos insurgentes que eclodiram nesse período, no seu caráter de desterritorializações intensivas, na direção da resistência ao golpe, justamente na adoção de um enunciado genérico e numa oposição abstrata, parece operar também na lógica da modulação – apaziguar os movimentos de resistência fazendo-os apontar para uma forma unívoca e aceitável.

O que pode ter sido útil, taticamente, como ponto de convergência e mobilização – palavras que detiveram a força ilocucionária do ajuntamento –, torna-se também um ponto de desvio das questões que, ao acompanhar mais de perto as ocupações, mostravam-se mais urgentes, como a do racismo, do machismo, das LGBTfobias e do autoritarismo nas relações entre alunos, professores e instituições de ensino. A palavra que abriu espaço para que os encontros sucedessem e outras forças se mobilizassem também fechava as possibilidades de compreender as reverberações daqueles movimentos.

Encontro o que têm em comum a crise e o golpe, no modo como mobilizam (ou desmobilizam; ou, ainda, imobilizam) as forças de resistência. Assim como a crise, que modula pelo medo, pela ameaça, pela expectativa de uma tragédia por vir, o golpe desloca para um inimigo, para uma ameaça externa, a responsabilidade sobre o estado das coisas. O jornalista Paulo Roberto Silva analisa, em artigo reproduzido no número 51 da revista Lugar Comum – coletânea de textos produzidos em 2016, no calor dos acontecimentos, publicada em 28 de abril de 2018, momento em que finalizamos esta dissertação –, como crítica ao livro “Por que gritamos golpe?”, a “narrativa do golpe” como uma “narrativa do medo”, que produziria um efeito paralisante, e, portanto, não de transformação social, mas de manutenção do *status quo*.

Deparo-me também, nesse momento, com um texto publicado por Pablo Ortellado (2017) na Folha de São Paulo, acerca dos problemas que se produzem quando aderimos a uma lógica de polarização dos discursos: opor-se ao que se supõe que seja o ponto de vista do outro, ainda que isso não corresponda à realidade; alinhar as posições ao que se produz no polo oposto – o que nos faz assumir posturas reativas, numa oposição ponto-a-ponto; e, consequência do anterior, a impossibilidade de assumir uma postura ativa, propositiva, que levante suas próprias pautas de forma independente.

Se partíssemos para uma avaliação das ocupações em termos de golpe, de PEC, de “fora Temer”, além de encamparem pautas reativas, em oposição a um quadro que estava colocado, os movimentos já teriam nascido fadados ao fracasso. Sabíamos que, diante das

composições do Congresso – que consolidou uma inflexão em direção ao conservadorismo nas eleições de 2014, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2014) – e do Senado, a aprovação da proposta seria inevitável.

Há que se olhar, no entanto, como sugeriu Guattari (2007), através de um microscópio, estar atento às minúcias para enxergar o que se produziu em nível molecular, que *nova sensibilidade*, que novos modos de se relacionar com o outro. Ou, rompendo com a lógica da polarização, olhar para o que esses movimentos propõem espontaneamente, de forma ativa. Convoca-se, enfim, ao exercício de uma liberdade analítica.

Figura 11. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



***I got life*²¹: narrativas menores nos ocupas, alianças na vulnerabilidade, pistas da produção de uma nova sensibilidade**

Quando tinha 7 anos, sua mãe começou a frequentar uma igreja evangélica, depois de um processo doloroso de divórcio com o pai do menino. A mãe o levava ao templo todos os domingos e, quando não chegava muito tarde do trabalho, também às quartas-feiras. Os laços afetivos de Richardson se construíram quase todos naquele espaço. Fez suas primeiras amizades, que se manteriam, consistentes, pelo menos até a adolescência. Conheceu a menina que, mais tarde, viria a ser sua primeira namorada. Reconhecia-se, ali, nos mais velhos, que via como pessoas boas, trabalhadoras, referências nas quais poderia se espelhar.

Numa noite de outubro, sua tia, que também era vizinha, ouviu no rádio uma notícia que mencionava a escola do menino e correu para contar à irmã. Aparentemente, as aulas estavam suspensas, mas ninguém entendeu muito bem o motivo. A mãe, incrédula, aconselhou que o menino fosse à escola, ainda assim, no dia seguinte, de modo que pudesse ao menos se informar sobre o que havia ocorrido.

Atento aos acontecimentos recentes, sobretudo devido à aproximação do ENEM – ele, agora, já tinha 16 anos –, o menino havia lido sobre o impeachment, ao qual alguns chamavam de golpe, sobre a Reforma do Ensino Médio, sobre o Novo Regime Fiscal. Sabia que as opiniões eram controversas – alguns diziam que aquilo era bom, ou que era um mal necessário; outros, que eram retrocessos nos direitos sociais conquistados num longo e duro processo de lutas. Ele, por sua vez, não entendia muito bem o que aquela política elaborada numa cidade tão distante poderia ter a ver com ele e com a sua escola. Mas escutara, dias antes, que, em outra cidade distante, meninas e meninos como ele haviam tomado as suas próprias escolas.

Atendendo à recomendação de sua mãe, chegou à escola às 7h15. Os colegas que haviam passado a noite ali preparavam o café da manhã, e outros começavam a chegar para

²¹ *Eu tenho uma vida*. Canção do musical Hair (1967), gravada, posteriormente, em 1968, por Nina Simone, em medley com *Ain't got no*.

as atividades do dia. Ao contrário do que havia sido noticiado, eles teriam, sim, aulas. As aulas, no entanto, aconteceriam de um modo como ele nunca havia experimentado antes. Professores de ensino médio, militantes de movimentos sociais, pesquisadores da universidade ofereciam e assistiam às aulas. Sentava-se nos colchonetes que cobriam o chão das salas, transfiguradas pela retirada das carteiras duras, e não era necessário pedir autorização para sair para beber água. Decidia-se em conjunto o que era relevante discutir em cada momento.

Os estudantes dividiam-se em comissões para cuidar da limpeza, da cozinha, da programação do dia, da comunicação via redes sociais. Naquele dia, teriam aulas de química e de redação pela manhã, uma roda de conversa sobre a PEC depois do almoço e a exibição de um filme, seguida de debate, antes do jantar. A pipoca fora doada por uma professora universitária que apostava, insistentemente, na escola como lugar de resistência.

O menino se perguntava como uma escola poderia funcionar tão bem sem um diretor ou uma coordenação. Dava-se conta, aos poucos, de como era enganosa a afirmação de que, abalando-se as autoridades e hierarquias, o caos se instalaria. Uma colega viria a se referir àquela quarta-feira, posteriormente, como “o dia em que mais fiz assembleias do que fui ao banheiro”, mas era só o primeiro dia. Ajustava-se o que era necessário ajustar para que as coisas começassem a funcionar. Richardison percebia, agora, que eles eram capazes de se organizar e de, coletivamente, encontrar soluções para as eventuais adversidades.

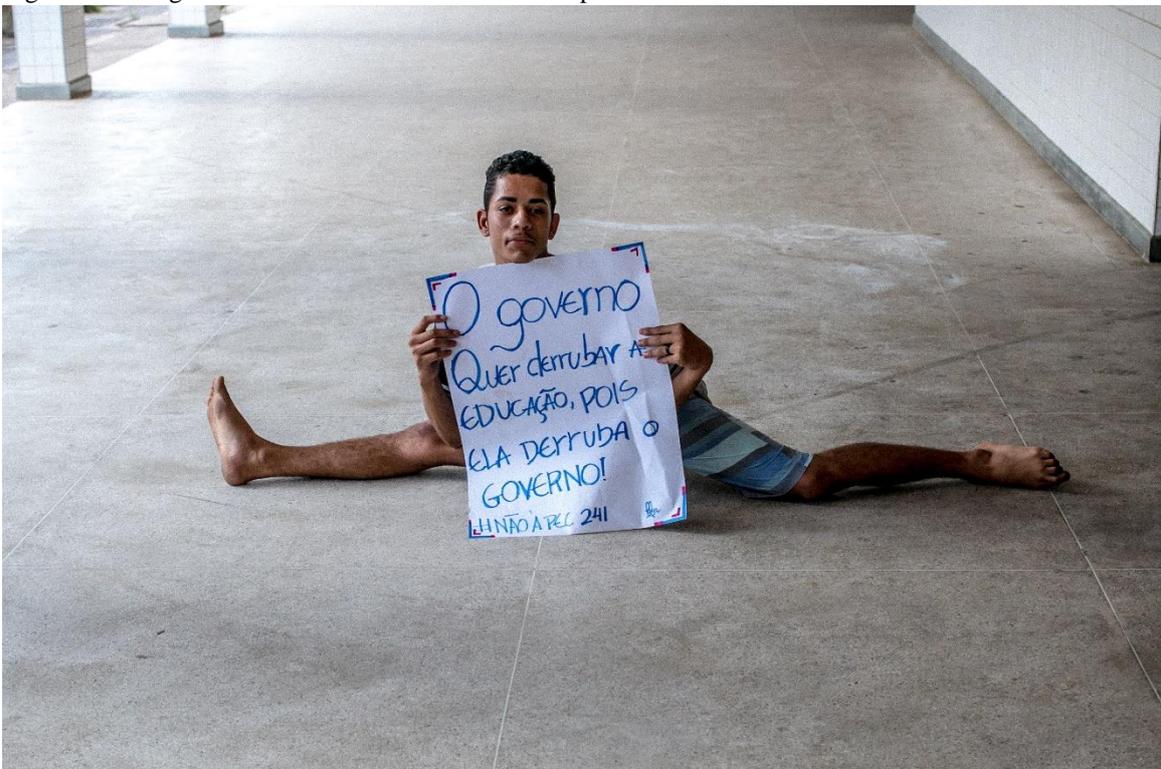
*

No terceiro dia, estava decidido a dormir na escola. A mãe, inicialmente contrariada, compreendia cada vez mais o que estava em jogo e se juntou a uma rede de apoio às ocupações, com a intenção de acompanhar o movimento e manter-se próxima ao filho.

Ao longo das duas semanas que seguiram, o menino se colocou lado a lado com pessoas com as quais nunca se dispusera a relacionar-se. Ouviu palavras que compreendia como ofensas – o “bicha”, por exemplo, que seus amigos da igreja costumavam usar para se referir a pessoas que, segundo eles, mereciam apanhar – sendo utilizadas com carinho e orgulho.

Depois de passar noites ao lado de colegas assumidamente gays, de cuidar junto a eles da escola, de compartilhar com eles suas histórias e angústias, anunciou que não apenas deixaria de fazer piadas ofensivas sobre a sexualidade dos outros – ficara evidente que aquilo não era motivo de piada –, mas que também nunca mais se calaria diante das falas e atitudes homofóbicas dos amigos. Estava disposto, a partir de então, a defender seus novos amigos e, quem sabe, fazer com que outras pessoas compreendessem o que ele pôde compreender naquele período: é experimentando essa sensação de ser diferente do outro que a gente aprende e cresce.

Figura 12. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



Se as ocupações expressavam suas demandas principalmente em torno da PEC, percebíamos, no entanto, que, diante das composições do Congresso – que consolidou uma inflexão em direção ao conservadorismo nas eleições de 2014, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2014) – e do Senado, a aprovação da proposta seria inevitável. Para além das reivindicações específicas de cada instituição²² e da expressão do descontentamento com os rumos da política no país, portanto, os efeitos possíveis das ocupações estudantis diziam respeito a essa produção de outros modos de se relacionar com o espaço, com os colegas, com os professores e as instituições de ensino, mais do que à expectativa de uma virada no que dizia respeito às votações que estavam por vir.

Vínhamos pensando, com este trabalho de pesquisa, a produção de identidade, em especial no movimento LGBT na UFES, as interferências desses movimentos na universidade e as possibilidades de formação de alianças por vias outras, que não a da identidade. Assumindo um *ethos* cartográfico no encontro com campo de pesquisa, dispusemo-nos a acompanhar as debandadas do grupo com o qual pesquisávamos para outros espaços e as interseções produzidas com outras questões, em especial estas que afligiram o país em 2016: o impeachment de Dilma Rousseff e as medidas de austeridade adotadas pelo governo de Michel Temer.

Os estudantes que compunham o Desviantes envolveram-se, durante o período das ocupações, com a preparação e realização de cineclubes, debates sobre gênero e sexualidade e aulas públicas. Conseguimos, dessa maneira, alcançar objetivos formulados desde a criação do coletivo: levar a discussão para fora das grades da Universidade e aproximar-nos de outras pessoas.

Olhando, contudo, para as ocupações sob a perspectiva da pesquisa que estava em curso, o mais interessante não se produziu, necessariamente, nos espaços planejados e destinados ao debate sobre sexualidade e gênero. Mantendo em vista o problema da proliferação de discursos conservadores, do enrijecimento das identidades, do lugar de fala

²² Na UFES, por exemplo, uma das pautas era a descriminalização do movimento estudantil, devido ao fato de que cinco estudantes haviam sido responsabilizados judicialmente, ficando sujeitos a uma multa de 180 mil reais, por uma ocupação ocorrida na reitoria em 2015, que envolveu aproximadamente 200 pessoas. Para mais informações, ver: <https://www.facebook.com/Reitor-Tira-meu-processo-211809949266149/?fref=ts>

como autorização/desautorização de discursos e da consequente dificuldade de formar alianças para além das vias identitárias, percebemos, na vivência do cotidiano das ocupações, a abertura de porosidades nessas fronteiras dantes tão delimitadas.

Em um colégio ocupado, ouvimos, de um menino evangélico, que seus amigos da igreja afirmavam, comumente, que gays mereciam apanhar. Agora, após ter dormido lado a lado com um colega assumidamente homossexual, dizia que confrontaria e não daria mais espaço a esse tipo de expressão homofóbica. O discurso que se produz não é de uma tolerância asséptica e individualista, que respeita “*desde que*” (*não dê pinta, não demonstre afeto em público, não dê em cima* – ou seja, desde que não ponha em xeque as certezas do pensamento majoritário), ou de uma aceitação cristã, que “ama o pecador, mas não o pecado”, mas da afirmação da diferença e da defesa de outras formas de viver.

Ao mesmo tempo, ouvimos uma militante do movimento negro da UFES dizer que ali, nas ocupações, *não há lugar de fala*. Ouvimos que, pela primeira vez em sua vida, ela, mulher negra, havia estabelecido uma relação de amizade real, *confidencial*, com uma pessoa branca.

Figura 13. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



Enquanto o filho de um policial militar, estudante da “escola-modelo”, *menina dos olhos* do governador do Espírito Santo, apanha em casa por participar da ocupação, um pai é hostilizado ao buscar por sua filha num dos prédios ocupados da UFES. “Desculpa, mas é que ele tem *cara de segurança*”, justificou-se. E poderia ser. Ouço atentamente, já em fevereiro de 2018, o discurso de Michele Maria Batista Alves em ocasião da sua formatura no curso de direito da PUC-SP, em que chama a atenção para a resistência dos estudantes bolsistas da instituição:

Somos moradores de periferia, pretos, descendentes de nordestinos e estudantes de escola pública [...]. Resistimos às piadas sobre pobres, às críticas sobre as esmolas que o governo nos dá. À falta de inglês fluente, de roupa social e linguajar rebuscado. Resistimos aos desabaços dos colegas sobre suas empregadas domésticas e seus porteiros. Mal sabiam que esses profissionais eram, na verdade, nossos pais.²³

Acompanhamos diversos espaços organizados com a finalidade de compreender o que ocorreu ao longo do período de ocupação e quais foram os seus efeitos nas instituições de ensino. Discussões locais ou que, como a do documentário #Resistência, de Eliza Capai (2017), abordam os começos e a repercussão desse movimento por todo o país. Escutamos, em meio aos elogios a uma nova sociabilidade emergente, histórias que nos mostram a dureza com que nos deparamos ao tentarmos construir esses outros modos de relação e como eles, às vezes, falham.

Na UFES, diante de atitudes racistas vivenciadas na ocupação do Centro de Ciências Humanas e Naturais – ao se perceber, por exemplo, que as mulheres negras estavam sendo responsabilizadas pela limpeza dos banheiros, na divisão de tarefas –, um grupo de estudantes do movimento negro tomou a decisão de ocupar um prédio em separado, que chamaram de “quilombo”. Situação que difere do que se relata acerca da experiência de alguns colégios da Grande Vitória, onde os meninos tomaram a frente das atividades de limpeza e de cozinha. Meninos que eram minoria numérica. Em todos os encontros posteriores, bem como no

²³ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/aluna-de-direito-faz-discurso-de-resistencia-e-viraliza-nas-redes-video/>

documentário, destaca-se a participação intensa das mulheres, das LGBT e de negras e negros nas ocupações.

Uma menina que havia tomado a frente da ocupação de uma escola municipal de ensino médio em Vitória conta que já havia algum tempo que estava envolvida com o movimento feminista, e por isso teria conseguido contribuir com a articulação dessa ocupação. Que um *cansaço* dos grupos minoritários diante da repressão sofrida constantemente teria facilitado essa rápida mobilização e justificaria sua presença em massa dentro das escolas e da organização dos ocupas, numa *medida de desespero*. Mas escutamos também que, apesar do fato de que o debate já estava circulando, foi nas escolas que *aprenderam a ser mais companheiras* – as mulheres, as pessoas LGBT e as pessoas negras.

A voz de outra feminista secundarista levanta-se para dizer que, em sua escola, uma das conquistas do movimento de ocupação havia sido a liberação do uso de calça *legging* – anteriormente proibida sob alegação de que desviaria a atenção dos meninos, num movimento de sexualização dos corpos das meninas e dos meninos que demarcava, ao mesmo tempo, o lugar de uma sexualidade agressiva e incontrolável para eles e de passividade e vitimização para elas.

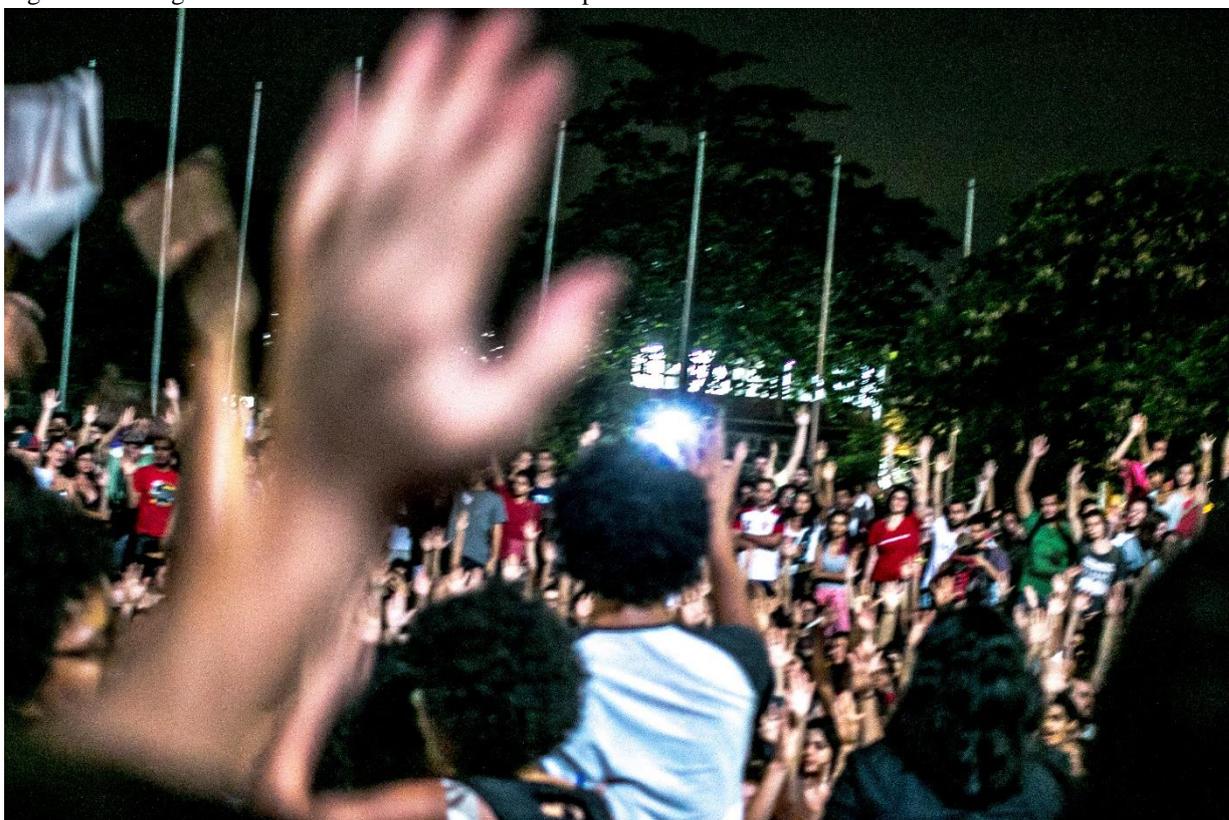
De todo modo, os debates e a vivência das ocupações produziram uma ampliação da compreensão das relações políticas e institucionais que perpassam o sistema de ensino – compartilharam-se análises sobre o autoritarismo da gestão estadual e a falta de diálogo com o secretário estadual de educação e o governador, sobre a falta de representatividade dos estudantes na direção e no conselho de escola, sobre a necessidade de garantir eleições diretas para diretor em todas as escolas.

Mas nem todas as histórias são contadas com sorrisos no rosto. Meninos e meninas adoeceram, apanharam de seus familiares, sofreram coerção policial e de movimentos organizados de extrema direita, foram mandados para outros estados, foram expulsos de suas escolas – de forma não declarada, tendo suas matrículas negadas –, perderam bolsas de estudos, passaram por constrangimentos em sala de aula provocados por professores contrários aos movimentos.

Não nos esqueçamos de Guilherme Irish, o estudante de matemática da Universidade Federal de Goiás assassinado pelo pai após discussões sobre a sua participação nas ocupações e em movimentos sociais.

O horror, o auge da crise da subjetividade e da guerra contra a diferença, da produção de mortificação e do desejo de aniquilamento do outro. Os movimentos de ocupação provocaram uma cisão nos modos de funcionamento instaurados, mas não se separam das condições históricas que os tornaram possíveis e necessários.

Figura 14. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



Na UFES, após o início das ocupações, os estudantes declararam greve estudantil, decidida em assembleia histórica, com mais de mil votos a favor. Posteriormente, os técnicos administrativos e professores também deflagraram greve, mediante um amplo debate e tensionamentos de grupos contrários. A assembleia dos professores foi acompanhada por uma multidão de estudantes, que cercava, por fora, o auditório lotado, pressionando os professores a tomarem um posicionamento. Totalizaram-se, ao fim, 29 dias de movimento unificado na Universidade.

No início de dezembro de 2016, os estudantes, já esgotados, iniciam o processo de desocupação dos prédios, mediante discussões e acordos com os Centros de Ensino, que formaram comissões compostas por docentes, discentes e técnicos, que, enfim, assinaram documentos de negociação. Os docentes favoráveis à greve, a essa altura, também desmobilizados, devido à ameaça de corte de ponto. Os que eram contrários e/ou não haviam aderido ao movimento, pressionavam cada vez mais, exigindo a desocupação e a retomada das atividades acadêmicas.

Houve consenso, nas cartas assinadas, acerca da não criminalização dos movimentos de ocupação e do movimento estudantil, de um modo geral, da não instauração de processo administrativo contra os ocupantes, da elaboração de um calendário de reposição das aulas perdidas – no reconhecimento da legitimidade da greve inicialmente deflagrada pelos alunos.

A abertura de diálogo entre os alunos e professores e o reconhecimento da legitimidade das pautas e do movimento, ainda que, muitas vezes, em discordância com seus modos de ação, mostram já as interferências intensivas do movimento na instituição.

Uma interferência goza de dimensão intensiva quando é capaz de acolher um acontecimento imanente, no qual se constituiu, em sua mobilidade intensiva, fora das coordenadas espaço-temporais, não o confundindo nem com o vivido, nem com o estado de coisas e enunciados no qual ele se atualizou e foi enunciado. Quando é capaz de fazer o acontecimento ressoar sua potência disruptora, cintilando um conjunto indeterminado de perspectivas que não o esgotam, mas se dispersam e nos lançam numa miríade de problemas, de sentidos, de transrelações desestabilizadoras que agitam partes do estado de coisas, arrastando-o para novos acontecimentos e composições (NEVES, 2002, p. 129).

As possibilidades de concretização dos efeitos extensivos, no entanto, que poderiam ser interessantes no sentido da definição de um contorno para políticas institucionais voltadas para os grupos minoritários mobilizados nas e pelas ocupações – num delineamento que permitisse conservar em tais políticas as ondas intensivas desses movimentos, e que pudesse manter em marcha os efeitos desses acontecimentos, continuando a produzir contágios no ambiente da UFES – pareceram apagar-se, à medida que nos afastávamos temporalmente das ocupas.

No que diz respeito ao movimento LGBT na universidade, um importante encaminhamento acordado nos documentos de negociação, encampado especificamente pelo Centro de Educação, foi o da construção de debates sistematizados acerca da possibilidade de construção de banheiros “sem gênero”. O debate circula há algum tempo na universidade e teria, nessa sistematização, apoio do Centro de Educação e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade (NEPS). Até o momento em que finalizamos este texto, em maio de 2018, um ano e meio após as desocupações e o firmamento dos acordos, tais discussões ainda não haviam sido levadas a cabo.

O Centro de Ciências Humanas e Naturais chegou ao ponto de realizar vistoria num espaço que poderia ser destinado à realização do projeto – um efeito extensivo que poderia continuar a provocar intervenções intensivas – e, no entanto, o processo foi descontinuado, alegando-se urgência na construção de um banheiro com chuveiros e vestiário – o que já existe em outros pontos da universidade.

Para o dia 25 de maio de 2018, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI) convocou, junto com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, uma reunião para composição de um Grupo de Trabalho para a construção da I Conferência de Ações Afirmativas da UFES, que será realizada ainda no ano de 2018, com o objetivo de avaliar os dez anos de ações afirmativas, contados a partir da implementação do sistema de cotas, e de propor uma agenda de propostas voltadas para o acolhimento da população LGBTTTI na UFES, a partir de alguns eixos: políticas de acesso, permanência, pós-graduação, formação, currículo e produção de conhecimento.

Compareceram à reunião, cujo convite fora endereçado “aos interessados, dentro e fora da Universidade”, 7 pessoas; dentre elas, professores, uma técnica da Pró-Reitoria, militantes e alunos de pós-graduação, mas nenhum estudante de graduação, o que indica que resta ainda uma dificuldade de diálogo entre a instituição e os alunos, esteja ela no fluxo de

divulgação das ações e propostas ou no próprio desejo de aproximação de uma política mais formalizada.

Figura 15. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



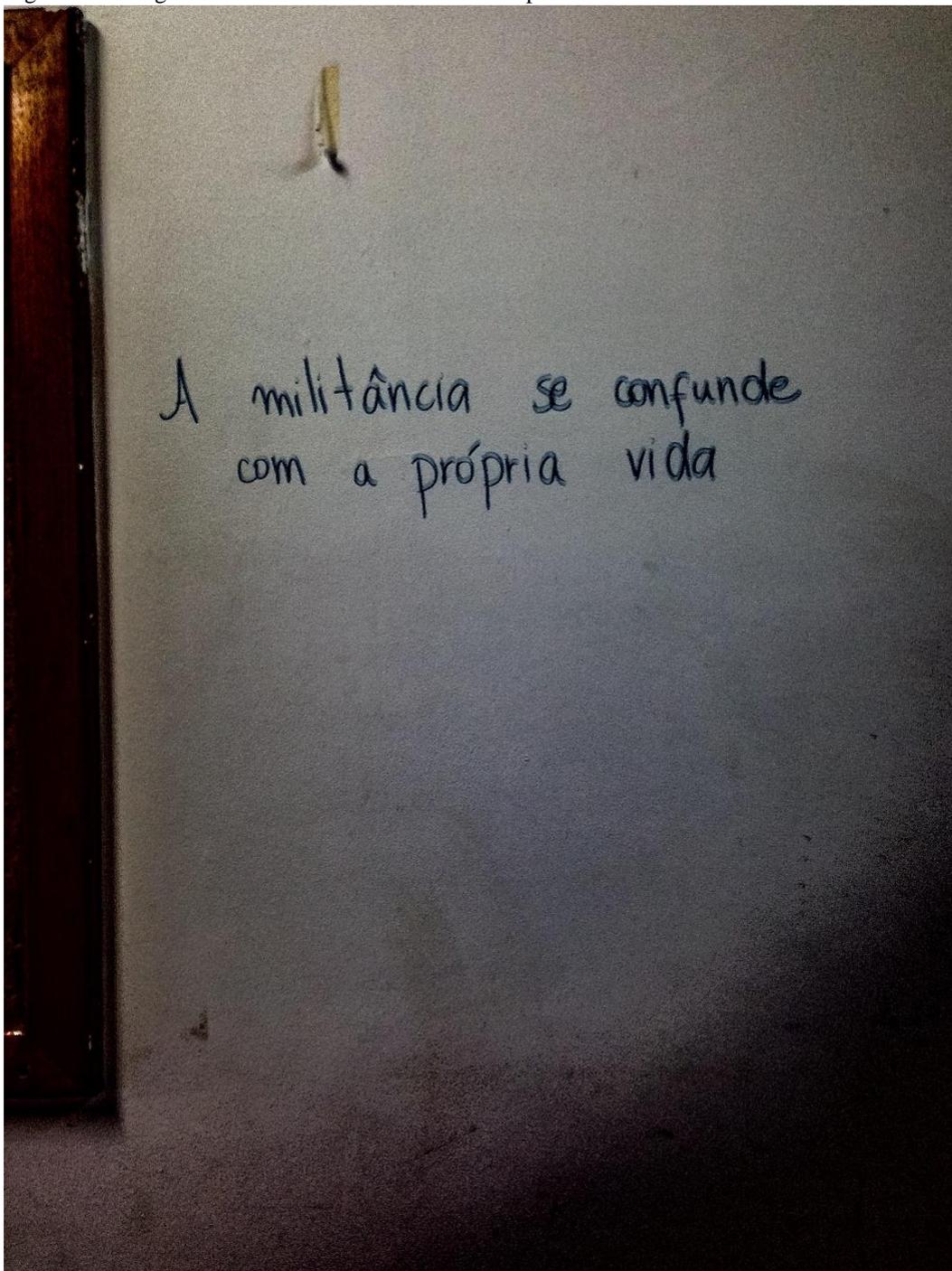
Butler (2015b), na já mencionada conferência na cidade de São Paulo, discute o conceito de uma vulnerabilidade relacional cuja mobilização pode produzir a resistência política, para além da identidade e sem presumir a necessidade de um amor ou uma felicidade em estar reunido. O termo *queer* teria, aí, uma importância política: a possibilidade de aliança entre pessoas entre as quais há pouca coisa em comum, mantendo-se as discordâncias e antagonismos, na afirmação de uma diferença que não se resolve na unidade de uma identidade, não presume nem produz uma identidade coletiva. Essa aliança, para a autora, é um *comprometimento em conviver*, ainda que seja difícil, que se forja em função de um imperativo ético e político.

Assim, também, nas ocupações estudantis: as alianças não se dão em torno de semelhanças, mas da mobilização de uma vulnerabilidade. Surgem em função da demanda por uma infraestrutura, pela produção e manutenção de um espaço habitável, mediante o reconhecimento de um desamparo em relação às condições materiais e relacionais – diante, por exemplo, da ameaça de aceleração do processo de sucateamento das políticas públicas nas medidas de austeridade propostas –, e, ao mesmo tempo, podem surgir justamente porque existe alguma estrutura que permite que os encontros se agenciem. Os corpos estão mobilizados pela vulnerabilidade pois expõem-se, ali, à possibilidade de violência – da polícia, de estudantes contrários ao movimento, das escolas, da família, de grupos políticos institucionalizados, da mídia – às condições precárias de alimentação, de proteção do frio e das chuvas, de habitação do espaço.

No ensaio *Prearious life*, Butler (2006) utiliza-se da imagem do rosto do outro, de Levinas, para discutir o modo como o outro estabelece uma demanda ética para nós, que nós “não pedimos, que nós não estamos livres para recusar” (p. 130, tradução nossa).

Parece que o “rosto” do que ele chama de “outro” faz uma demanda ética sobre mim, e, contudo, nós não sabemos que demanda ele faz. Não se pode ler um significado secreto no rosto do outro, e o imperativo que ele transmite não é imediatamente traduzível numa prescrição que possa ser linguisticamente formulada e seguida (p. 31, tradução nossa).

Figura 16. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



A própria vida, uma vida, a vida própria? O que se organiza, nesses espaços, apresentando-se enquanto condição para a conexão necessária à resistência, não é a vida de um ou outro indivíduo, mas aquilo a que Deleuze (2002) se refere como “uma vida...”: anterior à consciência e à possibilidade de falar de um sujeito ou de um objeto; composta de acontecimentos, de singularidades que se atualizam seguindo o movimento desse plano de imanência. *Uma vida* imanente apenas a si mesma, impessoal porque não se confunde com a vida de um sujeito – “A vida de tal individualidade se apaga em favor da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora ele não se confunda com nenhum outro. Essência singular, uma vida...” (DELEUZE, 2002, p. 14).

Deleuze utiliza, para demonstrar a ligação que sugere no título do artigo – “A imanência: uma vida...” –, uma personagem do romance *Our mutual friend*, de Charles Dickens.

Um canalha, um mau sujeito, desprezado por todos, está para morrer e eis que aqueles que cuidam dele manifestam uma espécie de solicitude, de respeito, de amor, pelo menor sinal de vida do moribundo. Todos se aprestam a salvá-lo, a tal ponto que no mais profundo de seu coma o homem mau sente, até ele, alguma coisa de terno penetrá-lo. Mas à medida que ele volta à vida, seus salvadores se tornam mais frios, e ele recobra toda sua grosseria, toda sua maldade. Entre sua vida e sua morte, há um momento que não é mais do que aquele de uma vida jogando com a morte. A vida do indivíduo deu lugar a uma vida impessoal, mas singular, que desprende um puro acontecimento, liberado dos acidentes da vida interior e da vida exterior, isto é, da subjetividade e da objetividade daquilo que acontece. *Homo tantum* do qual todo mundo se compadece e que atinge uma espécie de beatitude (DELEUZE, 2002, p. 12-14).

A centelha de vida (*spark of life*) que Dickens (1989) aponta, no romance, como algo curiosamente separável do indivíduo que a “continha” – algo que se revela precisamente num momento em que toda a vulnerabilidade da vida se expõe – é o que permite que se atualizem as possibilidades de agenciamento, que, a partir de então, tomam forma. Alianças que se constroem para além das virtudes pessoais daqueles que, aceitando conviver sem o apaziguamento dos conflitos e a harmonização das diferenças, forjam espaços de resistência.

Figura 17. Fotografia de Andre Alves. Fonte: Acervo pessoal.



Para que referir tudo no narrar, por menos e menor? Aquele encontro nosso se deu sem o razoável comum, sobrefalseado, como do que só em jornal e livro é que se lê. Mesmo o que estou contando, depois é que eu pude reunir lembrado e verdadeiramente entendido – porque, enquanto coisa assim se ata, a gente sente mais é o que o corpo a próprio é: coração bem batendo. Do que o que: o real roda e põe diante (ROSA, 2001, p. 154).

Passado o turbilhão de acontecimentos que atropelaram uns aos outros e nos trouxeram até aqui, paramos para recolher os restos e contar as histórias. Se, reconhecemos, a roda não para de girar, recortamos esse instante de intensidade que, ao contar e no exercício de análise, fizemos com que se prolongasse.

O texto se produziu, a partir da experiência com o movimento LGBT na UFES e com os movimentos de ocupação, no trabalho com o que *fica*: os registros fotográficos, as anotações nos diários de campo, os sinais nas paredes dos prédios já desocupados, os relatos, as notícias e artigos publicados, as cartas de desocupação, os documentos de negociação e os acordos formalizados entre os Centros de Ensino e os estudantes ocupantes. Traz, ao mesmo tempo, as marcas do que passou, contendo em si as marcas dos seus começos – um texto processo, que conserva as suas revisões, as suas contradições, os traços das análises que foram possíveis em cada parada estratégica, em tomamos fôlego para narrar uma história ainda em curso.

Desde o início da pesquisa, quando nos dispusemos a acompanhar o coletivo Desviantes em seus debates e ações, pensando nas suas interferências no espaço da universidade, até a passagem para os movimentos de ocupação estudantil, que alcançamos ao seguir a dispersão do próprio grupo, vimos funcionar os mecanismos das políticas identitárias, sobretudo na demanda de elaboração de uma verdade sobre si como condição para o reconhecimento de uma representatividade, colocada, em alguns momentos, como único meio de luta possível.

Percebemos, no entanto, as brechas que se abriam nas fronteiras da semelhança, desestabilizadas nas falas de pessoas que afirmam “eu sou eu” e demandam acolhimento, nas heterossexuais que, compartilhando do jogo, se reivindicam “queimadas”, ou na afirmação de que, “nas ocupações, não existe lugar de fala”. Essas outras alianças possíveis forjavam-se ora

por via de amizades conspiratórias que partilham da alegria da possibilidade de invenção de outros mundos (MIZOGUCHI, 2016), ora pela mobilização de uma vulnerabilidade comum, em função de uma demanda ética anterior: mediante o reconhecimento da precariedade da vida do outro – que apenas posteriormente pode ser transposto a um reconhecimento da precariedade da própria vida (BUTLER, 2015b) – ou de *uma vida* impessoal e singular (DELEUZE, 2012) que pulsa no fundo de cada um de nós.

Vimos, ao mesmo tempo, uma dificuldade de estender os efeitos desses movimentos para uma política institucional, seja pela falta de comprometimento das instituições em levar a cabo os acordos firmados, seja pela recusa dos movimentos a se aproximar de uma política formalizada – não se deixar cristalizar em negociações que possam desmobilizar ou apaziguar a força insurgente.

De todo modo, experimentamos, nos movimentos de ocupação, a emergência de micro-revoluções que correspondem à produção de uma nova sensibilidade (GUATTARI, 2007), com efeitos intensivos (NEVES, 2002) que dizem respeito à abertura de outros fluxos de circulação dos afetos. Pretendemos, no entanto, sustentar a inconclusão: um texto processo, que procura conservar uma abertura às significações futuras e desestabilizar a rigidez identitária, não se pode dar às certezas de uma unidade – como trabalho cartográfico, deve deixar que ressoem as questões que permitiu que se proliferassem.

Janeiro de 2018. Um carro do Conselho Tutelar de um município vizinho leva Rafaela para a casa de Fabíola e Renato, que, chamados a se responsabilizarem pelos cuidados com a adolescente, insistem que já não o reconhecem como filho. Rafaela havia sido abordada pela polícia após brigar com duas mulheres num supermercado, em função de ter sido expulsa do banheiro enquanto lavava as mãos. A menina, que agora tinha 16 anos, saído da casa dos pais aos 11. Ouviu-se, naquela cidade que hoje habita, ou que habitava pelo menos até esse dia, que, para sobreviver, agenciava programas de outras meninas.

Diante da recusa dos pais de Rafaela, colocaram-na de volta no carro e conduziram-na em direção a um abrigo, na cidade onde residem os genitores. O serviço destinado a

acolher pessoas em situação de risco por violações de direitos é, então, acionado, e marca-se atendimento psicológico para Rafaela. Os pais também são convocados a comparecer. Já em frente à casa, a conselheira que a acompanha entra em contato com a secretaria de ação social do município. Toca a campainha, enquanto fala ao telefone, e é recebida na porta pela coordenadora do abrigo. Quando retorna ao carro, feitos todos os arranjos necessários para garantir a vaga de Rafaela, percebe que a menina não está mais lá.

Fabiola e Renato não comparecem ao atendimento agendado, o que gerou um breve relatório informativo encaminhado ao Conselho, com a finalidade de respaldar o serviço caso haja alguma complicação jurídica envolvendo o caso de Rafaela.

Alguém que tivera algum contato com a nossa protagonista, ou que o havia sabido por uma fonte certamente confiável, nos conta que “tem uns que são tranquilos; aquela era piranha, mesmo”.

Finalizo este texto quando se completam sete meses desde que fui interpelada como “psicóloga” na rede de assistência social de um município de 51 mil habitantes, no interior do estado do Espírito Santo – quase em Minas e, também, quase na Bahia –, onde continuo o sempiterno exercício de construção de quem eu sou: a vida feita obra de arte, aprendida das personagens deste texto, sejam elas os militantes do Coletivo Desviantes e de tantos outros, as crianças, adolescentes e jovens que ocuparam as instituições de ensino no ano de 2016, os parceiros dos grupos de pesquisa, os amigos diante dos quais posso me tornar este Outro que escreve.

Uma vida que se apavora com a possibilidade de permanecer visível e que não se deixa representar nos relatórios psicossociais, apenas entrevista no brilho dos olhos ou no rosto do outro, dá a volta neste texto. Ri-se da dureza dos resistentes que gritam “somos”,

enquanto rompe as barragens e corre para o oceano do esquecimento. Os pés, de unhas cuidadosamente coloridas, pelando no chão árido. *Vida piranha.*

Referências Bibliográficas

ADURA, Beatriz; BAPTISTA, Luiz Antonio. Rastros da cidade no corpo de um leque vermelho. In: RODRIGUES, A.; MONZELI, G. A.; FERREIRA, S. R. da S. **A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa**. Vitória: EDUFES, 2016.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

_____. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

BARROS, Leticia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 373-390, 2013.

BARROS, Regina Benevides de. Grupo e produção. *Saúde e Loucura*, São Paulo, n. 4, p. 3-19, 2012.

_____. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BOLAÑO, Roberto. **2666**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRANDÃO, Ana Maria. Dissidência sexual, gênero e identidade. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/548.pdf>. Acesso em: 08 maio 2016.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

_____. **Conferência magna no I Seminário Queer**. São Paulo, 2015b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IkLS0xMo-ZM&t=2697s>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015c.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015d.

_____. Imitation and Gender Insubordination. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle Aina; ALPERIN, David M. (Orgs.). **The lesbian and gay studies reader**. Nova Iorque: Routledge, 1993a. p. 307-320.

_____. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4, p. 519-531, dez. 1988.

_____. **Bodies that matter**. New York: Roudedge, 1993b.

_____. **Excitable speech**. New York: Routledge, 1997.

_____. Precarious life. In: _____. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. New York: Verso Books, 2006.

CAPAI, Eliza. **Resistência**. Documentário em longa-metragem. 2017.

CARTA CAPITAL. **O legado devastador da austeridade**. São Paulo, 20 out. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-legado-devastador-da-austeridade-1656.html>. Acesso em: 31 jan. 2017.

CASTELLO, Naiara Ferreira Vieira; ROSEIRO, Maria Carolina Fonseca Barbosa. Dissidências em fluxo – desconstruções da heteronorma em território acadêmico. In: Seminário Internacional de Educação e Sexualidade, 4. e Encontro Internacional de Estudos de Gênero, 2., 2016. **Anais...** Vitória, 2016.

COCCO, Giuseppe. O golpe que não houve. **Lugar Comum**, n. 51, 2018.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S.; RODRIGUES, Alexandre (orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória, EDUFES, 2014.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DAY, Richard. From hegemony to affinity: the political logic of the newest social movements. **Cultural Studies**, v. 18, n. 5, p. 716-748, set. 2004.

DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... **Revista Educação & Realidade**, n. 27, v. 2, p. 10-18, jul./dez. 2002.

_____. Controle e devir. In: _____. **Conversações**. São Paulo: E. 34, 2010a.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. São Paulo: E. 34, 2010b.

_____. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault**, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Eleições 2014:** direita política se populariza no Brasil. Publicado em 09 dez. 2014. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/24730-direita-se-populariza-embalada-por-pastores-e-pequenos-partidos>. Acesso em: 31 jan. 2017.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Assinatura acontecimento contexto. In: _____. **Margens da filosofia.** Campinas: Papyrus, 1991.

ENDERS, Armelle. Va-t-en Temer!: les Brésiliens, les Jeux Olympiques et le coup d'État. **Le Nouvel Observateur**, 07 ago. 2016. Disponível em: <http://leplus.nouvelobs.com/contribution/1547245-va-t-en-temer-les-bresiliens-les-jeux-olympiques-et-le-coup-d-etat.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

DICKENS, Charles. **Our mutual friend.** Oxford: Oxford Press, 1989.

FAGUNDEZ, Ingrid. Aprovada na Câmara, PEC 241 segue para o Senado: entenda as polêmicas do texto. **BBC Brasil**, São Paulo, 26 out. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37603414>. Acesso em: 31 jan. 2017.

FAVERO, Sofia (Travesti Reflexiva). **Por um local de fluxos.** Publicado em 12 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/travestilidade/posts/474736429363644>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FERREIRA, Marcelo Santana; NARDELLI, Renata Carvalho. Expertise psi sobre sexualidade: contribuições de Michel Foucault. **Clínica & Cultura**, v. 2, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **Segurança, território e população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **História da sexualidade I:** vontade de saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: _____. **Ditos e Escritos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5: Ética, sexualidade e política.

_____. A vida: a experiência e a ciência. In: _____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. v. 2: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.

_____. O sujeito e o poder. In: _____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. v. 9: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade.

_____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. In: _____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. v. 9: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade.

_____. Polêmica, política e problematizações. In: _____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. v. 4: Estratégia poder-saber.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013.

FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago. Introdução: Sobre crises e golpes ou uma explicação para Alice. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago. **2016: o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016, p. 9-17.

G1. **FMI diz que políticas neoliberais aumentaram desigualdade**. São Paulo, 31 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fmi-diz-que-politicas-neoliberais-aumentaram-desigualdade.html>. Acesso em: 31 jan. 2017.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 24, 2006.

GONÇALVES, Marcus Fabiano. A retórica do “golpe de estado” e o marketing político. **Lugar Comum**, n. 51, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT no Brasil**: relatório 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

GUATTARI, Felix. A transversalidade. In: _____. **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Why Italy?. In: **Autonomia**: post-political politics. Semiotext(e), 2007.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Revista de Psicologia**, n. 2, v. 25, p. 263-280, 2013.

KOPITTKE, Henrique. De junho pra cá: a persistência das ruas. **Lugar Comum**, n. 51, 2018.

LAIDLER, Christiane Vieira. O golpe parlamentar e a agenda que não ganha eleições. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago. **2016: o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016, p. 41-63.

LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEWIS, Elizabeth Sarah. “**Não é uma fase**”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LIONÇO, Tatiana. Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central da disputa fundamentalista da política de educação. In: RODRIGUES, A.; MONZELI, G. A.; FERREIRA, S. R. da S. **A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa**. Vitória: EDUFES, 2016.

LOURAU, René. **El diario de investigación**: materiales para una teoría de la implicación. Universidad de Guadalajara, 1989.

MAÇÃO, Izabel Rizzi. **Cartografias da vida**: poder, resistência e biopolítica. (Foucault na toca dos ratos.). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. **Amizades contemporâneas**: inconclusas modulações de nós. Porto Alegre: Sulina. 2016.

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>.

MORAES, Marcia. Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (Orgs.). **Exercícios de ver e não ver**: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2010, v. p.01-288.

NEVES, Cláudia Elizabeth Abbês Baêta. **Interferir entre desejo e capital**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

OCUPA ALMIRANTE. Visita de secretário e defensores públicos. **Facebook**, 24 out. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupaalmirante/posts/322412238127667>. Acesso em: 31 jan. 2017.

ORTELLADO, Pablo. **A polarização não está nos deixando pensar**. Folha de São Paulo, 21 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/11/1936897-a-polarizacao-nao-esta-nos-deixando-pensar.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2018.

PASSOS, Úrsula. Sem medo de fazer gênero: Entrevista – Judith Butler. **Folha de São Paulo**, 20 set. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/233613-sem-medo-de-fazer-genero.shtml>. Acesso em: 20 set. 2015.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, p. 17-31, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PRECIADO, Beatriz. **Testo yonqui**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

_____. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo I). Campinas: Papyrus, 1994.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Alexsandro; ALVIM, Davis Moreira. Como cartografar resistências? Apontamentos sobre contradispositivos e criação. **Revista Lugar Comum**, n. 48, 2016, p. 103-119.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Analisar. In: FONSECA, Tania Galli.; NASCIMENTO, Maria Livia do.; MARASCHIN, Cleci. (Orgs.). **Pesquisar na diferença**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ROQUE, Tatiana. Restauração neoliberal e dissolução da democracia. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago. **2016: o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016, p. 18-40.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SEGATO, Maria Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n.2, p. 265-285, maio-agosto/2005.

SILVA, Paulo Roberto. A força distópica da narrativa do golpe. **Lugar Comum**, n. 51, 2018.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 299-323, maio/ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Nota de esclarecimento sobre informações veiculadas na imprensa**. Publicado em 12 jan. 2016. Disponível em: <http://www.ufes.br/conteudo/nota-de-esclarecimento-sobre-informa%C3%A7%C3%B5es-veiculadas-na-imprensa>. Acesso em: 31 jan. 2017.

VIEIRA, Helena; FAVERO, Sofia. **Sobre ativismo e biscoitos**. Folha de São Paulo. Blog #AgoraÉQueSãoElas. Publicado em 11 de abril de 2016. Disponível em: <http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/04/11/sobre-ativismo-e-biscoitos/>. Acesso em: 10 dez. 2016